



ACADEMIA MILITAR

GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO – EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS

Autor: Aspirante de Cavalaria da GNR André Filipe dos Santos Nazaré

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Capitão GNR INF Pedro Alexandre Maia Ribeiro

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019



ACADEMIA MILITAR

GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO – EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS

Autor: Aspirante de Cavalaria da GNR André Filipe dos Santos Nazaré

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Capitão GNR INF Pedro Alexandre Maia Ribeiro

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019

EPÍGRAFE

“Portugal está a arder! Basta de discursos e boas intenções!
É imperioso apurar responsabilidades e agir.”
(Jorge Ortiga, Arcebispo Primaz de Braga, 2017)

“Se fazer custa. Fazer bem, custa só mais um bocadinho.
Por isso mais vale fazermos bem.”
(Brigadeiro General, Duarte Costa, 2019)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmão e amigos.

AGRADECIMENTOS

Na realização do presente trabalho de investigação, manifesto o meu sentido agradecimento para com todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a sua concretização.

À minha família, pela qual se justifica todo o meu esforço e dedicação que emprego em tudo o que faço e que me apoiou incansavelmente ao longo de todo o trabalho.

Ao Orientador Professor Doutor José Fontes pela paciência, pela disponibilidade, pelo acompanhamento e pelo contributo académico fundamental na realização deste trabalho.

Ao Coorientador Capitão GNR INF Pedro Ribeiro pela disponibilidade, pela paciência, pelo acompanhamento e pelo fornecimento de informações.

Ao Senhor Doutor Engenheiro José Artur Neves, Secretário de Estado da Proteção Civil, ao Senhor Doutor Engenheiro Tiago Oliveira, Presidente da Agência para Gestão Integrada de Fogos Rurais, ao Professor Doutor Xavier Viegas, Coordenador do Centro de Estudo de Incêndios Florestais da Universidade de Coimbra e ao Professor Doutor João Guerreiro, Presidente da Comissão Técnica Independente, pela disponibilidade e partilha de conhecimento.

Aos Senhores Oficiais, Tenente-General Mourato Nunes, Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, ao Brigadeiro-General Duarte Costa, Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil, ao Coronel Veloso, Comandante da UEPS, ao Coronel Silvério, ao Tenente-Coronel Quaresma Tavares e ao Tenente-Coronel Cura Marques pelas entrevistas e conhecimentos que me transmitiram, bem como a todos os militares da UEPS, que disponibilizaram o seu tempo para a realização do inquérito, cujo contributo para este trabalho foi fundamental.

Ao Major Jorge Gil, ao Capitão Castelo Barbosa, ao Capitão Ilídio Barreiros, ao Capitão Lopes Fernandes e ao Tenente Marques Duarte, pela disponibilidade e colaboração.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos, o meu profundo e sincero agradecimento!

RESUMO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada intitula-se “**Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro – Evolução e Tendências**” e teve como objetivo geral analisar e elucidar o contributo da nova reorganização estruturo-organizacional do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana, em 2018, na mitigação dos Incêndios Rurais, decorrente da reforma do Sistema Nacional de Proteção Civil. Esta reforma adveio de um conjunto de medidas que foram ao encontro das lacunas identificadas pelos relatórios elaborados pela Comissão Técnica Independente e pelo Centro de Estudos de Incêndios Florestais da Universidade de Coimbra, relativamente aos Grandes Incêndios Rurais de 2017 em Portugal. Desta forma, surgiu a seguinte problemática: “**De que forma a nova reorganização estruturo-organizacional do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro contribui para a mitigação dos Incêndios Rurais?**”

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, uma vez que se seguiu uma teoria passível de formular as questões que se pretenderam estudar, as quais, por sua vez, determinaram os dados a observar. A metodologia do trabalho consistiu na investigação documental, na análise de dados estatísticos, na observação, e ainda na interpretação dos resultados de entrevistas e inquéritos realizados.

Finalizada a investigação, conclui-se que o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, foi evoluindo desde 2006, aquando da sua criação, tendo em 2017 dado início a um processo de reorganização estruturo-organizacional, enquanto etapa intermédia de um processo de reestruturação.

Deste processo, surge a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, reforçada na sua capacidade de atuação em todos os pilares do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com um conjunto de meios humanos e materiais que permitiram cumprir cabalmente as novas responsabilidades advindas de uma missão mais ampla e diversificada na área da proteção e socorro.

Esta aposta, traduziu-se, numa maior capacidade de mitigar os riscos e consequências dos Incêndios Rurais, com efeitos em 2018, tanto na redução do número de ocorrências, como da área ardida face à média anual dos últimos 10 anos.

Palavras-chave: Guarda Nacional Republicana; Incêndios Rurais; Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro; Unidade de Emergência de Proteção e Socorro.

ABSTRACT

This Final Scientific Report on Applied Research is entitled "**Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro - Evolution and Trends**", the main objective being to analyse and to clarify the contribution of the new restructure the organisational structure of the Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro of the Guarda Nacional Republicana, in 2018, in the mitigation of Rural Fires, resulting from the reform of the National System of Civil Protection. This change resulted from of a set of measures that were consistent with the identified deficiencies by the reports made by the Independent Technical Commission and by the Study Centre for Forest Fires at the University of Coimbra, regarding the Great Rural Fires of 2017 in Portugal. In this way, the following problem arose: "**How does the new restructure of the organisational structure of the Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro contribute to the mitigation of Rural Fires?**"

The hypothetico-deductive method was used, as it derived from a theory that it was possible to formulate issues intended to be studied, which in their turn, determined the data to be observed. The methodology for the study consisted of documentary research, analysis of statistical data, observation, and interpretation of the results of interviews and surveys that were performed.

Once the investigation was completed, it was concluded that the Protection and Relief Intervention Team has been evolving since 2006, the year in which it began, and in 2017 a process of restructure of the organisational structure of the Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro was started, as an intermediate stage of a restructuring process.

From this process, the Unidade de Emergência Proteção e Socorro arises, reinforced in its ability to act in all foundations of the Forest Fire Protection System, with a set of human and material resources, in order to fully comply with the new responsibilities resulting from a broader and more diversified mission in the area of protection and relief, as well as in the larger area of responsibility.

With effect in 2018, this commitment resulted in a greater capacity to mitigate the risks and consequences of Rural Fires, both in the reduction of the number of occurrences and in the burnt area in relationship to the annual average of the last 10 years.

Keywords: Guarda Nacional Republicana; Rural Fires; Grupo de Intervenção Proteção e Socorro; Unidade de Emergência Proteção e Socorro

ÍNDICE GERAL

EPIGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE TABELAS	xi
LISTA DE APÊNDICES	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiv
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TÉORICO E CONCEPTUAL	5
1 – A Problemática dos Incêndios	5
1.1 – A Floresta e os Incêndios em Portugal	5
1.2 – Os Incêndios Rurais e a Interface Urbano-Florestal.....	6
1.3 – Os Catalisadores dos Incêndios e o Paradigma das Alterações Climáticas.....	7
1.4 – Os Grandes Incêndios Rurais de 2017 em Portugal	9
1.5 – Os Relatórios da CTI e da CEIF da UC.....	10
1.6 – Considerações sobre o Capítulo	11
2 – A GNR no Sistema Nacional de Proteção Civil	12
2.1 – A Proteção Civil na Segurança Interna	12
2.2 – GNR enquanto Agente de Proteção Civil.....	13
2.3 – A Reforma no Sistema Nacional de Proteção Civil	14
2.4 – Defesa da Floresta Contra Incêndios	15
2.5 – A GNR no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais	15
2.6 – Considerações sobre o Capítulo	16
3 – Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro – Reestruturação	17
3.1 – Antecessores do GIPS na GNR	17
3.2 – Criação do GIPS	17
3.3 – Evolução do GIPS – 2006 a 2017.....	18

3.4 – Criação da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro	19
3.4.1 – Missão.....	19
3.4.2 – Atribuições e Organização	20
3.4.3 – Especialidades	21
3.4.4 – Implantação Territorial	21
3.4.5 – Recursos Humanos e Materiais	21
3.4.6 – Atividade Operacional.....	22
3.5 – Considerações sobre o Capítulo	23
PARTE II – TRABALHO DE CAMPO	24
4 – Metodologia de Investigação.....	24
4.1 – Metodologia de Abordagem à Investigação	24
4.2 – Procedimentos e Técnicas	25
4.2.1 – Amostragem – Composição e Justificação.....	26
4.2.2 – Recolha e Tratamento de Dados.....	27
4.2.2.1 – Entrevistas	28
4.2.2.2 – Inquérito por Questionários.....	28
4.2.2.3 – Observação Direta	28
5 -Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados.....	29
5.1– Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados dos Questionários	29
5.2 – Caracterização da Amostra dos Inquiridos.....	30
5.3 – Apresentação e Análise dos Resultados dos Questionários	31
5.3.1– Discussão e Análise dos Resultados da Questão n.º 10.1.....	32
5.3.2– Discussão e Análise dos Resultados da Questão n.º 10.2.....	32
5.3.3 – Discussão e Análise dos Resultados da Questão n.º 10.3.....	33
5.3.4 – Discussão e Análise dos Resultados da Questão n.º 10.4.....	33
5.3.5 – Discussão e Análise dos Resultados da Questão n.º 12.....	34
5.4 – Apresentação e Análise dos Resultados dos Inquéritos por Entrevista	35
5.4.1 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 1	35
5.4.2– Análise de Conteúdo da Questão n.º 2	36
5.4.3 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 3	37
5.4.4 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 4	39
5.4.5 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 5	40
5.4.6 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 6	41
5.4.7 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 7	43

5.4.8– Análise de Conteúdo da Questão n.º 8	44
5.4.9 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 9	45
5.4.10 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 10	46
5.5 – Discussão dos Resultados	48
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
Livros, artigos científicos e outros documentos impressos	56
Webgrafia	59
Legislação	62
APÊNDICES	I
Apêndice A – Estrutura do RCFTIA	II
Apêndice B – Análise dos Relatórios da CTI e da CEIF UC dos GIR de 2017	III
Apêndice C – Estrutura Orgânica da GNR adaptada ao DL n.º 113/2018	VII
Apêndice D – Previsão da Orgânica da UEPS enquanto Unidades Especial	VIII
Apêndice E – Características Sociométricas dos Entrevistados	IX
Apêndice F – Modelo de Análise de Investigação	X
Apêndice G – Carta de Apresentação	XII
Apêndice H – Guião de Entrevista	XIII
Apêndice I – Quadro de Análise às Respostas das Entrevistas	XV
Apêndice J – Determinação da Dimensão da Amostra do Questionário	XXXVI
Apêndice L – Estrutura do Inquérito por Questionário	XXXVII
Apêndice M – Alpha de Cronbach do Questionário	XLIII
Apêndice N — Resultados do Inquérito por Questionário	XLIV
Apêndice O — Cronológica	LII
ANEXOS	LIII
Anexo I – Lista de Conceitos	LIV
Anexo II – Figuras	LVI
Anexo III – Estatísticas da Atividade Operacional do GIPS/UEPS	LXII
Anexo IV – Relação do Efetivo da Atual Orgânica da UEPS	LXIII
Anexo V– Resultados Estatísticos da Mitigação aos Incêndios Rurais	LXVI
Anexo VI – Resumo do Relatório do Projeto de Cooperação Chileno	LXVIII
Anexo VII – Gestão de Incêndios Florestais em Portugal - GIPS	LXX

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura n.º 1** – Estrutura do RCFTIA
- Figura n.º 2** – Análise dos Incêndios Florestais Europeus
- Figura n.º 3** – Mapa Nacional de Risco de Incêndio de 1955
- Figura n.º 4** – Mapa de Sensibilidade ao Fogo de 1981
- Figura n.º 5** – Cartografia de Perigosidade de Incêndio Florestal
- Figura n.º 6** – Estrutura Missão da CTI
- Figura n.º 7** – Objetivos do RCM n.º 157 – A /2017
- Figura n.º 8** – Presença da UEPS no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais
- Figura n.º 9** – Ordem de Serviço n.º 64 do CG, de 30 de novembro de 1920
- Figura n.º 10** – Ordem de Serviço n.º 3 do CG, de 15 de janeiro de 1921
- Figura n.º 11** – Esquema Histórico – Evolutivo do GIPS
- Figura n.º 12** – UEPS na Orgânica da GNR, adaptação ao DL n.º 113/2018
- Figura n.º 13** – Previsão da Orgânica da UEPS enquanto Unidades Especial
- Figura n.º 14** – Implantação Territorial da UEPS
- Figura n.º 15** – Área de Influência dos Meios Aéreos de ATI DECIR 2017
- Figura n.º 16** – Área de Influência dos Meios Aéreos de ATI DECIR 2018
- Figura n.º 17** – Área de Influência dos Meios Aéreos de ATI DECIR 2019
- Figura n.º 18** – Viatura Ligeira de Combate a Incêndios
- Figura n.º 19** – Viatura Pesada de Ataque Ampliado
- Figura n.º 20** – Distribuição por Género dos Militares do GIPS
- Figura n.º 21** – Distribuição por Idades dos Militares do GIPS
- Figura n.º 22** – Distribuição por Classes dos Militares do GIPS
- Figura n.º 23** – Expectativas quando ingressou quanto à missão desempenhada
- Figura n.º 24** – Condicionantes prioritárias a serem melhoradas
- Figura n.º 25** – Esquema Cronológico
- Figura n.º 26** – Fórmula para cálculo de uma amostra, numa população finita

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Lista de Conceitos

Quadro n.º 2 – Características Sociométricas dos Entrevistados

Quadro n.º 3 – Modelo de Análise da Investigação

Quadro n.º 4 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 1

Quadro n.º 5 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 2

Quadro n.º 6 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 3

Quadro n.º 7 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 4

Quadro n.º 8 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 5

Quadro n.º 9 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 6

Quadro n.º 10 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 7

Quadro n.º 11 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 8

Quadro n.º 12 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 9

Quadro n.º 13 – Quadro de análise de conteúdo das respostas à questão n.º 10

ÍNDICE DE TABELAS

- Tabela 1** – Distribuição do Género dos Militares do GIPS
- Tabela 2** – Distribuição das Idades dos Militares do GIPS
- Tabela 3** – Média, Mediana e Moda das idades dos Militares do GIPS
- Tabela 4** – Habilitações Literárias dos Militares do GIPS
- Tabela 5** – Distribuição por Classes dos Militares do GIPS
- Tabela 6** – Motivação principal para ingresso no GIPS
- Tabela 7** – Unidade de Origem antes de ingressar no GIPS
- Tabela 8** – Tempo de Serviço no GIPS
- Tabela 9** – Expectativas quando ingressou quanto à missão desempenhada
- Tabela 10** – Unidade de colocação no GIPS/UEPS
- Tabela 11** – Função desempenhada pelo militar do GIPS
- Tabela 12** – Avaliação dos Equipamento de Proteção Individual dos Militares do GIPS
- Tabela 13** – Avaliação das Viaturas Ligeiras de Combate Inicial do GIPS
- Tabela 14** – Avaliação das Viaturas Pesadas de Combate Estendido do GIPS
- Tabela 15** – Avaliação da Uniformidade de Procedimentos do Dispositivo do GIPS
- Tabela 16** – Avaliação do Acompanhamento e Formação Contínua do GIPS
- Tabela 17** – Avaliação da Diferença do que se Treina e a Realidade
- Tabela 18** – Avaliação das Comunicações Rádio no Teatro de Operações do GIPS
- Tabela 19** – Avaliação da Coordenação do GIPS com os Comandos Territoriais
- Tabela 20** – Avaliação dos Recursos Humanos
- Tabela 21** – Avaliação do Treino e Preparação Física do GIPS
- Tabela 22** – Avaliação das Infraestruturas
- Tabela 23** – Avaliação dos Utensílios de Trabalho Manual do GIPS
- Tabela 24** – Avaliação dos Meios Tecnológicos do GIPS na vertente da Fiscalização
- Tabela 25** – Avaliação da Coordenação do GIPS com restantes Agentes de Proteção Civil
- Tabela 26** – Avaliação das Companhias de Ataque Estendido
- Tabela 27** – Contributo da Reorganização na Mitigação dos Incêndios Rurais
- Tabela 28** – Itens do Questionário que Pioraram
- Tabela 29** – Itens do Questionário sem alterações
- Tabela 30** – Itens do Questionário com melhorias significativas
- Tabela 31** – Itens do Questionário com melhorias
- Tabela 32** – Condicionantes prioritárias a serem melhoradas

Tabela 33 – Lista de Conceitos

Tabela 34 – Resultados das Ações de 2018

Tabela 35 – Relação do Efetivo da Atual Orgânica da UEPS

Tabela 36 – Estatísticas dos Incêndios Rurais em 2018

Tabela 37 – Estatísticas de Incêndios Rurais por Classes de área em 2018

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A	Estrutura do TIA
Apêndice B	Análise dos Relatórios da CTI e da CEIF da UC dos GIR de 2017
Apêndice C	Estrutura Orgânica da GNR adaptada ao DL n.º 113/2018
Apêndice D	Previsão da Orgânica da UEPS enquanto Unidade Especializada
Apêndice E	Características Sociométricas dos Entrevistados
Apêndice F	Modelo de Análise da Investigação
Apêndice G	Carta de apresentação
Apêndice H	Guião de Inquérito por Entrevista
Apêndice I	Quadro de Análise às Respostas das Entrevistas
Apêndice J	Determinação da Dimensão da Amostra do Questionário
Apêndice L	Estrutura do Inquérito por Questionário
Apêndice M	Alpha de Cronbach do Questionário
Apêndice N	Resultados do Inquérito por Questionário
Apêndice O	Cronologia

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

Al.	Alínea
AM	Academia Militar
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil
ANPC	Autoridade Nacional da Proteção Civil
APC	Agente de Proteção Civil
Art.º	Artigo
ATA	Ataque Ampliado
ATI	Ataque Inicial
C&C	Comando e Controlo
CATE	Companhia de Ataque Estendido
CCCO	Centro de Comando e Controlo Operacional
CEIF	Centro de Estudos de Incêndios Florestais
CEPS	Companhia de Emergência de Proteção e Socorro
CERE	Capacidade Europeia de Resposta a Emergências
CG	Comando-Geral
CIPS	Companhia de Intervenção de Proteção e Socorro
CMA	Centro de Meios Aéreos
CMD	Comando
Cmdt	Comandante
CTer	Comando Territorial
CTI	Comissão Técnica Independente
DECIR	Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais
DL	Decreto-lei
DON	Diretiva Operacional Nacional
EM	Estado-Maior
Fig	Figura
GIPS	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
GIR	Grandes Incêndios Rurais
GNR	Guarda Nacional Republicana
Ha	Hectar
Helis	Helicópteros
HI	Hipótese de Investigação

ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IF	Incêndios Florestais
IR	Incêndios Rurais
IUF	Interface Urbano Florestal
LBPC	Lei de Bases da Proteção Civil
LOGNR	Lei Orgânica da GNR
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PD	Pergunta Derivada
PP	Pergunta de Partida
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RH	Recursos Humanos
SDFCI	Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios
SI	Segurança Interna
SNPC	Serviço Nacional de Proteção Civil
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
Tab	Tabela
TN	Território Nacional
TO	Teatro de Operações
UAV	Unmanned Aerial Vehicle
UC	Universidade de Coimbra
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UE	União Europeia
UEPS	Unidade de Emergência de Proteção e Socorro
UI	Unidade de Intervenção
Un	Unidade
VFCI	Veículo Florestais de Combate a Incêndios
VLCI	Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios

INTRODUÇÃO

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) é parte integrante da estrutura curricular e do plano de estudos, respeitantes ao Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, da Academia Militar (AM). O presente trabalho, intitulado “**Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro – Evolução e Tendências**” constitui-se como um requisito à conclusão do Tirocínio para Oficiais e à consequente obtenção do grau de Mestre.

Mais do que uma investigação que representa o culminar do curso de formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR), visa contribuir para o conhecimento aprofundado de matérias institucionais, no que diz respeito às suas alterações estruturo-organizacionais, no quadro da Proteção e Socorro e na problemática da mitigação dos Incêndios Rurais (IR).

Em 2017, Portugal foi “fustigado pela maior vaga de incêndios desde que há memória, com inúmeros prejuízos em habitações, explorações agrícolas, infraestruturas, equipamentos e bens de pessoas, empresas e autarquias locais, além de consequências trágicas ao nível de vidas humanas”¹. A dimensão sem precedentes dos IR que devastaram o país chamou a atenção para problemas relativos à segurança de pessoas e bens, no âmbito da Proteção Civil, e, conseqüentemente, para as causas da sua ignição e propagação. Neste sentido, destaca-se, por um lado, o fenómeno das alterações climáticas e, por outro, os fatores humanos, de negligência, dolo ou acidente, que têm influência na sua origem, severidade e propagação, direta ou indiretamente.

Desta forma, urge abordar a natureza estrutural do problema, remetendo para a necessidade de reestruturar a organização e as metodologias do Sistema Nacional de Proteção Civil (SNPC), em prol da mitigação destes eventos extremos.

Decorrente dos Grandes Incêndios Rurais (GIR) de 2017 em Portugal, o governo viu-se obrigado a reformular, uma vez mais, o SNPC, sustentando-se nas conclusões e recomendações dos Relatórios da Comissão Técnica Independente (CTI) e dos Relatórios do Centro de Estudos de Incêndios Florestais (CEIF) da Universidade de Coimbra (UC), coordenado pelo Professor Doutor Xavier Viegas.

¹ XXI Governo Constitucional (2017). Comunicado da Resolução de Conselho de Ministros Extraordinária. Acedido a 27 de dezembro de 2017 em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=177>.

Com a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 157-A/2017, inicia-se, então, a reforma do SNPC, que vem produzir alterações estruturais no quadro da Proteção Civil, bem como nos seus diversos intervenientes. Por conseguinte, através do Decreto-lei (DL) n.º 113/2018, de 18 de dezembro, é criada a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) da Guarda Nacional Republicana, que vem suceder o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS). Essa Unidade, resulta de um processo de reestruturação² do GIPS, tendo em vista aumentar a eficácia e a eficiência na mitigação dos IR.

Contudo, na presente investigação vai ser abordada a reorganização estruturo-organizacional do GIPS, enquanto processo intermédio da referida reestruturação, pelo que se justifica ainda se “falar” de GIPS, em algumas circunstâncias³.

O propósito deste estudo consiste num enunciado declarativo que indica as intenções do investigador em relação ao que pretende fazer no seu decurso (Freixo, 2012, p. 192). Nesse sentido, toda a pesquisa teve um objetivo determinado para saber o que se ia procurar e o que se pretendia alcançar (Marconi & Lakatos, 2003, p. 156).

O presente TIA tem como **objetivo geral (OG)**: analisar e caracterizar o contributo da nova reorganização estruturo-organizacional do GIPS, após os GIR de 2017, tendo em vista a mitigação dos IR.

Segundo Marconi & Lakatos (2003, p. 219), ao passo que o objetivo geral está ligado a uma visão global e abrangente do tema, os objetivos específicos (OE) apresentam um caráter mais concreto, desempenhando uma função intermediária e instrumental, permitindo atingir o OG. Os **OE desta investigação são os seguintes**:

- OE1:** Identificar e explicar as principais causas que levaram à necessidade de reforma do SNPC;
- OE2:** Analisar a pertinência da reestruturação do GIPS;
- OE3:** Identificar e compreender as principais reformas do SNPC, no âmbito do Sistema de Defesa da Florestas Contra Incêndios (SDFCI), da competência do GIPS;
- OE4:** Caracterizar o “Novo Modelo” do GIPS na GNR – UEPS;
- OE5:** Identificar a mais-valia da nova estrutura na mitigação nos IR.

² Segundo Girod e Karim (2017), por vezes, as instituições têm de se organizar, para conseguirem lidar com as condições de “mercado” em constante mudança, necessitando de uma nova estrutura ou de ajustar a existente, ou seja, de realizar uma reestruturação ou uma reorganização.

³ A reestruturação envolve a mudança em torno do qual os recursos e atividades são agrupados e coordenados, ou seja, há uma “mudança interna drástica ou fundamental que altera as relações entre diferentes componentes ou elementos de uma organização ou sistema” (Girod, S. and Karim, S., 2017). Por sua vez, a reorganização ou reconfiguração, envolve adicionar, dividir, transferir, combinar ou dissolver subestruturas, sem modificar a estrutura subjacente da empresa (BusinessDictionary, 2019).

Após a justificação e enquadramento do tema, bem como a definição dos seus objetivos, formulou-se a pergunta de partida (PP), que, de acordo com Quivy & Campenhoudt (2013, pp. 31 e 32), se constitui como um primeiro fio condutor da investigação que permite estruturar e dar coerência ao trabalho. A mesma deve revestir-se de um caráter norteador do trabalho de investigação, através de pressupostos como a objetividade e a inteligibilidade, convergindo segundo Quivy & Campenhoudt, “tal e qual um farol, toda a sua investigação, com qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência” (2013, p. 44). Neste sentido, a **PP** que se levanta é a seguinte: **“De que forma a nova reorganização estruturo-organizacional do GIPS contribui para a mitigação dos incêndios rurais?”**.

As perguntas derivadas (PD), traduzem-se em questões que foram formuladas com o objetivo de escalpelizar as PP, como, por exemplo, para acautelar eventuais desvios do curso principal, alicerçando todo o trabalho de investigação. Vêm, portanto, procurar obter uma resposta lógica à PP e atingir os OE (Sarmiento, 2013). Atendendo às considerações feitas, **as PD são as seguintes:**

PD1 – Qual é mais-valia da estrutura do GIPS/GNR no SNPC?

PD2 – De que forma o GIPS/GNR, vai ao encontro das atuais necessidades do SNPC no âmbito dos IR?

PD3 – De que forma a nova reorganização estruturo-organizacional reforçou o GIPS em matéria dos IR?

PD4 – Qual o impacto da reorganização estruturo-organizacional na atividade operacional do GIPS?

PD5 – Quais as atuais exigências da UEPS, enquanto novo modelo de Proteção e Socorro?

No que se refere aos cinco capítulos seguintes, estes encontram-se organizados em duas partes fundamentais, que se encontram discriminadas abaixo.

A primeira parte, constituída por três capítulos, pretende fazer o enquadramento teórico da investigação. Esta tem início no Capítulo 1 e começa por abordar a problemática dos IR em Portugal, nomeadamente para os problemas dos IR na Floresta Portuguesa, que convergem em impactos ao nível da própria segurança. Ainda neste capítulo são abordados os GIR que ocorreram em 2017, em Portugal, fazendo-se uma breve alusão às suas consequências e remetendo posteriormente para as conclusões e para as recomendações dos relatórios da CTI e do CEIF da UC, enquanto ponto de partida para a reforma do SNPC. No Capítulo 3, é feita também uma breve referência às principais alterações, que ocorreram entre

2017 e 2019, nomeadamente a reforma do SNPC e as implicações no SDFCI e no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR). O Capítulo 5 vem particularizar as alterações do GIPS decorrentes dessa reforma, particularmente no que diz respeito à criação da UEPS, enquanto estrutura que o veio suceder e a congregar todas as suas valências, fazendo uma análise e caracterização deste novo modelo, no que concerne essencialmente à temática dos IR.

Por sua vez, a segunda parte é constituída por dois capítulos, que materializam o trabalho de campo realizado. Desta forma, o Capítulo 6 enuncia a metodologia utilizada e os procedimentos e técnicas adotados para a recolha de dados e caracteriza a amostra alvo, quer de inquiridos por entrevista, quer por questionário. O Capítulo 7 faz a apresentação, a análise e a discussão dos resultados obtidos com as entrevistas, através da realização dos questionários.

Por último, a Conclusão e as Recomendações, têm por base a verificação da HI, de modo a responder às PD e conseqüentemente, à PP. Fazem referência aos aspetos, que se considera serem pertinentes para a investigação efetuada, sendo também são mencionados os novos conhecimentos que foram adquiridos. Esta parte refere, igualmente, recomendações relativas a eventuais investigações que possam surgir como resultado deste estudo⁴.

⁴ Ver Apêndice A – Estrutura do RCFTIA

PARTE I – ENQUADRAMENTO TÉORICO E CONCEPTUAL

1 – A Problemática dos Incêndios

Neste capítulo será abordada a problemática dos IR, atendendo, por um lado, à importância que esta temática tem em Portugal e, por outro aos fatores que influenciam o seu impacto enquanto fenómeno catastrófico⁵.

1.1 – A Floresta e os Incêndios em Portugal

Ano após ano, o flagelo dos incêndios atinge o país de forma sistemática e devastadora, gerando na população um sentimento de impotência e rendição face à força tão poderosa e destrutiva (Livre Branco, 2003). O aumento acentuado do número de Incêndios Florestais (IF)/IR e da área queimada resulta de uma multiplicidade de fatores, muitos dos quais são o resultado das profundas mudanças sociais e económicas da população portuguesa, particularmente das pessoas que vivem em áreas florestais (Leite et al., 2019, p. 117).

Segundo Louro (2017), o grande problema foi o fogo deixar de ser um elemento natural, passando, excessivas vezes a ser um elemento descontrolado. Atendendo a esse facto e, sendo Portugal um dos países europeus com maior área de florestal (Pereira, 2014, p.43), “com um coberto vegetal muito denso, composto essencialmente pelas espécies arbóreas, Eucalipto e Pinheiro” (CEIF, 2017, p.224), em relação à área total do território, o país acaba por se tornar uma potencial vítima desta problemática.

Os IF são, portanto, um dos mais importantes distúrbios naturais que afetam as florestas do Mediterrâneo, sendo que 2017 será certamente lembrado como um ano catastrófico em termos de área florestal destruída pelo fogo em vários países do Mediterrâneo, com enormes danos em termos de vidas humanas e questões económico-ambientais (Battipaglia et al., 2017). Portugal, “à semelhança de outros países, em especial da bacia mediterrânica, tem condições naturais que se conjugam para que o fogo seja um dos principais perigos que ameaçam as nossas florestas.” (Viegas, 1989, p. 3). Isto acontece porque o verão apresenta, cada vez com mais frequência, temperaturas elevadas em conjugação com precipitação reduzida e evaporação forte, levando a que a vegetação tenha elevados índices de secura e que, conseqüentemente, seja facilmente inflamável (Duarte, 2005).

⁵ A temática em questão está associada a um importante e variado leque de conceitos que, pelo limite de caracteres autorizados, serão remetidos para o Anexo A, de modo a facilitar a literatura expressa.

Nos últimos anos, os GIR afetaram repetidamente a Europa, em especial os países mediterrânicos⁶, nomeadamente Portugal, Espanha, Itália, Grécia e França, onde é evidente a relação entre a variável “dano” com anos em que as condições climáticas, foram mais desfavoráveis, contribuindo para amplificar o impacto (Rigo et al., 2017). Contudo, em 2018, “os incêndios florestais afetaram não apenas a região do Mediterrâneo, mas também a Suécia, o Reino Unido, a Irlanda, a Finlândia e a Letônia” (ECPHAO, 2019)⁷, países onde os IF não eram uma preocupação no passado.

No caso particular de Portugal, os próprios incêndios assumem uma dispersão, relativamente homogénea ao nível da sua reincidência, influenciada por um conjunto de fatores, como por exemplo:

“a diversidade do país a nível geográfico, climático, social, cultural e infraestrutural, ao despovoamento do interior e ao envelhecimento da população rural, às alterações relativas ao aproveitamento e exploração da floresta, às alterações climáticas e à acumulação de elevada carga de combustível, reúnem condições cada vez mais favoráveis ao desenvolvimento de incêndios florestais mais complexos e violentos” (ANEPC, 2019, p.10).

Nesse sentido, atendendo às estatísticas divulgadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), verifica-se que, em Portugal, os IR têm maior expressão na zona centro⁸ do país, onde, conseqüentemente, se constata uma maior presença dos meios de proteção e de socorro.

1.2 – Os Incêndios Rurais e a Interface Urbano-Florestal

Os incêndios são evidentemente uma problemática transversal às gerações. Contudo, o espaço onde estes ocorrem tem mudado, bem como a sua intensidade e as suas conseqüências. Atualmente, não se trata efetivamente dos IF, como ocorria no passado, mas sim de IR. Apesar de parecer meramente uma questão de semântica, a verdade é que, com o passar dos anos, ocorreu uma transição espacial, daquilo que eram habitualmente as áreas afetadas pelo fogo e, conseqüentemente, os riscos associados.

Dada a necessidade de desmistificar os conceitos⁹, vêm-se definir e destriçar os termos “Incêndios Agrícolas”, “IF e “IR”. Nesse sentido, um incêndio agrícola, verifica-se, quando “no incêndio rural, a área ardida agrícola é superior à área ardida florestal e a área ardida florestal é inferior a 1 hectare”. Por sua vez, um IF dá-se quando ocorre um “IR em

⁶ Ver Figura 2 – Análises de incêndios florestais europeus ocorridos nos últimos 30 anos

⁷ European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations (ECPHAO)

⁸ Ver Figuras 3, 4 e 5, que espelham o historial de risco de incêndios em Portugal nos últimos 64 anos.

⁹ Tendo por base o n.º 1 do art.º 2.º do DL n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual dada pelo DL n.º 10/2018, de 14 de fevereiro

que a área ardida florestal for superior à área agrícola e a área ardida total é inferior a 1 hectare, ou sempre que a área ardida florestal seja superior a 1 hectare”. Por outro lado, os IR ocorrem “sempre que, o IF ou agrícola decorre nos espaços rurais.”

Atendendo às estatísticas, em Portugal, a proliferação da grande maioria dos incêndios ocorre na interface rural, ou seja, não na floresta, mas na área envolvente às habitações. Assim, considera-se que os IR em Portugal são um problema crescente. Os IR “são das catástrofes naturais mais graves em Portugal, não só pela elevada frequência com que ocorrem e extensão que alcançam, como pelos efeitos destrutivos que causam” (ProCiv, 2019).

Os IR ocorrem no ambiente da Interface Urbano-Florestal, que é caracterizada por ser a zona de transição entre a área florestal e habitacional (Mefistoforestfires, 2016, p.5), ou seja, “o espaço onde as estruturas e a vegetação coexistem num ambiente propício aos incêndios” (CIC, 2008), ponto onde o combustível que alimenta um IF muda de combustível natural, proveniente do meio florestal, para combustível urbano – aquele que é produzido pelo homem (Butler, 1974). Partindo desta premissa, podemos prosseguir para outros patamares e distinguir dois tipos de interface entre áreas florestais e áreas habitadas: a zona habitacional compacta, que confina diretamente com a floresta, e uma zona habitacional ou de casas dispersas, misturadas com a vegetação florestal (Catarino, 2003). As grandes variações demográficas e as mudanças climáticas criaram muitas e novas preocupações que remetem para atitudes de contínua prevenção, análise e gestão de risco (Amaro, 2012, p.21).

1.3 – Os Catalisadores dos Incêndios e o Paradigma das Alterações Climáticas

Existe uma transversalidade na consonância dos fatores que contribuem para a ocorrência e desenvolvimento de um IF ou IR. Por um lado, as causas relacionadas com a atividade humana¹⁰, quer seja acidental, negligente¹¹ ou deliberada, e, por outro lado, as causas naturais, nomeadamente o clima¹², que correspondem a uma pequena percentagem do número total de ocorrências (ao nível da sua ignição), mas que assumem papel preponderante, uma vez que, influencia um conjunto de outros fatores (Rigo et al., 2017, p.41). Facto esse corroborado pelo CEIF da UC, que refere que “o papel desempenhado pelas condições climáticas e meteorológicas nas fases iniciais e na propagação de um incêndio florestal é amplamente reconhecido” (2019, p.39).

¹⁰ Segundo o Relatório da CTI, as principais causas para os GIR de outubro, foram as queimadas (33%), incendiário (35,9%) e os reacendimentos (23,6%).

¹¹ queimadas, queima de lixos, lançamento de foguetes, cigarros mal apagados, linhas elétricas, e, etc.

¹² os incêndios por causas naturais, em Portugal, têm origem somente em trovoadas.

Podemos afirmar que, muitas são as variáveis envolvidas tanto na ignição, como na propagação dos incêndios, pelo que importa intervir primeiramente na sua prevenção, mas sem nunca descurar a intervenção, essencialmente a de ATI, por forma a circunscrever o incêndio. As alterações climáticas assumem-se cada vez mais, como fator catalisador de eventos extremos evidenciados pelas próprias catástrofes climáticas registadas nos últimos anos, onde podemos destacar os GIR em Portugal em 2017, bem como os incêndios na Grécia. Em 2018, surgiram novamente os incêndios em Portugal, em Monchique e nos Estados da Califórnia nos Estados Unidos da América.

Rigo (2017, p. 40) refere mesmo que o perigo de IF irá aumentar em relação ao presente, por todo o mundo, mas evidenciando-se mais nos países mediterrânicos, em que o impacto das mudanças climáticas será sentido de forma exponencialmente mais acentuada. No caso particular de Portugal a “atual situação de mudança climática, os cenários de seca, de tempo quente, de trovoadas secas e outros fatores agravantes dos incêndios florestais, tendem a ser cada vez mais frequentes, pelo que podemos contar que as condições (...) se podem repetir” (CEIF,2017, p.226)

As condições climáticas¹³ têm um impacto importante na severidade dos IF, com riscos particularmente altos durante longos períodos de seca e onde a precipitação, o vento, o tipo de vegetação, a orografia do terreno e as práticas de gestão florestal determinam as dimensões do IF (ECPHAO, 2019). Leite et al. (2019, p.117), identifica os fatores metrológicos, como aqueles que mais condicionam os IF em Portugal, uma vez que, em maior ou menor grau influenciam todas as outras variáveis físicas, em particular a condição dos combustíveis.

Segundo Guterres (2018), “a mudança climática é a maior ameaça à segurança humana”. As alterações climáticas “poderão ter implicações potencialmente grandes na segurança”, sendo que os “riscos reais e, os seus impactos já se fazem sentir, tendo implicações na segurança internacional e conseqüentemente, para a própria segurança da Europa”. (NATO, 2009, p.2). A problemática já não é nova e, portanto, “todos temos bem consciência que a maior ameaça à segurança interna que o país, enfrenta é aquela que está associada aos riscos de incêndio resultantes das alterações climáticas” (Costa, 2018)¹⁴.

¹³ “As condições climáticas estão associadas ao estado da atmosfera e do ambiente, nomeadamente do solo e da vegetação, relacionadas com os fatores de longa duração e as condições meteorológicas estão associadas aos fatores de curta duração”. (CEIF, 2019, p.40)

¹⁴ XXI Governo Constitucional (2018). A maior ameaça à segurança interna que o País enfrenta é a dos riscos de incêndio. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=a-maior-ameaca-a-seguranca-interna-que-o-pais-enfrenta-e-a-dos-riscos-de-incendio> [Acedido 9 fevereiro de 2019].

Entre as várias catástrofes que podem ocorrer atendendo o seu historial em Portugal destacamos os IR, que têm moldado a história do país nos últimos anos e que cada vez mais assumem-se como um fator de insegurança, dada a sua imprevisibilidade, frequência e severidade.

O fenómeno dos incêndios não é recente e, tem-se acentuado muito devido às alterações climáticas, que “representam uma ameaça urgente e potencialmente irreversível para as sociedades humanas e para o planeta” (NU, 2015, p. 1-2). Portanto, assume-se como uma preocupação comum que necessita de uma resposta eficaz. Nesse sentido, a ProCiv (2019) considera que as acessibilidades ao local do incêndio e o tempo de intervenção¹⁵ no ataque ao fogo são alguns dos fatores que permitem reduzir o impacto da dimensão do incêndio.

A vulnerabilidade das sociedades aos fenómenos naturais é, então, o reflexo do grau de preparação de cada um a face aos mesmos (ProCiv, 2019)¹⁶. Também Abreu (2010, p.13), refere que “a gravidade dos impactos depende, em grande parte, da capacidade de os Estados responderem aos seus riscos de segurança”, ficando clara a necessidade de existir uma ação de antecipação de eventos que possam representar um risco para a sua segurança, adotando uma atitude proativa e não reativa. Destaca-se, então, o grau de preparação como fator preponderante à ocorrência de um determinado fenómeno, pelo que se reflete que o mesmo tipo fenómeno, ocorrendo nos mesmos moldes em sociedades diferentes, pode provocar fortes impactos numa sociedade e não afetar outra da mesma forma. Assim sendo, a “intervenção humana pode desempenhar um papel de decisivo tanto na sua origem, como na limitação do seu desenvolvimento” (ProCiv, 2019).

1.4 – Os Grandes Incêndios Rurais de 2017 em Portugal

Em 2017, a área total queimada na Europa foi de 1,2 milhões de hectares (ha), uma área maior do que o tamanho da República de Chipre (ECPHAO, 2019). Nesse mesmo ano, verificou-se em Portugal o maior desastre de sempre em termos de IR, considerado o mais mortífero da história do país e o 11.º mais mortífero a nível mundial desde 1900 (Aon, 2018, p.21). De acordo com as estatísticas do ICNF o ano de 2017 foi considerado como o mais severo dos últimos 15 anos, com valores semelhantes ao ano de 2005, até aqui considerado o mais severo (2017, p. 6).

¹⁵ tempo decorrido entre o alerta e o Ataque Inicial (ATI), segundo o autor.

¹⁶ <http://www.prociv.pt/pt-pt/RISCOSPREV/APRESENTACAO/Paginas/default.aspx>

Os GIR de 2017 em Portugal, colocaram a problemática da floresta e dos IR/IF, uma vez mais, na ordem do dia. Em consequência desses GIR, verificaram-se 112 vítimas mortais, 66 no GIR de Pedrogão Grande e as restantes 48 nos GIR de 15 de outubro (CTI, 2018, p. 7), além de “centenas de feridos entre graves e ligeiros, com sérios impactos sociais e económicos, e uma destruição ambiental e patrimonial, nomeadamente em áreas de Interface Urbano Florestal e Industrial, numa escala nunca antes registada em Portugal” (CEIF, 2019, p. 20). Segundo dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a área ardida em Portugal Continental, entre 1 de janeiro e 31 de outubro, foi de 442.418 ha, correspondendo 264.951 ha a povoamentos e 177.467 ha a matos (INCF, 2017, p.5). Contudo, dados do JCR, referentes a 2017, agravam esse panorama, contabilizando um total de 539.921 ha, de área ardida, provenientes de 21.006 fogos rurais. Tudo isto, veio contribuir para um prejuízo económico superior a mil milhões de euros (AON, 2013, p. 42).

Dessa forma, “importa, por isso, preparar o país para um tal cenário e evitar uma tragédia semelhante, que tem o potencial de ocorrer em várias outras regiões de Portugal” (CEIF, 2017, p. 226). Cabe-nos a nós, olhar para o sucedido no passado, para compreendermos que atitudes temos de tomar no presente e evitar, que no futuro, se voltem a repetir situações semelhantes, ou que pelo menos, não tenham a dimensão de 2017.

1.5 – Os Relatórios da CTI e da CEIF da UC

No seguimento dos GIR de 2017, foi criada a CTI através da Lei n.º 49-A/2017, com a finalidade de realizar uma “análise célere e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em (...) 2017”.¹⁷ Por sua vez, a CEIF da UC¹⁸, aceitou o desafio do governo para elaborar um relatório com base nesses mesmos acontecimentos.

Os Relatórios da CTI e do CEIF da UC, apontaram para falhas estruturais e operacionais no modelo de prevenção e de supressão de IR, bem como no sistema de resposta da Proteção Civil, fazendo referência a uma necessidade urgente de soluções profundas, estruturantes e consensuais. Os mesmos destacaram, ainda, um conjunto de recomendações, no seguimento das suas conclusões¹⁹, que visam colmatar as lacunas identificadas, bem como maximizar as potencialidades do sistema, de modo a mitigar a possibilidade de ocorrências semelhantes às de 2017 ou, pelo menos, garantir que as

¹⁷ Composta por doze técnicos especialistas de reconhecido mérito, nacionais e internacionais.

¹⁸ O CEIF da UC, dedica-se à investigação aplicada no âmbito dos IF e dos incêndios na IUF, tendo como objetivo fundamental a promoção do conhecimento científico dos fenómenos relacionados com a ocorrência e propagação dos IF, com vista ao suporte dos esforços comuns para a minimização dos impactos negativos.

¹⁹ Apêndice B - Análise dos Relatórios da CTI e da CEIF da UC dos GIR de 2017.

consequências sejam de muito menor gravidade. Os relatórios vêm, assim, clarificar a necessidade de envolver toda a sociedade no problema dos incêndios, através de campanhas de sensibilização sobre a temática da proteção civil e da autoproteção junto das populações. Por outro lado, referem que deverá existir uma maior formação e qualificação, ajustadas às necessidades do sistema, tendo uma base cada vez mais profissionalizada, especializada e interoperável, pelo que, nesse sentido, promovem a urgência de garantir a partilha de conhecimento e de experiência das diversas entidades, através da cooperação.

Por último, vêm ainda promover uma maior integração da prevenção e do combate. Na prevenção fazendo uma utilização adequada do fogo na gestão de combustíveis e no combate reforçando a capacidade de Ataque Ampliado (ATA)²⁰, para cumprir as atuais exigências.

1.6 – Considerações sobre o Capítulo

As alterações climáticas assumem, portanto, um papel preponderante nas catástrofes e, no caso específico de Portugal, nos IR, que, sendo um fenómeno incontável, cabe-nos a nós atuar para mitigar os riscos e as consequências daí advindas, em prol de uma considerável atenuação desses efeitos. Urge, então, a necessidade de prevenir as causas da ignição e da propagação dos incêndios, assim como trabalhar em prol das restantes variáveis, nomeadamente em fatores como a acessibilidade, o tempo de reação e os meios humanos e as materiais, tendo em vista uma intervenção eficaz e eficiente.

Desta forma, verifica-se, que em Portugal, os incêndios, sejam eles florestais ou rurais, estão associados a dois grandes fatores: o Homem e as alterações climáticas. Por um lado, o Homem por questões culturais, sociais e económicas que, pela ação ou inação, favorece a ignição e a propagação de incêndios em toda a paisagem. Por outro lado, as alterações climáticas, com grande enfoque na bacia mediterrânica, que afeta Portugal.

Com tudo isto, destaca-se a urgente necessidade de apostar num ciclo preventivo, caracterizado por uma constante reavaliação, ou seja, prevenir antes de ocorrer, combater o incêndio, quando este aparecer e recuperar as áreas para que as florestas possam reflorescer. Só deste modo, iremos conseguir aumentar a sua resiliência, atenuar os seus impactos e restabelecer o sentimento de segurança nas populações.

Neste capítulo, identificaram-se e explicaram-se as principais causas que levaram à necessidade de reforma do SNPC, bem como analisou-se a pertinência da reestruturação do GIPS, cumprindo-se assim o OE1 e OE2.

²⁰ Ver “Estrutura Missão da CTT” – Figura 6

2 – A GNR no Sistema Nacional de Proteção Civil

2.1 – A Proteção Civil na Segurança Interna

Proteção Civil e Segurança Interna (SI) são dois conceitos interdependentes e indissociáveis de um grande sistema, que tem como finalidade primordial assegurar a todos os cidadãos o direito à segurança. A SI define-se, nos termos da Lei 53/2008, de 29 de agosto, como a atividade desenvolvida pelo Estado, através das Forças e dos Serviços de Segurança, nos termos da Constituição, da Lei de Segurança Interna (LSI), da Lei Penal e Processual Penal, da Lei-quadro da Política Criminal, das leis sobre política criminal e das leis orgânicas das respetivas Forças e Serviços de Segurança como a forma de:

“garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática” (n.º 1 do art.º 1 da LSI).

Por sua vez, a Proteção Civil define-se, nos termos do art.º 1 da Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC), como sendo “a atividade desenvolvida (...) com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave e catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”. Nesse sentido, a função da Proteção Civil constitui-se como “outro pilar da Segurança Nacional, a qual está relacionada com a defesa da comunidade e dos indivíduos, contra ocorrências não humanas, que implicam a destruição ou a possibilidade de destruição dos seus bens e direitos” (Gouveia, 2018, p. 830). Nesse sentido, a atividade de Proteção Civil visa “garantir a prevenção, a preparação, a resposta e a recuperação face ao conjunto diversificado de riscos coletivos naturais e tecnológicos (...), bem como a prevenção e o combate” aos IR (Preambulo, DL 45/2019).

Ambos os conceitos surgem no sentido de desenvolver uma maior articulação e integração, entre todos os APC e demais intervenientes e, tal como refere Pino, “desta interdependência e interoperabilidade entre segurança e proteção civil, e por reconhecida confiança no trabalho por si desenvolvido, têm sido atribuídas à GNR novas competências e maiores responsabilidades em matéria de proteção civil” (2008, p. 6).

Nesse sentido, cabe-lhe competências e incumbências no âmbito da temática dos IR, no sentido lato da segurança, tanto enquanto força policial territorialmente competente (*security*), como numa vertente mais específica (*safety*), enquanto força operacional de proteção contra incêndios (Amaro, 2012).

2.2 – GNR enquanto Agente de Proteção Civil

A Guarda exerce funções no âmbito da Proteção Civil, possuindo uma missão extensa, multifacetada e exercida em permanência em todo o território nacional (TN)²¹.

Deste modo, podemos afirmar que tem como missão geral, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e de proteção, de garantir a SI, pelo que lhe é igualmente atribuída, a responsabilidade de proteção e de socorro, nomeadamente de “proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza”. Além disso, tem também função de executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o TN, em situação de emergência, de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de IF²².

O militar da Guarda, “está investido do poder de autoridade, nos termos da legislação em vigor”, sendo que, “no exercício das suas funções, é agente da força pública, autoridade e órgão de polícia”, tendo a obrigatoriedade de cumprir todos os deveres que lhe são atribuídos.

Enquanto APC, o militar da Guarda tem o dever de “acudir com rapidez e prestar auxílio em situações de catástrofe ou calamidade pública, manifestando todo o empenho no socorro dos sinistrados e na atenuação dos danos”²³. Nesse sentido, e no âmbito das missões de apoio e de socorro, é desempenhada por todas as Unidades da Guarda a “prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações de acidente grave ou calamidade”. Esta missão específica poderá ser executada também através de patrulhamento, como “uma ação essencialmente preventiva e de vigilância”²⁴, contribuindo igualmente como elemento dissuasor.

Segundo consta no Manual de Operações da GNR:

“O auxílio e socorro às populações tem sido uma missão tradicionalmente, atribuída à GNR e mesmo às instituições que a antecederam. Numa análise, mesmo superficial, sobre a evolução da Guarda ao longo do tempo, verificar-se-á que a esta vertente da missão geral sempre foi atribuída grande importância e que a lei, sempre lhe conferiu poderes e competências neste domínio (...) aquando da ocorrência de catástrofes ou calamidades ou na simples ajuda a qualquer pessoa vítima da ação humana ou da natureza”. (Capítulo XV, 1996, p.123).

Nesse sentido, apreende-se que a Guarda, contribui indubitavelmente para os vários espectros da salvaguarda humana, potenciando o sentimento de segurança.

²¹ Capítulo XV – Auxílio e Socorro – Manual de Operações, Volume II, (1996), p.124

²² do DL n.º 63/2007, de 6 de novembro – Orgânica da GNR, al. i), do art.º 3.º

²³ n.º 6 do Art.º 11.º do DL n.º 30/2017, de 22 de março – Estatuto dos Militares da GNR

²⁴ Capítulo I e III, do Manual de Operações, Volume I (1996)

2.3 – A Reforma no Sistema Nacional de Proteção Civil

Ao longo dos anos, o SNPC, tem sofrido consecutivas alterações, com vista a tornar o sistema mais adequado às ameaças, onde os incêndios ganham lugar de destaque pelas piores razões. Nas últimas duas décadas, observaram-se duas grandes reformas do SNPC, coincidentemente ou não, após a ocorrência de dois períodos de grandes incêndios em Portugal. Em 2003 e 2005, a gravidade e dimensão dos IF, “contribuíram para uma súbita tomada de consciência, quer pela população, quer pelo poder político, de uma nova realidade que pôs a nu as deficiências do sistema de prevenção e socorro” (Amaro, 2012, p. 31), o que desencadeou, em 2006, a primeira grande reforma do SNPC.

Passados 11 anos, deparámo-nos, com a necessidade de concretizar uma segunda grande reforma do SNPC, após os GIR de 2017. Estes GIR, “motivaram uma reformulação sistémica da prevenção e do combate aos IR, assente num conjunto de medidas sólidas”, consagradas na RCM n.º 157 – A/2017, de 21 de outubro²⁵, com vista a qualificar e capacitar os vários intervenientes, aumentar a resiliência do território, reforçar a segurança das populações e reformar o “modelo” de proteção já existente. Isto foi realizado através de um conjunto de legislações subsequentes, que se encontram discriminadas abaixo pela sua relevância:

- Lei n.º 76/2017 de 17AGO, que altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), procedendo à quinta alteração ao DL n.º 124/2006, de 28 de junho;
- DL n.º 12/2018, de 16FEV – Cria a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF);
- RCM n.º 20/2018, de 1MAR – Aprova a Diretiva Única de Prevenção e Combate (DUPC);
- DL n.º 113/2018, de 18DEZ – Cria a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro;
- RCM n.º 12/2019, de 21JAN – Aprova o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- DL n.º 14/2019, de 21JAN, que clarifica o condicionalismo à edificação no âmbito do SNDFI, procedendo à sétima alteração ao DL n.º 124/2006, de 28 de junho;
- DL n.º 45/2019, de 01ABR – Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);

Apesar de não se constituir como legislação, os programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”, foram desencadeados a partir da RCM n.º 157-A/2017, de 27 de outubro, igualmente no decurso das propostas feitas pela CTI, tendo em vista a prevenção e a mitigação dos efeitos dos IR, através de “ações de sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco, divulgação de medidas de autoproteção e realização de simulacros de planos de evacuação, em articulação com as autarquias locais”, sendo que consagram, de modo geral, medidas de autoproteção.

²⁵ Objetivos da RCM n.º157-A/2017 – Figura 7

2.4 – Defesa da Floresta Contra Incêndios

A Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), encontra-se estabelecida pelo DL n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua versão mais recente, atribuída pelo DL n.º 14/2019, de 21 de janeiro, que estabelece o SDFCI.

No âmbito do SDFCI estabelecem-se competências às entidades públicas, maioritariamente assente em três pilares fundamentais: um primeiro da responsabilidade do ICNF (Prevenção Estrutural), a quem cabe a coordenação das ações de prevenção estrutural, nas vertentes de sensibilização, de planeamento, de organização do território florestal, de silvicultura e de criação de infraestruturas de DFCI e, ainda, a manutenção de um sistema de informação de incêndios florestais (SGIF); um segundo pilar, da responsabilidade da GNR (Prevenção Operacional), a quem cabe a coordenação das ações de prevenção relativas à vertente da vigilância, da deteção e da fiscalização; e um terceiro pilar, da responsabilidade da ANEPC (Combate), cabendo-lhe a coordenação das ações de combate, de rescaldo e de vigilância pós-incêndio.

2.5 – A GNR no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais

A atuação da GNR em matéria de incêndios regula-se respetivamente pela Diretiva Operacional Nacional (DON) n.º 1, através do Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro (DIOPS), pela Diretiva Única de Prevenção e Combate (DUPC) e, por fim, pela DON. n.º 2, que integra o Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Rurais (DECIR).

A DON n.º 1, traça os princípios orientadores do DIOPS, constituindo-se como documento de referência para todos os elementos que intervêm em cenários de proteção e de socorro. Cabe ao DIOPS, por sua vez, garantir o integral cumprimento da diretiva, tendo a missão de articular todos os APC, de modo a “assegurar a mobilização, prontidão, empenhamento e gestão do emprego dos meios e recursos, de proteção e socorro, tendo em vista desenvolver uma resposta imediata e adequada e garantir um elevado nível de eficiência e eficácia” (ANPC, 2010, p. 9). Esta DON, além de estipular a estrutura de direção, de comando e de controlo, garante a coordenação e articulação institucional entre os diversos intervenientes a contemplar nas operações de DFCI, por forma a otimizar a sua atuação operacional. Tudo isso, visando a execução dos objetivos estratégicos, previamente definidos pelo Estado (ANEPC, 2019, p.11).

No seguimento da RCM n.º 157-A/2017, de 27 de maio, surge a RCM n.º 20/2018, de 1 de março, que veio aprovar a DUPC. Este conceito é corolário das recomendações do relatório da CTI, que protagonizavam a necessidade de estreitar a relação entre os diversos mecanismos de prevenção e de combate nos IR.

A DUPC, vem substanciar um documento estratégico, pioneiro em matéria de IR, em Portugal, tendo como finalidade estabelecer as prerrogativas primárias e o método de articulação dos múltiplos agentes com responsabilidades partilhadas. Por conseguinte, vem reforçar e precisar a intenção da DON n.º 1, assegurando a prevenção, através de uma adequada gestão dos espaços rurais, bem como do emprego das técnicas e táticas mais eficientes nas ações de combate (ANEPC, 2019, p.11).

Por fim, é a DON n.º 2, enquanto subsidiária da DUCP, que estabelece o DECIR²⁶, em articulação com as demais entidades envolvidas no combate aos incêndios. Esse dispositivo, visa garantir, uma resposta operacional adequada, em permanência, de acordo com o grau de gravidade e a probabilidade de ocorrência de IF, durante os períodos de perigo estimados.

O DECIR materializa um dispositivo de grande envergadura²⁷, que todos os anos é criado em prol da prevenção, do combate e da supressão de IF/IR. Define ainda, as respetivas competências e as formas de cooperação entre os diversos APC, para “garantir permanentemente a vida e a segurança dos cidadãos e dos operacionais, a salvaguarda do património e do ambiente”.

2.6 – Considerações sobre o Capítulo

As sucessivas alterações e revisões ao sistema de Proteção Civil, primeiramente em 2006 e agora em 2017, materializam as duas grandes reformas no setor da Proteção e do Socorro. Estas reformas decorreram de uma perceção de ineficiência e de desadequação das anteriores estruturas, que infelizmente, nas últimas duas décadas, decorreu dos acontecimentos trágicos que se verificaram, que tiveram um enorme impacto social, económico e ambiental.

Esta nova legislação visa a adoção de um conjunto de medidas que promovem uma maior flexibilidade do dispositivo do SNPC, acompanhada pelo reforço da profissionalização do sistema e da criação de uma DUPC, para uma maior coordenação de todo o dispositivo operacional durante todo o ano. Desta forma, este capítulo vem então plasmar o OE3 de “identificar e compreender as principais reformas do SNPC, no âmbito do SDFCI e do DECIR”.

²⁶ Ao abrigo das alíneas f) e i), do n.º 2, do artigo 36.º da LBPC, a DON estabelece anualmente o DECIR.

²⁷ Figura 8 – Presença da UEPS no DECIR 2019

3 – Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro – Reestruturação

No presente capítulo dá-se a conhecer a UEPS, enquanto sucessora do GIPS da GNR, fazendo-se referência aos antecessores da Unidade no âmbito da Proteção e do Socorro. Apresenta-se, de seguida, a sua missão e as suas atribuições e, posteriormente, aborda-se a sua organização e a implantação territorial. Dá-se a conhecer as resumidamente, as suas especialidades e expõem-se as alterações concretizadas a nível de efetivo e de meios desta força. Por último, aborda-se o empenhamento operacional da UEPS, face às reorganizações estruturo-organizacionais.

3.1 – Antecessores do GIPS na GNR

Segundo Cardoso (2010), as primeiras referências aos antecessores desta subunidade remontam a 1893, à Guarda Municipal de Lisboa que possuía um Serviço Policial das Guardas Municipais, com a vertente de incêndios, como se pode confirmar pela seguinte citação da sua orgânica:

Capítulo 5.º, Incêndios 156º - "Constando que n´uma estação que em qualquer casa do distrito se manifestou incêndio, o comandante fará logo prevenir a estação de incêndios mais próxima e a sua respetiva companhia, mandando dois soldados, ou saindo com toda a força, se esta não for guarda de edifício publico, para o local do sinistro."

Posteriormente, em 1920, através da Ordem de Serviço (OS) n.º 64 do Comando Geral (CG), de 30 de novembro de 1920, é uma vez mais comprovada a ligação à Proteção Civil enquanto APC. Esta faz referência ao Serviço de Bombeiros da GNR, que era composto por equipas de voluntários das unidades urbanas, com um total de 24 militares. Igualmente, a OS n.º 3, de 15 de janeiro de 1921, do CG da GNR, define os emblemas e distintivos que as praças devem ostentar depois de "(...) consideradas prontas da instrução de bombeiros (...)", afirmando, uma vez mais, a ligação da Guarda aos Incêndios²⁸.

3.2 – Criação do GIPS

Foi através do Comunicado do Conselho de Ministro Extraordinário, de 29 de outubro de 2005, que simultaneamente, se veio oficializar a reforma do SNPC e a intenção de criação de uma força de Proteção e Socorro na estrutura da GNR. Isto tendo por base "razões de racionalidade e eficiência económica (...), aliadas à capacidade organizativa e à natureza militar da GNR, (...) a estrutura do Estado mais apta para formar e levantar, suportar

²⁸ OS n.º 64, do CG de 30 de novembro de 1920 e CG e OS n.º3, de 15 de janeiro de 1921, respetivamente nas Figuras 9 e 10.

administrativa e logisticamente e projetar com elevada prontidão”, critérios estes que presidiram à escolha da GNR como instituição acolhedora e tutelar da nova força.

O DL n.º 22/2006, de 2 de fevereiro, veio, entre outras medidas, criar o GIPS, dando, assim, resposta às ineficiências e carências detetadas no SNPC, tendo em vista uma maior capacidade operacional. Esta força veio responder à inexistência de “um corpo nacional, no Estado, altamente treinado e motivado e com grande capacidade de projeção”²⁹ para todo o TN, atuando em operações de proteção civil.”, ficando sob a dependência do CG da GNR, com a missão específica de executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha em todo o TN, em situações de proteção e de socorro, designadamente nas ocorrências de IF, de matérias perigosas, de catástrofes ou de acidentes graves (art.º4.º, n.º2).

O GIPS apresenta um conceito de atuação inovador, uma força militar de SI com capacidades de intervenção em cenários de catástrofe e emergência. A GNR viu, assim, as suas competências legais e atribuições alargadas, com a reforma de 2006, podendo-se afirmar que:

“A GNR é a única Força com competências legais e operacionais para a Prevenção e Intervenção quer a nível da Segurança e Restabelecimento da Lei e da Ordem, quer a nível da Proteção e Socorro, através das suas Unidades de forma genérica e de forma específica com o GIPS” (Paixão, 2009).

3.3 – Evolução do GIPS – 2006 a 2017

Após a criação do GIPS, a unidade teve sucessivos avanços e retrocessos, caracterizados ora pelo aumento ou diminuição de efetivo, ora pela própria incerteza da sua continuidade.

A atividade operacional do GIPS teve início no primeiro quadrimestre de 2006, levantado e aprontado com um efetivo de 359 militares, tendo-lhe sido atribuída a responsabilidade de executar o ATI helitransportado e motorizado em 5 distritos (Vila Real, Viseu, Coimbra, Leiria e Faro). Em 2007, o efetivo aumentou para 597 militares e foram atribuídos à responsabilidade do GIPS mais 4 distritos (Viana do Castelo, Braga, Porto e Aveiro), e no ano seguinte, em 2008, o seu efetivo foi aumentado para 726 militares e a sua responsabilidade foi alargada a mais dois distritos (Bragança e Lisboa), ficando, desde então, com a responsabilidade de garantir o ATI helitransportado em 11 dos 18 distritos de Portugal Continental³⁰.

²⁹ Preâmbulo do DL n.º 22/2006, de 02 de fevereiro

³⁰ <http://www.gnr.pt/documentos/revista/Revista103.pdf> p.18

Ainda assim, no período de 2006 a 2017, a unidade foi-se valorizando³¹, tanto a nível nacional como internacional, o que foi verificado pelas valências adquiridas e pelo espectro de missões que lhe foram atribuídas. Esse facto foi materializado através do aumento da sua área de responsabilidade, pela sua dispersão territorial e pelos módulos validados e certificadas ao nível do Mecanismo de Protecção Civil Europeu, o que potenciou a imagem da instituição além-fronteiras.

Além disso, foi evoluindo, dentro das possibilidades, no sentido de ser manter na vanguarda da Protecção e do Socorro, através da integração de novos conhecimentos, procedimentos e meios tecnológicos, que conseguissem acompanhar as necessidades e as exigências impostas.

3.4 – Criação da Unidade de Emergência de Protecção e Socorro

No seguimento das alterações estruturais ao quadro da protecção civil surge, através do DL n.º 113/2018, de 18 de dezembro, a criação da UEPS da GNR, que vai suceder o GIPS. A UEPS resulta da reforma do SNPC, através da RCM n.º 157-A/2017, de 27 de outubro, que veio aprovar alterações estruturais na prevenção e combate aos IR, “onde se enquadra a expansão e densificação da cobertura do ataque inicial (ATI) pela GNR a todo o território nacional, a par da revisão das suas missões e dos estatutos dos seus operacionais”.

Esta opção fundamentou-se na “atividade desenvolvida pelo dispositivo do GIPS, desde 2006, em prol da protecção e socorro caracterizada por níveis de desempenho excelentes no exercício de competências técnicas específicas, assumindo uma importância de carácter nacional, na garantia da protecção e socorro dos cidadãos”³².

3.4.1 – Missão

A UEPS é a unidade especializada da Guarda que tem como missão específica a execução de ações de prevenção e de intervenção em todo o TN, tanto em situações de acidente grave como de catástrofe, nomeadamente nas ocorrências de “incêndios rurais, de matérias perigosas, de cheias, de sismos, de busca, resgate e salvamento em diferentes ambientes, bem como em outras situações de emergência de protecção e socorro, incluindo a inspeção judiciária em meio aquático e subaquático”³³.

³¹ Ver Figura 10 – Esquema Histórico-Evolutivo do GIPS

³² Preambulo do DL n.º 113/2018, de 18 de dezembro.

³³ Art.º 2 do DL n.º 113/2018, de 18 de dezembro

Com a criação da UEPS, a missão de Proteção e de Socorro na GNR, passa a ser, de modo geral, a sua exclusiva responsabilidade, sendo que, até então, era confiada à Unidade de Intervenção (UI)³⁴, através da sua subunidade, GIPS.

3.4.2 – Atribuições e Organização

A UEPS, ao nível organizacional, ao contrário da Unidade GIPS, deixa de estar sob a dependência da UI, enquanto subunidade de Proteção e Socorro³⁵, deixando de possuir carácter de Unidade de Intervenção e Reserva e assumindo-se enquanto uma nova Unidade Especializada na estrutura da Guarda, no mesmo patamar que a Unidade de Ação Fiscal, a Unidade Nacional de Transito e a Unidade de Controlo Costeiro (UCC) – Fig. 12 e 13.

Além das atribuições que foram transmitidas pelo GIPS, adquiriu a capacidade de: “realizar ações de gestão de combustível rural, incluindo queimas e queimadas, de gestão de fogos rurais e de proteção contra incêndios rurais” e de “realizar ações de supressão de fogo, em ataque inicial e ampliado”, pelo que, em termos territoriais, a sua missão e as atribuições da UEPS, são prosseguidas em todo o TN, sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional no quadro da Guarda³⁶.

A UEPS, apesar de fortemente vocacionada para competências de Proteção e Socorro, tem ainda associadas as demais atribuições que lhe forem conferidas por lei nos termos da al. f) do n.º 1 do art.º 3. Desenvolve, simultaneamente, a missão geral da Guarda, enquanto órgão de polícia criminal (OPC) e, especificamente, enquanto APC. Estas valências, reafirmam o seu carácter multidisciplinar e flexível, permitindo inclusive, que os seus militares, num mesmo TO, executem ambas as competências de acordo com a necessidade.³⁷

Ainda no âmbito das suas atribuições e de acordo com o n.º 2, art.º 3, a UEPS adquire a responsabilidade de “aprontar e projetar forças em missões internacionais de gestão civil de crises no âmbito da proteção civil”. Esta Unidade da Guarda, além de passar a ocupar um destaque, na estrutura da Guarda, abre um leque de oportunidades, no que concerne à sua participação na Capacidade Europeia de Resposta a Emergências (CERE), adquirindo um carácter cada vez mais internacional, até então latente.

³⁴ Al. g) do n.º 2 do art.º 3º conj. com o n.º 2 do art.º 44º da Lei nº 63/2007, de 6 de novembro – Lei Orgânica da GNR (LOGNR).

³⁵ Al. c) e 3) do n.º 1 do art.º 22º da Lei nº 63/2007, de 6 de novembro – LOGNR.

³⁶ Art.º 3.º e 4.º do DL n.º 113/2018, de 18 de dezembro

³⁷ De acordo com a sua competência genérica nos TO, pode ainda exercer missões de isolamento de áreas em zonas e períodos críticos, restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência para as forças de socorro, escolta e segurança de meios dos bombeiros no TO ou em deslocação para operações e apoio à evacuação de populações em perigo (DECIR, 2019, p.61-62).

3.4.3 – Especialidades

A UEPS herda, as especialidades existentes anteriormente no GIPS, nomeadamente: Busca e Resgate em Montanha, Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas, Matérias Perigosas ou Nucleares Radiológicas, Biológicas e Químicas, Unidade de Inundações e a Unidade Especial de Operações Subaquáticas.

3.4.4 – Implantação Territorial

Atualmente, a UEPS³⁸ mantém o seu comando em Lisboa, no Grafanil, um centro de comunicações e de operações de socorro com as várias especialidades.

A Companhia de Emergência de Proteção e Socorro (CEPS) encontra-se localizada em Lisboa, partilhando instalações com a UI.

A UEPS é composta territorialmente por três GIPS, sendo que o GIPS 1 e o GIPS 2 dizem respeito à Rede Nacional CMA e o GIPS 3, às Companhias de Ataque Estendido (CATE), localizadas em Mirandela, Viseu, Aveiro e Loulé. Por sua vez, ambos os GIPS 1 e 2, abarcam 4 Companhias de Intervenção de Proteção e Socorro (CIPS).

O GIPS 1, possui a 1.^a CIPS (Viana do Castelo, Braga e Porto), a 2.^a CIPS (Vila Real e Bragança), a 3.^a CIPS (Viseu e Aveiro) e a 4.^a CIPS (Guarda e Castelo Branco). O GIPS 2, detém a 1.^a CIPS (Coimbra e Leiria), a 2.^a CIPS (Santarém e Lisboa), a 3.^a CIPS (Portalegre, Setúbal, Évora e Beja “Moura”) e a 4.^a CIPS (Faro e Beja “Ourique”).

A UEPS passa a executar o ATI helitransportado em todo o TN, através dos 40 CMA³⁹ distribuídos pelos os distritos de Portugal Continental, bem como a deter um Subagrupamento na Madeira, com uma secção de 11 militares. Com as recentes alterações estruturais do SNPC, além de terem sido atribuídas as restantes CMA, que até então eram da competência da FEB, agregam-se outros que, nesse seguimento, foram criados.

3.4.5 – Recursos Humanos e Materiais

A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que consagrou o Orçamento de Estado para 2018, veio prever um conjunto de medidas no âmbito do dispositivo de Combate aos Incêndios,⁴⁰ materializando o primeiro passo naquilo que seria a reestruturação do GIPS, dando-lhe uma outra dimensão, em termos de efetivos e de meios.

³⁸ Ver Figura n.º 14 – Implantação Territorial da UEPS

³⁹ Ver Figuras n.º 15, 16 e 17 – Áreas de Influência dos Meios Aéreos de 2017 a 2019 (Evolução)

⁴⁰ iii) da al. a) n.º 3 do art.º 155.º, da DON conj. com o DECIR

Em 2018, através de concurso de recrutamento interno, a Unidade, ainda designada de GIPS, foi então reforçada, quase duplicando o seu efetivo com militares, que voluntariamente se entregaram à causa⁴¹. Isso permitiu rejuvenescer as suas fileiras e responder às novas necessidades decorrentes da nova área de responsabilidade e das novas competências, provenientes quer do ATI, quer do ATA. Os militares que pertenciam ao GIPS transitaram automaticamente para a UEPS, tendo esta já, em 2019, sido novamente reforçada com 122 formandos, perfazendo um efetivo total de 1181 militares⁴².

Ao nível da frota de viaturas, veio-se reforçar e atribuir novas capacidades à UEPS no que concerne ao ATI e ao ATA, com a aquisição de um conjunto de 110 viaturas. Dessas, 94 viaturas ligeiras, (6 Viaturas de Transporte de Pessoal T9 e 88 Veículos Ligeiros de Combate a Incêndios [VLCI]⁴³ e 16 pesadas (12 Viaturas Florestais de Combate a Incêndios [VFCl] e 4 Viaturas de Apoio Logístico Especial [VALE]⁴⁴).

Assim, a GNR vê-se reforçada através da UEPS, podendo apoiar de forma mais robusta a ANEPC no combate aos IR, através do empenhamento em ações de ATI e ATA, com meios terrestres e helitransportados.

3.4.6 – Atividade Operacional

No que diz respeito à atividade operacional da UEPS, não se verificaram alterações significativas às suas restantes especialidades. Por outro lado, além de se destacar a responsabilidade da realização de ATI, agora em todo o TN, bem como a recente possibilidade de realizar ATA, a UEPS, têm uma forte participação e responsabilidade no que concerne à operação “Floresta Segura”⁴⁵.

Além disso, integra as várias fases, de planeamento e execução de ações de sensibilização e de fiscalização, no que diz respeito às faixas de gestão de combustível⁴⁶, e de reforço de patrulhamento e de vigilância, com o objetivo de prevenir comportamentos de risco e detetar e combater IR e, em última instância, garantir a segurança das populações e do seu património e salvaguardar o tecido florestal nacional.

⁴¹ Ver Anexo IV – Relação dos Efetivos em 2018

⁴² De acordo com dados estatísticos fornecidos pela Unidade.

⁴³ As VLCI têm como finalidade reforçar o ATI terrestre, encontrando-se distribuídas pelo dispositivo – Fig. 18.

⁴⁴ As VFCl, visam garantir o combate ATA e as VALE, apoiar esse combate, ambas à carga das CATE – Fig. 19.

⁴⁵ A operação é promovida pela GNR, decorrendo de dia 15 de janeiro até dia 6 de dezembro, em todo o TN, através do empenhamento da UEPS e do SEPNA – <http://www.gnr.pt/noticias.aspx?linha=10548>

⁴⁶ Em 2018 foi o ano que mais se realizaram ações de gestão de combustível (www.gov.pt)

3.5 – Considerações sobre o Capítulo

Este capítulo pretende, então, caracterizar este “novo modelo do GIPS” na GNR, na qualidade de UEPS, decorrente do DL n. °113/2018, de 18 de dezembro, cumprindo o OE4 proposto.

Considerando o exposto, cabe referir que a aposta na UEPS é fruto do reconhecimento e da confiança, tal como aconteceu no passado, por parte da tutela. A nova missão e as suas atribuições, bem como, por inerência, a nova área de responsabilidade e recursos, fazem da UEPS, uma estrutura basilar no que concerne aos cenários de emergência de proteção e de socorro, especialmente no que diz respeito aos IR.

Neste sentido, a UEPS, vê a sua atuação reforçada em todos pilares do SNDICI, podendo, no âmbito da prevenção estrutural, além de realizar ações de sensibilização, inculcando uma cultura de segurança e mudança de comportamentos, realizar ações de fogo controlado, tendo como objetivo a gestão do combustível no espaço florestal. Por sua vez, na prevenção operacional, permite “assegurar a coordenação das atividades de fiscalização, vigilância, e deteção através do seu dispositivo territorial” (OTI, 2018, p. 28), de forma mais robusta, rápida e precisa, sendo estes “requisitos fundamentais de todos os sistemas de deteção de incêndios florestais” (AR, 2016, p. 42).

Numa outra perspetiva, evidencia-se a sua grande mais-valia decorrente da sua característica única de integrar a função policial com a de proteção e de socorro, assumindo um papel indispensável na componente de dissuasão de comportamentos negligentes ou dolosos, através de grande visibilidade pública, essencialmente nas zonas de maior risco.

A sua atuação no terceiro pilar do SNDICI, nomeadamente no DECIR, passa a ter “uma ação decisiva no ataque inicial e no ataque ampliado” (OTI, 2018, p.29).

Em suma, considera-se que a reorganização estruturo-organizacional do GIPS, permitiu dar os primeiros passos na UEPS, que congrega em si, muitas das recomendações da CTI.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

4 – Metodologia de Investigação

O presente RCFTIA materializa uma investigação científica, pois “serve para descrever os acontecimentos, verificar dados ou hipóteses, predizer e controlar fenómenos” (Fortin, 2009, p.23). Neste sentido, o método científico consiste num “conjunto de procedimento e normas que permitem produzir conhecimento” (Sarmiento, 2013, p. 7), como forma de “explicar relações de causalidade entre a evolução de um fenómeno e uma intervenção” (Fortin, 2009, p. 164), tendo em vista a resolução da problemática verificada.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo explicar o raciocínio metodológico seguido neste RCFTIA, com vista a clarificar as opções seguidas. Os subcapítulos que se seguem abordam as metodologias utilizadas, os procedimentos e técnicas empregues para obtenção da informação, os critérios de seleção da amostra, bem como os meios que foram empregues nas várias etapas desta investigação, de modo a dar resposta às perguntas de investigação e a concretizar os objetivos definidos na Parte I.

4.1 – Metodologia de Abordagem à Investigação

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, uma vez que, partir de uma teoria passível de formular as questões que se pretendem estudar, as quais, por sua vez determinaram os dados a observar (Santos et al., 2014, p. 14).

As hipóteses de investigação (HI) são respostas temporárias e provisórias, uma vez que, são suposições que o investigador propõe perante a interrogação formulada a partir de um problema de investigação ou PP. Estas afiguram-se, portanto, como “preposições conjunturais ou suposições que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2013, p. 13). Desta forma, as HI que alicerçam este RCFTIA são as seguintes:

H1 – A mais-valia do GIPS no SNPC, reside numa força multidisciplinar, com possibilidade de atuar em vários Teatros de Operações (TO), enquanto Agente de Proteção Civil (APC) e OPC.

H2 – O GIPS com a reorganização estruturo-organizacional, colmatou as lacunas identificadas pelos vários relatórios, decorrentes dos GIR de 2017.

H3 – A atual missão e meios, quer humanos quer materiais, vieram dar uma maior capacidade de resposta, ao GIPS, no que diz respeito ao ATI e ao ATA, nos IR.

H4 – Através do reforço de recursos humanos e materiais, o GIPS consegue aumentar a sua atividade operacional nos três pilares do SDFCI.

De modo a materializar os objetivos do trabalho, realizou-se um conjunto de diligências e aplicaram-se técnicas e instrumentos de investigação. A partir da revisão da bibliografia efetuada, resulta o enquadramento teórico. Este enquadramento dá a conhecer o “estado da arte”, focando os principais conceitos, perspetivas teóricas e pesquisas empíricas de referência e relevantes para a problemática em estudo (Academia Militar, 2016).

A metodologia empregue foi a mista, dado que se utilizou a metodologia qualitativa e a quantitativa, de modo a apreender o objeto de estudo de uma forma mais abrangente e também, porque a abordagem quantitativa tem em vista preparar o terreno para a investigação qualitativa (Santos et al., 2014).

Segundo Sarmiento, “numa investigação pode ser utilizado mais do que um método, para que sejam encontradas as respostas” (2013, p. 3). Utilizou-se a metodologia quantitativa, uma vez que, recorreu a um “processo sistemático de recolha de dados observáveis e quantificáveis, baseado na observação de factos, acontecimentos e fenómenos objetivos, que existem independentemente do investigador” (Freixo, 2011, p. 144), provenientes de um inquérito por questionário e por análise de dados estatísticos referentes ao GIPS/UEPS. Por outro lado, utilizou-se a metodologia qualitativa, porque se pretende alcançar uma interpretação da realidade no que se refere à reestruturação do GIPS face à reforma do SNPC, através da “exploração do comportamento, das perspetivas e das experiências dos indivíduos estudados” (Vilelas, 2009, p. 105), bem como através da realização de entrevistas. Surgiu, portanto, a necessidade utilizar ambos os métodos na recolha de dados empíricos para assim conseguir, de forma coesa, fazer face à problemática da investigação.

Desta forma, a estratégia de investigação incidiu sobre as entrevistas presenciais, observação direta, inquéritos por questionário (escritos) e análise estatística.

O presente RCFTIA segue ainda a Norma de Execução Permanente (NEP) para redação de trabalhos científicos na AM 522/1.^a, de 20 de janeiro de 2016.

4.2 – Procedimentos e Técnicas

A presente investigação teve início no final do ano de 2017. Inicialmente, procedeu-se à análise documental “relativamente a fontes primárias, fontes secundárias e fontes bibliográficas, (...) contemporâneas ou retrospectivas” (Sarmiento, 2013, p. 27), recorrendo-se a bibliotecas públicas, estabelecimentos de ensino e a plataformas na Internet.

No início de 2018, realizou-se um conjunto de entrevistas exploratórias, a todos aqueles que foram os Comandantes do GIPS, bem como àquele que o era nesse momento, o

Comandante Operacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil⁴⁷. O objetivo era “explorar o conteúdo da investigação, ouvindo especialistas sobre o assunto” (Sarmiento, 2013, p.33). Tudo isto tinha em vista recolher informações relativas à temática e averiguar a viabilidade do objeto de estudo.

Através das informações obtidas, elaborou-se um inquérito por questionário e um guião de entrevistas semiestruturado. Por um lado, os inquéritos tinham como objetivo perceber ao nível tático as mudanças e necessidades sentidas, resultantes da reorganização-estruturo organizacional, e, por outro, as entrevistas, embora também tivessem o mesmo objetivo, eram mais dedicadas aos níveis, político-estratégico e operacional.

O programa SPSS foi utilizado para analisar as estatísticas referentes aos inquéritos por questionário, tendo sido o Microsoft Office o programa onde o corpo escrito do trabalho foi desenvolvido.

4.2.1 – Amostragem – Composição e Justificação

Em qualquer investigação, urge a necessidade de determinar a população que será alvo de estudo, visto que “não basta saber que tipos de dados deverão ser recolhidos, (...) é também preciso circunscrever o campo das análises empíricas no espaço, geográfico e social, e no tempo” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 157). Nesse seguimento, há a necessidade de considerar duas amostras, uma vez que as entrevistas e os questionários, apesar de visarem contribuir para o mesmo objetivo, possuem populações alvo diferentes, inerentes ao próprio objetivo de cada método.

A aplicação do inquérito por questionário destinou-se exclusivamente aos militares que ingressaram na força até 2017, inclusive, e que ainda se encontram ao serviço em 2019.

A amostra do inquérito por questionário foi calculada, através da fórmula apresentada por Sarmiento (2013). Segundo o cálculo devem-se inquirir 238 elementos, sendo a amostra válida para a população alvo e com um nível de confiança de 95,46% e com uma margem de erro 5%.⁴⁸

A fórmula foi inicialmente aplicada para com um nível de confiança de 95,46% e com uma margem de erro de 5%, concluindo-se que o mínimo exigido da dimensão da amostra seria de, aproximadamente, 238 inquéritos, para manter uma validade de estudo considerada de “importante”. Foi, igualmente, realizado o cálculo com um nível de confiança de 99,73%

⁴⁷ Coronel Paixão, que foi o primeiro Comandante do GIPS em 2006

⁴⁸ Ver Apêndice L – Determinação da Amostra da População

e com uma margem de erro de 5%, concluindo-se que o mínimo exigido da dimensão da amostra teria de ser, por sua vez, de aproximadamente, 322 inquéritos, para se obter uma validade de estudo considerada de “muitíssimo importante”. Dado que o inquérito por questionário era anónimo e foi preenchido via plataforma eletrónica, apenas foi possível obter 317 respostas, até à data que fora estipulada. Nesse sentido, a dimensão da amostra utilizada foi de 317, pelo que podemos concluir que o estudo realizado tem um elevado grau de credibilidade.

No âmbito das entrevistas, tal, como refere Guerra, “não tem muito sentido falar de amostragem, pois não se procura uma representatividade estatística, mas sim uma representatividade social” (2006, p.40), pois “na pesquisa qualitativa, procura-se a diversidade e não a homogeneidade (idem)”. Nesse sentido os critérios de seleção dos entrevistados tiveram por base os seus conhecimentos e experiências, que, direta ou indiretamente estão relacionadas com o objeto de estudo/temática e, simultaneamente, que são vistos através de perspetivas diferentes, inerentes às funções ou cargos, que ocupam ou ocuparam, garantindo uma base de sustentação, através da sua própria credibilidade.

Conseguiu-se assim, um conjunto de entrevistados que garante tanto dispersão quanto comparabilidade (Guerra, p.41). Trata-se de uma amostra lógica e não probabilística, que se deve refletir “sobre o estatuto dos dados para falar da amostra e não falar da amostra para refletir sobre o estatuto dos dados” (Guerra, 2006, p.43).

4.2.2 – Recolha e Tratamento de Dados

A recolha de dados referente ao questionário, foi realizada através de um *software* online, denominado “Google Formulários”, tendo-se elaborado, através das suas funcionalidades se elaborou um questionário orientado às necessidades da investigação. Com o término do prazo estabelecido para a realização do questionário em questão, as respostas obtidas foram descarregadas em formato de documento Excel.

Após se procederem a ajustes na organização dos dados em Excel, estes foram transferidos para o Statistical Package for Social Sciences (SPSS®). Deste modo, os dados inseridos no software permitiram o processamento e análise, com o objetivo de avaliar a consistência interna. Nesse sentido, os dados foram submetidos ao teste Alfa de Cronbach⁴⁹, tendo-se obtido uma fiabilidade 0,798, que, de acordo com Hill e Hill (2009), é considerado “razoável”, no limiar da “boa”.

⁴⁹ Ver Apêndice N – Alpha de Cronbach

As entrevistas foram realizadas no âmbito de deslocações às entidades que se pretendia entrevistar, tendo, portanto, sido presenciais. Estas foram gravadas, com prévio consentimento de todos os intervenientes, através de um telemóvel Redmi Note 4, para posterior transcrição e análise.

4.2.2.1 – Entrevistas

As entrevistas “são um conjunto de perguntas que são necessariamente, respondidas por via oral” (Sarmiento, 2013, p.30). Para a realização das entrevistas foi elaborado um guião⁵⁰, que, segundo Sarmiento, é “um instrumento para recolha de informações na forma de texto, que serve de base à realização da entrevista propriamente dita.” (2013, p.31). Optou-se por uma estrutura de entrevistas semiestruturada em que “o entrevistado responde às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados com as perguntas” (Sarmiento, 2013, p.34). Nesse sentido, para a realização das entrevistas, foi elaborado um guião de entrevista, contendo um conjunto de perguntas agrupadas por temas.⁵¹

4.2.2.2 – Inquérito por Questionários

Conforme referido acima, o questionário e os respetivos parâmetros analisados, tiveram por base as entrevistas exploratórias, pelo que, numa fase posterior, foi aplicado o referido questionário a um conjunto de militares como forma de testar a sua coerência, de onde resultaram, alguns ajustes que materializaram o questionário final⁵².

Este processo permite ter uma visão comparativa dos períodos temporais face à reestruturação que se pretende analisar. O questionário final foi, então, enviado aos 579 militares, que constituíram a população total⁵³, pelo que se obteve uma resposta de 317 militares. Os militares a quem foi enviado o e-mail, foram contactados individualmente.

4.2.2.3 – Observação Direta

A observação direta revestiu-se de carácter não participante, uma vez que o investigador analisou os factos e experiências enquanto mero observador (Sarmiento, 27, p.27). A observação teve por referência a realização de diligências a estruturas da UEPS, tendo como finalidade a persecução da presente investigação. Nesse sentido, visitou-se a

⁵⁰ Ver Apêndice H – Guião de Entrevista

⁵¹ Ver Apêndice F – Modelo de Análise da Investigação

⁵² Ver Apêndice M – Estrutura do Inquérito

⁵³ Relação obtida através da Secção de Operações e Informação da UEPS

sede do Comando da UEPS, localizada no Grafanil, onde se pôde perceber a estrutura de comando da Unidade, bem como equipamentos e meios, essencialmente destinados ao Combate. Ainda nesse âmbito houve a deslocação à 1.ª Companhia do GIPS 2, onde foi possível ter uma percepção da sua estrutura e contactar com os militares. Do mesmo modo, o CMA de Alcaria⁵⁴, foi ponto de passagem, onde se teve contacto com os meios de Prevenção e Combate. Decorrente deste processo, acompanhou-se na Universidade de Coimbra, o seminário “Os Incêndios de 15 de outubro de 2017”⁵⁵ e a palestra sobre o “Processo de Tomada de Decisão na Gestão do Socorro na GNR”⁵⁶, que abordaram a temática dos IR.

Foi ainda possível visitar o Comando da UCC, dado que, ao nível da estrutura da Guarda, esta encontra-se integrada, tal como a UEPS, nas Unidades Especializadas. A escolha da visita a esta unidade teve por base o facto de esta assumir uma dispersão territorial nacional e ser detentora de um Centro de Comando e Controlo Operacional (CCCO), o qual materializa uma das suas ferramentas de apoio ao Comando e Controlo e à decisão. Houve ainda a possibilidade de realizar uma visita ao Comando da ANEPC.

5 -Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

No presente capítulo, são apresentados, analisados e discutidos os resultados mais pertinentes da investigação. Os resultados provêm dos factos observados no decurso da recolha dos dados, sendo estes “analisados e apresentados de maneira a fornecer uma ligação lógica com o problema de investigação proposto.” (Fortin, 2009, p. 330).

Os resultados referem-se às entrevistas realizadas, bem como aos inquéritos por questionário, tendo como objetivo averiguar qual o impacto da atual reorganização estruturo-organizacional do GIPS, atendendo a fatores previamente identificados através de entrevistas exploratórias. Numa outra perspetiva procura-se identificar as atuais condicionantes da Atividade Operacional, em função da mitigação dos IR.

5.1– Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados dos Questionários

Os inquéritos por questionário foram aplicados a 317 militares que servem atualmente na UEPS. Procurou-se, desta forma, obter uma análise quantitativa credível.

⁵⁴ Unidade piloto da Operação Floresta Segura através do militar da GNR, SAJ Teixeira

⁵⁵ Presidido pelo Professor Doutor Xavier Viegas

⁵⁶ Ministrada pelo Major Marco Paulo Cura Marques, Unidade da UEPS

5.2 – Caracterização da Amostra dos Inquiridos

Gráfico n.º 1 – Género

Apenas 2,50% dos inquiridos são militares do género feminino, ao passo que 97,50% são do género masculino, correspondendo a 8 e 309 militares respetivamente (fig. 23).

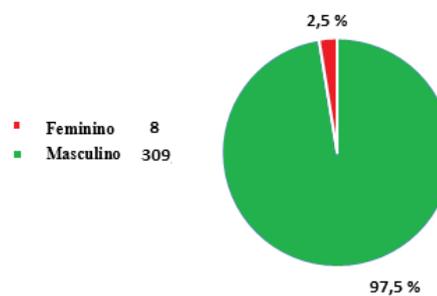


Figura 20 – Género
Fonte: própria

Gráfico n.º 2 – Idades

A maioria dos inquiridos, especificamente 77,90 % tinha entre 31 e 40 anos, estando 12,30 % na faixa etária inferior aos 30 anos e tendo apenas 9,78 % idade superior a 41 anos. A sua média é de 35 anos (fig. 24).

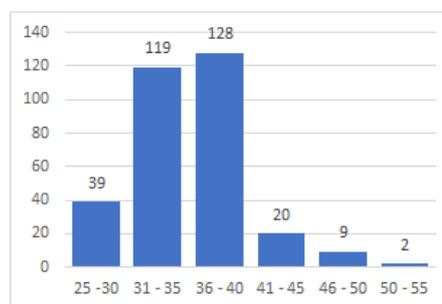


Figura 21 – Idades
Fonte: própria

Gráfico n.º 3 – Habilitações Literárias

A maioria dos inquiridos, especificamente 71,90%, afirmou ter o 12.º ano de escolaridade, 20,8%, o 9.º ano e 7,2 % tem o ensino superior (Tab. 4).

Tabela 4 – Habilitações Literárias

	Frequência	Porcentagem
9.º Ano	66	20,8
12.º Ano	228	71,9
Bacharelato	1	,3
Licenciatura	12	3,8
Mestrado	9	2,8
Pós-Graduação	1	,3
Total	317	100,0

Fonte: própria

Gráfico n.º 4 – Classes

A maioria dos inquiridos, especificamente 84,9% pertencia à classe de Guardas, 12,3% pertencem à classe de Sargentos e os restantes 2,8% pertencem à classe de Oficiais (Fig. 25)

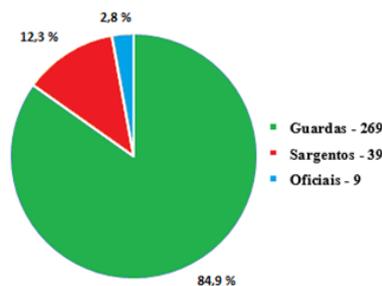


Figura 22 – Classes dos Militares
Fonte: própria

Gráfico n.º 6 – Tempo de Serviço

Relativamente ao tempo efetivo de serviço no GIPS, 40% dos militares tinham entre 5 e 15 anos de serviço, 28,75% encontram-se com mais de 15 anos e com menos de 25, enquanto a minoria, 7,50%, tinha mais de 25 anos de serviço.

Tabela 8 – Tempo de Serviço

	Frequência	Porcentagem
2 anos	22	6,9
3 anos	7	2,2
4 anos	23	7,3
5 anos	7	2,2
6 anos	26	8,2
7 anos	8	2,5
8 anos	3	,9
9 anos	37	11,7
10 anos	30	9,5
11 anos	27	8,5
12 anos	127	40,1
Total	317	100,0

Gráfico n.º 5 – Expectativas

No que concerne à correspondência das expectativas dos inquiridos quando ingressaram face à realidade, 70,70 % dos inquiridos consideram que correspondem, ao passo que 21,40% consideram que excedam e apenas 7,90 % dos militares sente que ficaram aquém.

Fonte: própria

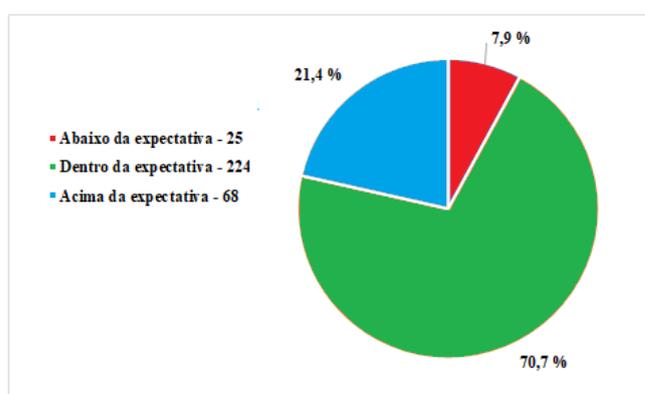


Figura 23 – Expectativas dos Militares do GIPS

Fonte: própria

5.3 – Apresentação e Análise dos Resultados dos Questionários

Este subcapítulo, visa a apresentação dos resultados obtidos através do inquérito por questionário, aplicado aos militares, selecionados, do GIPS.

Os resultados comparativos dos períodos 2006 a 2017 e 2018 a 2019, serão agrupados em quatro conjuntos, com vista a facilitar a sua compreensão. A questão versava sobre de que forma o inquérito perceciona os efeitos da reorganização estruturo-organizacional, em 15 fatores, pré-selecionados que afetam a atividade operacional.

A análise dos dados tem por base o valor da média, mediana e variância, de cada fator inscrito, pelo que o seu argumento teve como critério a média de cada um. Nesse sentido, atendendo aos próprios parâmetros de avaliação⁵⁷ da questão em análise, agruparam-se os resultados da seguinte forma: Grupo 1 - Piorou; Grupo 2 – Sem alterações; Grupo 3 – Melhorias significativas; Grupo 4 – Melhorou. Os parâmetros avaliativos são os seguintes:

⁵⁷1 – Piorou, 2 – Sem alterações, 3 – Melhorou e 4 – Melhorou bastante.

5.3.1– Discussão e Análise dos Resultados da Questão n.º 10.1

Segundo os dados da tabela 28, o “Equipamento de Proteção Individual (EPI)”, o “Acompanhamento e Formação Contínua”, o “Treino Operacional”, a “Preparação Física” e as “Infraestruturas”, são os itens que, em todo o conjunto, se destacam pelo facto de a média dos inquiridos considerar que piorou face ao antecedente.

Importa particularizar o item “Preparação Física”, uma vez que foi o que apresentou pior resultado. Neste item, importa analisar igualmente a mediana, uma vez, que é a única a obter uma classificação de 1, o que significa que a maioria dos inquiridos considerou que efetivamente piorou, facto coadjuvado pelo facto de a variância ser a 2.º mais reduzida dos itens expostos. Por outro lado, destaca-se o EPI, pela variância que assume, uma vez é o item onde se denota a maior disparidade de opiniões.

Tabela 28 - Itens do Questionários que Pioraram

	[Equipamento de Proteção Individual]	[Acompanhamento e formação contínua]	[Diferença entre o que se treina e a realidade]	[Treino - Preparação Física]	[Infraestruturas]
N	317	317	317	317	317
Média	1,75	1,81	1,85	1,53	1,81
Mediana	2,00	2,00	2,00	1,00	2,00
Variância	,612	,411	,517	,465	,506

Fonte: própria

5.3.2– Discussão e Análise dos Resultados da Questão n.º 10.2

Os dois itens da Tabela 29 foram aqueles em que, no âmbito geral, se desmontou não existir qualquer alteração face ao antecedente. Contudo, destaca-se o facto de o primeiro item possuir uma variância de 0,620 relativamente à uniformidade de procedimentos, o que poderá estar relacionado com o facto de as opiniões divergirem entre as Unidades dos próprios militares inquiridos.

Tabela 29 – Itens do Questionário Sem Alterações

	[Uniformidade e de procedimentos do dispositivo]	[Utensílios de trabalho manual]
N	317	317
Média	2,00	1,99
Mediana	2,00	2,00
Variância	,620	,351

Fonte: própria

Por oposição, o item os “Utensílios de trabalho manual” demonstra coerência na resposta dada a sua reduzida variância de 0,351.

5.3.3 – Discussão e Análise dos Resultados da Questão n.º 10.3

Os itens da Tabela 30 foram aqueles que, atendendo aos valores das suas médias, já se verificou alguma melhoria. Contudo, ao ser analisar o item “Recursos Humanos (RH)”, verificou-se uma variância de 0,742, o que significa que, apesar de ter apresentado uma melhoria de modo geral, existem inquiridos que consideram que melhorou bastante e outros que consideram que não existiram alterações. Por este motivo, podemos considerar que não existe expressividade a esse nível da reestruturação, ou pelo menos que essa não é uniforme.

Em contrapartida, por um lado temos a “Coordenação com os meios do CTer localmente competente”, que foi o item que mais apresentou concordância, atendendo a taxa de variação e, por outro, a “Coordenação com os restantes APC”, que ostenta a média mais elevada e, simultaneamente, a 2.ª maior taxa de concordância, o que permite concluir que houve mais a cooperação intra e interinstitucional.

Tabela 30 – Itens do Questionário com Melhorias Significativas

	[Comunicação e Rádio no Teatro de Operações]	[Coordenação com os meios do CTer localmente competente]	[Recursos Humanos]	[Coordenação com os restantes Agentes de Proteção Civil]
N	317	317	317	317
Média	2,25	2,15	2,22	2,40
Mediana	2,00	2,00	2,00	2,00
Variância	,517	,380	,742	,475

Fonte: própria

5.3.4 – Discussão e Análise dos Resultados da Questão n.º 10.4

Os itens da Tabela 31 forma aqueles que segundo a opinião da maioria dos inquiridos, de facto apresentaram uma melhoria devido à reestruturação, facto sustentado pela própria mediana. Contudo, destaca-se o valor do item “Viaturas Ligeiras de Combate”, como sendo aquele que, em toda a questão, que obteve a maior variância, com um valor de 0,917, demonstrando uma clara falta de concordância.

Tabela 31 – Itens do Questionário com Melhorias

	[Viaturas Pesadas de Combate Estendido]	[Meios tecnológicos (tablets com georeferenciação na vertente da fiscalização)]	[Viaturas Ligeiras de Combate Inicial]
N	317	317	317
Média	3,12	2,81	2,26
Mediana	3,00	3,00	3,00
Variância	,581	,576	,917

Fonte: própria

Numa outra perspetiva, o item das “Viaturas Pesadas de Combate Estendido”, foi aquele que apresentou a média mais alta, verificando-se que, efetivamente, existe uma concordância de que a sua uma implementação é considerada uma melhoria.

5.3.5 – Discussão e Análise dos Resultados da Questão n.º 12

Nesta questão, foi pedido aos militares que seleccionassem as condicionantes que mais afetavam a atividade operacional. Poderiam ser seleccionadas até 5 opções, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

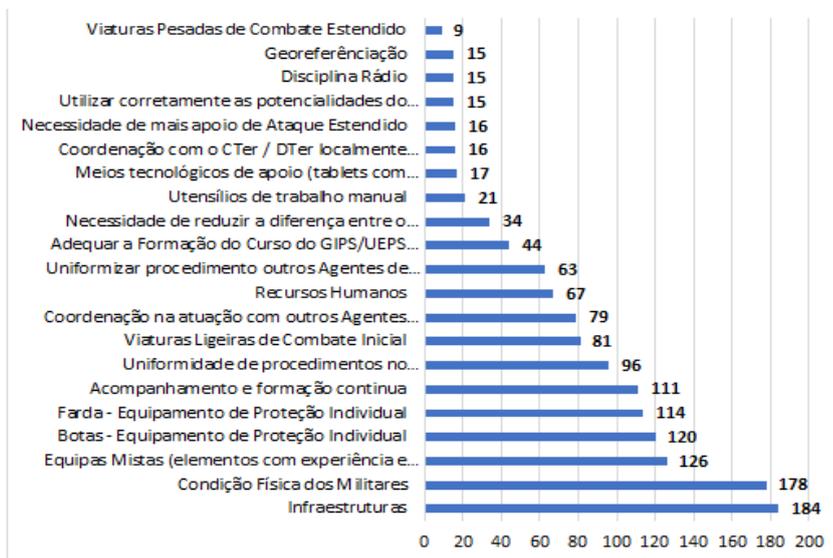


Figura 32 – Condicionantes Prioritárias a Serem Melhoradas

Fonte: própria

Deste modo verifica-se que o item 1- “Infraestruturas”, o item 2 - “Condição Física dos Militares”, o item 3 - “Equipas Mista”, o item 4 - “Botas do EPI” e o item 5 - “Farda - EPI”, são os itens, que se considera condicionam mais a atividade operacional.

Analisando as respostas à questão de resposta aberta n.º 13, que assume um carácter qualitativo, deduz-se que a razão pela qual as infraestruturas assumem o primeiro lugar das condicionantes é, por um lado, o facto de se considerar que a distância entre o local de atuação e o local de descanso é grande e, por outro, por estas não terem condições. O valor que se mantém alto é claramente a “Condição Física dos Militares”, uma vez que consideram que, devido ao elevado empenhamento operacional, deixaram de ter tempo para o fazer, estando isto relacionado com o efetivo (que, apesar de ter aumentado, também a área de atuação), sendo outro motivo o facto de não se verificarem melhorias. A necessidade de “equipas mistas” faz com que a colocação dos militares que vêm do curso ocorra essencialmente nas mesmas subunidades, não permitindo, que haja uma integração dos militares mais novos com os mais antigos e conseqüentemente a passagem de conhecimentos que os mais antigos foram adquirindo. O EPI, destaca-se quer pelas botas, quer pela farda em si, sendo referido na questão n.º 13, que tal se deve ao facto de as anteriores serem de melhor qualidade. A costura em si pode ser fraca, contudo, o material é de qualidade.

5.4 – Apresentação e Análise dos Resultados dos Inquéritos por Entrevista

Os entrevistados apresentam as seguintes características sociométricas presentes no Apêndice C, pelo que toda a análise foi realizada com base nos testemunhos agrupados pelas respetivas questões, incluído no Apêndice G.

5.4.1 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 1

A questão n.º 1, tem como objetivo compreender em que medida é que as expectativas depositadas no GIPS, em 2006, se concretizaram. Após a análise das respostas, foi possível depreender uma unanimidade quanto ao nível de cumprimento das referidas expectativas, pelo que, em alguns casos, é considerado pelos entrevistados, inclusive, que as mesmas foram superadas.

O E1 explicou que, o trabalho desenvolvido pelos GIPS, ao longo destes anos foi de grande qualidade e fundamental para o bom funcionamento do Sistema de Proteção Civil, tendo, nesse sentido, correspondido às expectativas, (E8) tanto ao nível político, estratégico e operacional, como ao nível tático, refletindo-se numa taxa de proficiência superior a 95% de sucesso nas intervenções que executou. E10 destacou, ainda que 2017, foi um ano marcante pelo empenhamento e pela dedicação de quase todos os militares do GIPS nos grandes incêndios, levando a que o trabalho realizado por estes tivesse merecido por parte do Governo, uma contínua aposta no modelo e no trabalho realizado pelos militares.

Por outro lado, os restantes entrevistados consideram que o GIPS, não só se limitou a cumprir as expectativas, como ainda as excedeu. Segundo E2, em 2006 (quando era Comandante-Geral da GNR), notava-se no país a ausência de uma força com as características e as capacidades do GIPS, tendo a sua criação preenchida um vazio, uma vez que, apesar de estar mais vocacionado para os fogos, não foi criado somente a pensar neles, mas também em todas as outras áreas de emergência, as quais a Unidade conseguiu desenvolver e transformar numa clara mais-valia, para a atividade da Guarda e da Proteção Civil. Aquando da sua criação (E3), existiam bastantes reservas e obstáculos, talvez até, alguma desconfiança, por parte de outros, sobre a oportunidade e a conveniência de criar e se introduzir o GIPS no sistema; no entanto acabou por ter, de facto, um papel importante. Nesse sentido E5, considera que o GIPS foi uma iniciativa do tipo “*quick fix*”, ou seja, uma solução rápida do poder político para dar capacidade de C&C, a um sistema de ATI nos incêndios, o que foi conseguido, levando a que se conseguisse estancar o problema.

Para é E6, o GIPS materializa atualmente um dos pilares fundamentais do combate aos incêndios, principalmente naquilo que é o ATI, destacando o facto de, em 98% de todas as

ocorrências de IR, estas terem sido dominadas no ATI, residindo, assim, o grande mérito na própria estatística, que fala por si. O salto qualitativo que o GIPS, deu ano longo destes anos, essencialmente, no que se refere à percentagem de sucesso na primeira intervenção, nos IF, foi, segundo E9, o fator preponderante, que justificou a sua não extinção. Desta forma, em 2018 (E7), fruto de todo o trabalho, realizado pelo GIPS, o governo veio a apostar na expansão.

O apuramento de tais respostas permite, assim, concluir que o trabalho desenvolvido pelo GIPS, cumpriu as expectativas que tinham sido depositadas aquando da sua criação, levando a que fosse reconhecido e, uma vez mais, alvo de aposta, por parte das instâncias governativas.

5.4.2– Análise de Conteúdo da Questão n.º 2

No que respeita à questão n.º 2, tenciona-se compreender em que medida é que o GIPS, contribui para o SNPC, de forma geral, como especificamente no caso dos IR.

Para todos os entrevistados, é consensual que o GIPS, é uma força especializada e profissional, que permite (E4) complementar e reforçar toda a estrutura do SNPC, (E2) trazendo-lhe uma maior profissionalização e potenciando as suas capacidades, através da polivalência de atuação do GIPS. Nesse sentido, E1 e E7 afirmam que o GIPS é uma força que dá uma presença e uma ação em todos os domínios do risco e de cenários de emergência, permitindo ao sistema, ter uma força militar, bem preparada, disponível e com sentido de missão, algo que caracteriza a GNR, e que tem um papel fundamental, nomeadamente na questão dos fogos. Por outro lado, E3, refere, ainda, que o GIPS trouxe disciplinar equipamento e procedimentos, ao SNPC, levando mesmo a que os restantes APC, sentissem a necessidade de corresponder àquele desafio e melhorarem igualmente as suas capacidades. E5, vem acrescentar ao referido por E3, que esta força traz igualmente C&C, coordenação e comunicações autónomas, o que melhora muito a eficácia do dispositivo.

Segundo E1, E2, e E8, o facto de o GIPS ser, simultaneamente, um agente de proteção civil e uma força de autoridade no ATI, o combate e o socorro, torna-o uma força que nos permite, nos períodos em que não há incêndios, fazer vigilância, fiscalizar e sobretudo, ter uma atitude pedagógica junto da população (E2). E1, refere ainda, que esta característica de dual nos IR, teve reflexo no número de indivíduos que foram apanhados em flagrante delito a incendiar a nossa floresta, o que duplicou, portanto, esta capacidade de atuar imediatamente na sua vertente policial, preponderante para dissuadir muito significativamente o crime de incendiarismo que afeta o nosso país. E2 refere, ainda, que outra grande mais-valia reside na

grande capacidade física associada à juventude e às exigências que a própria instituição do GIPS, impõe para que estejam naquela atividade operacional, sendo que, quando não o conseguirem existe a capacidade de recolocar o militar noutras funções, reaproveitando-se as suas capacidades e a sua experiência. Garante-se, assim, uma força jovem, experiente e bem preparada. Ainda enquanto APC e agente de autoridade, o GIPS, ao ter uma força para a recolha de provas em ambiente subaquático, permitiu ao SNPC, ter uma capacidade que, aquando da sua integração, era a única existente.

O entrevistado E6 considera que não é só o SNPC que ganha, havendo, por outro lado, um duplo ganho, uma vez que o SNPC fica reforçado, com elementos especializados que tanto podem fazer ATI, como ATA. Deste modo, há flexibilidade de uso de meios, uma vez que os elementos do GIPS ganham experiência que lhes vai conferir um maior grau de segurança nas suas atuações, o que permite fazer uso de elementos mais jovens e de outros menos experientes, havendo a passagem de conhecimento e de rejuvenescimento da força, tal como referido por E2.

E7, considera que, ao nível do IR, o GIPS passa a ser, talvez, a força com mais conhecimento ao nível dos fogos rurais, fundamentando-se, no facto de a responsabilidade de ATI ter sido, em 2018, entregue na totalidade ao GIPS, ficando, assim, com todo o monopólio, facto que veio trazer mais-valias ao próprio sistema.

E8 destaca que a integração do GIPS na Guarda, confere-lhe uma dimensão interoperacional, entre as Forças Armadas e os restantes APC. Por outro lado, acrescenta que permite uma atuação conjunta com o SEPNA, também integrado na Guarda, no que concerne à prevenção operacional dos IR, permitindo um reforço da própria cultura de segurança. E9, considera que o GIPS não só traz benefícios, ao nível nacional, como também se irá afirmar e ser reconhecido a nível internacional.

5.4.3 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 3

Em relação à questão n.º 4, esta tem como finalidade entender quais foram as motivações, que levaram, uma vez mais, o governo a apostar no GIPS, no âmbito da missão dos IR.

Desde logo, apreende-se que é o reconhecimento pelo trabalho realizado pelo GIPS, que é apontado transversalmente por todos os entrevistados, como um dos factos, que levou a que a decisão governativa de reforçar o SNPC, passasse uma vez mais, pelo GIPS. Nesse sentido, E1, afirma que existe o entendimento de que o GIPS é uma força vital na Proteção Civil, pelo que o facto de os sucessivos governos não lhe terem dado o reforço adicional,

nunca foi por entenderem que essa força se deveria limitar àquele dispositivo. Por outro lado, ainda E1 refere, ainda, que os GIR de 2017, levaram a que houvesse a necessidade de reforçar o SNPC, mais do ponto de vista profissional, nomeadamente no processo de ATI aos IR, em todo o TN, tendo em vista ter um ATI muito forte associado à sensibilização, à fiscalização e ao patrulhamento das diversas áreas de legislação associadas à prevenção, nomeadamente o DL 124/2006. E7 e E10, acrescentam, que esse reconhecimento está, por um lado, relacionado com a sua eficácia e pronta resposta às necessidades e, por outro, com a capacidade de esta força, embora com poucos recursos ser capaz de realizar um trabalho que faz a diferença no terreno.

A capacidade de a Guarda atuar em todas as vertentes é destacada por E3, E5, E6 e E7, como uma mais-valia, pelo que também, consideram que nenhuma outra organização, consegue trabalhar de uma forma tão eficaz e célere, como o GIPS no que diz respeito à gestão dos seus recursos. O GIPS, dadas as características da Guarda, permite um recrutamento anual, sendo capaz de formar os seus militares, em pouco tempo e de os preparar num ambiente de exigência e de disciplina. Tal facto, é sustentado por E7, que afirma que a prova disso mesmo se verificou tanto em 2006 como em 2017. Por um lado, da primeira vez, foi visto como uma revolução, mas em 2017, o risco já era assumido com base experiência do passado, (E2) tornando-se numa aposta com garantias. Tudo isto possibilitou ficar com uma força especial dedicada à prevenção e à resolução de problemas que resultam dos IR, segundo E4.

O E2, realça uma outra perspetiva, referindo que se procurou ter, a partir de 2018, uma quadrícula de Portugal, com forças que pudessem fazer rapidamente a intervenção, seja por via terrestre ou aérea. Dessa forma, optou-se pela da colocação de elementos do GIPS em todos os CMA, possibilitando, igualmente, haver policiamento de proximidade e permitindo aos elementos do GIPS conhecer o terreno e as pessoas da sua área de ação fora do período de incêndios, para depois conseguirem atuar melhor aquando desses. No mesmo sentido, E5 e E6 consideram que esta escolha se deve à necessidade de ter uma força contínua e homogénea no território, com a mesma doutrina, que seja responsável por todo o processo, ou seja, com transversalidade em todo o modelo.

Novamente, E5 e E6 consideram que a escolha se deve igualmente à necessidade de mais C&C e coordenação, através de uma Unidade de Comando que seja capaz de gerir toda a estrutura, parametrizando a atuação, não só no ATI, mas numa fase mais complexa, i.e., no ATA, permitindo que o dispositivo se tornar mais eficaz e o combate mais eficiente, em termos de utilização dos meios. Assim, E8, considera que o GIPS foi a aposta certa, por se

considerar que era a melhor força e a Guarda a melhor instituição para se reforçar a prevenção operacional no âmbito dos IR e a que mais garantias apresentava, para debelar as lacunas identificadas e de potenciar o primeiro combate aos IR, uma vez que, de acordo com E6, atendendo à atual realidade, não existia outra solução viável, para evitar uma “amalgama de forças”.

5.4.4 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 4

No entender dos entrevistados, há, de facto, uma relação entre o que vem nos relatórios e as alterações realizadas, ou seja, o reforço do GIPS, foi ao encontro do que se encontrava protagonizado nos Relatórios da CTI e da CEIF da UC, havendo meramente opiniões de quem considere que podiam existir outras soluções ao reforço do GIPS e quem defenda que o GIPS foi a solução mais viável para corresponder às necessidades do SNPC.

E1 afirma que o Governo seguiu de forma muito humilde todo relatório da CTI, no que dizia respeito ao robustecimento da vertente profissional do sistema, salientando que tal facto, não se resumiu meramente ao GIPS. Ainda nesse sentido, (E1 e E9), o GIPS, por ser um OPC, inerentemente de estatuto profissional, cumpre desde logo esse requisito de profissionalização exigido aos APC que atuam nos IR, pelo que E2 refere que o GIPS inclusive já tinha as qualidades pretendidas, constantes nos relatórios, não tendo, porém, a dimensão, tal como os mesmos também referem. Assim, o reforço de 2018, vem colmatar essa lacuna, permitindo ao GIPS, o cumprimento cabal da sua missão.

Também E4, reforça a ideia da profissionalização, referindo que, em questões de segurança e nas várias emergências, os APC, têm de ser profissionais, e não pode haver lugar para amadorismos. Este vem ainda dizer que, enquanto responsável por presidir a CTI, que quando verificaram que a necessidade passaria por aumentar as forças profissionais vocacionadas para atuar nos IR, a decisão de apostar no GIPS foi relativamente unânime. Isto porque, reconheceram que o GIPS, além de ser uma força profissional, o que advém da sua condição de agentes da autoridade, possui igualmente preparação, disciplina e formação, algo que lhe atribui uma capacidade operacional, que outras forças não têm. Algo que é essencial uma vez que, quando se fala de fogos, fala-se em “Guerra”, pois está em causa a própria SI, dadas as consequências que podem advir dos IR. E5 corrobora com E4, acrescentando que o GIPS, pode ser a “espinha dorsal” daquilo que, segundo o próprio, são as chamadas “forças florestais” (AFOCELCA e GIPS), que têm capacidades que, se aproveitadas podem resolver grande parte dos incêndios.

O GIPS é parte da solução para as lacunas que foram identificadas pelos relatórios.

Segundo E7, no que dizia respeito à necessidade de uma resposta imediata aos fogos, essa foi efetivamente colmatada, com o reforço do GIPS, produzindo resultados em 2018. Esta foi, então, a forma fazível e que mais garantias apresentava atendendo às possibilidades (E6 e E8).

Numa outra perspetiva, E10, considera que a mudança de GIPS para UEPS não contribui de forma direta para a solução que refere; contudo, acredita que a alteração pode introduzir a tão famigerada necessidade de estrutura de comando sólida. Ainda assim, no que diz respeito ao nível da profissionalização, considera que esta não aumenta de forma decisiva, uma vez que, o aumento de efetivos não se verificou na verdade, visto que meramente foram preencher as vagas das novas áreas de responsabilidade.

5.4.5 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 5

No que concerne à questão n.º 5, ambiciona-se descortinar quais as novas potencialidades do GIPS/UEPS, face ao antecedente, na sua atividade operacional.

A expansão e a densificação do GIPS em todo o TN, além de aumentar a sua presença (E1 e E2), veio permitir uma atuação, mais flexível e adequada, às necessidades, facilitando a coordenação e a própria articulação de recursos, quer materiais quer humanos, essencialmente nos distritos que possuíam as duas forças (GIPS e FEB), potenciando, assim (E8), a sua eficácia e a sua eficiência.

Esta nova dispersão territorial veio, então, trazer uma maior ligação da prevenção ao combate, com a existência de mais patrulhamento e vigilância, maximizando as capacidades de deteção do GIPS e possibilitando uma maior aposta na cultura de segurança, através do projeto “Prevenir Já”. Esta aproximação da prevenção ao combate, trouxe aos militares a possibilidade de conhecerem melhor os pontos críticos das suas áreas de responsabilidade, como forma de saberem quais os melhores locais para efetuar o pré-posicionamento, saberem onde têm, ou não, de que atuar e como o deverão fazer para melhor mitigar os riscos e consequências dos IR. Ideia essa partilhada por E6, que refere que, além de ter um maior leque de respostas a emergências, a capacidade do novo efetivo permite que a Unidade (Un) trabalhe em toda a cadeia de valor daquilo que está relacionado com os IR, desde a prevenção até ao combate.

E10 não contraria o facto de a presença em todo o TN ser uma mais-valia, contudo, no que concerne ao efetivo, acrescenta que o tal efeito esperado de melhoria, não se verificou. Considera, inclusive, que pode ter caminhado no sentido oposto, uma vez que o efetivo aumentou simultaneamente com a área de responsabilidade e de valência de ATE.

E7, concorda com E10, afirmando que há efetivamente, uma maior responsabilidade; contudo, considera que está a ser feito um esforço nesse sentido, com um novo investimento de mais meios humanos, reforçando cada vez mais as capacidades da UEPS.

A existência das CATA (E1, E4 e E8), vem permitir ao GIPS ter um dispositivo de retaguarda, em apoio ao ATI, quando esse é insuficiente para resolver a situação, bem como uma maior capacidade de pré-posicionamento, nas zonas onde se verifica um maior risco de IR. E3, acrescenta, ainda, que a nova missão e os novos meios permitiram reforçar o seu apoio aos restantes APC em ATA, algo que o GIPS, já fazia, apesar de forma diminuta, visto não ter meios adequados. Dessa forma, com a aquisição de viaturas pesadas (E9 e E7), o GIPS, irá conseguir afirmar-se cada vez mais naquilo que é a intervenção em ATA.

Numa outra perspetiva, E2 considera que o GIPS, deixando de ser uma subunidade da UI e passando a constituir-se como Unidade Especializada, vai integrar na sua estrutura, um EM, o que lhe permitirá, uma evolução constante da sua doutrina, uma melhoria dos sistemas de apoio à decisão e de informação geográfica, bem como de um “*staff*” adequado. E4 e E6 concordam com E2, referindo que o GIPS, ao se assumir como Unidade Especializada, terá menos intervenientes no processo de tomada de decisão, fazendo crescer a sua capacidade de resposta, que é necessária para fazer face aquilo que são as suas novas atribuições no emprego da Unidade. Isto irá permitir uma maior liberdade de ação para empregar as suas subunidades de uma forma mais autónoma e, segundo E7, permitindo melhor C&C, planeamento e gestão dos seus recursos. O reforço do GIPS, veio, então impulsionar a UEPS, permitindo, como referiu E8, maior flexibilidade operacional, afetação racional de recursos na SI, e rentabilização de meios nas missões de proteção e de socorro.

Por fim, o E9, faz, ainda, referência à atual missão da UEPS, afirmando que a mesma vem, de alguma forma, clarificar as competências do GIPS, fazendo menção expressa na letra da sua missão e das atribuições, atividades que, apesar de já realizar, não o tinha previstas, podendo agora advogar legitimidade para a realização das mesmas.

5.4.6 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 6

E1, E2, E4 e E6 entendem que não se verificam vulnerabilidades, pelo menos, evidentes, ou (E2) que o facto de ser uma estrutura que ainda se está a formalizar, condicione de algum modo a atividade operacional. Ambos consideram, ainda, que efetivamente há uma necessidade de consolidar a estrutura, contudo, como refere, E2, é um processo gradual e que se desenvolverá naturalmente. Nesse sentido, E1 refere que tem de haver uma operacionalização de toda esta logística ligada à própria estrutura da UEPS, que está a nascer

como vertente de Unidade Especial na GNR. Contudo, refere que essa inexistência não traz qualquer inconveniente ou condicionalismo para a sua atividade operacional, fundamentado esse facto, no próprio reconhecimento do trabalho do GIPS/GNR, quanto à sua forma de atuação, e, realçando o modelo ter já ter sido testado de forma mais acentuada, em 2018. E1, afirma, ainda que, o caminho está a ser feito e que, com o reforço dos operacionais do GIPS, há conseqüentemente o robustecimento da operação que diariamente possa ser realizada, não trazendo qualquer problema de resposta, segundo este. E2, acrescenta que não é a questão legislativa que tem impacto na estrutura, mas a experiência, o conhecimento, o treino e a sua aplicação, por parte dos militares, algo que já existe. Isso é importante, sendo que de resto a estrutura crescerá naturalmente. Não se pode deixar de investir na Unidade (E6), tendo esta de “ser constantemente alimentada, com recrutamento, acarinhada, com formação, e fiscalizada, com treino operacional”, para que se consigam produzir os resultados desejados.

Para E3 e E5, há um desafio de integração de culturas dos vários APC, considerando que as limitações podem decorrer dessas mesmas diferenças. No caso da Guarda, pelas suas próprias características de estrutura militar organizada, fortemente hierarquizada e com o seu espírito de corpo muito próprio e enraizado. Segundo estes, estes aspetos são uma mais-valia, mas, que por outro lado, se não forem bem doseados, podem promover efeitos opostos, levando a um distanciamento em relação a outros APC. Nesse sentido, E3 e E5 consideram que, tem de haver um maior entrosamento das forças, como forma de ter um sistema cada vez mais integrado, através de treinos conjuntos, de modo a promover a cooperação.

E5, considera ainda que tem de haver uma abertura maior para a dimensão socioeconómica do problema que está associado à floresta, referindo que seria importante, haver uma maior preocupação no âmbito civil e social, uma vez que, os fogos têm, muitas das vezes, base cultural, sendo preciso apostar mais na sensibilização ao invés da repressão. Isto permitirá que a comunidade, faça o correto uso do fogo, evitando situações de risco, vendo o próprio pastor como um aliado na redução do combustível e no alerta precoce.

E7 considera que não existem limitações que afetem a atividade operacional e a missão da UEPS, contudo, refere uma carência de recursos materiais. Dotar a UEPS, de uma sala de situação adequada, de viaturas “postos de comando” e de um conjunto de meios tecnológicos, permitirá potenciar a coordenação, C&C e, conseqüentemente, a atuação nos TO. Também E8, considera que não há limitações, mas contraditório, que reside na inexistência e de uma infraestrutura para albergar esta nova Unidade, ao contrário do que referiu E2.

E9 e E10, partilham da opinião de que, apesar de não colocarem em causa a missão, as questões logísticas são um constrangimento à atividade operacional, seja pela sua localização, seja pelo seu estado de conservação. Por sua vez, E10, refere que a insuficiência de graduados no GIPS, já era elevada, pelo que, com o aumento da estrutura, para UEPS e, conseqüentemente com o incremento das suas novas responsabilidades, acentuaram-se ainda mais as necessidades de C&C, esperando-se que, com a criação da UEPS, se venha a colmatar esta fragilidade atual.

Pode-se, assim, concluir que, não existem fatores impeditivos, apenas constrangimentos, para a concretização da atividade operacional.

5.4.7 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 7

Com a questão n.º 7 pretende-se analisar a adequabilidade da atual dispersão territorial, pela identificação das vantagens que decorrem desta.

A atual rede de CMA que engloba todo o TN, (E1 e E5) confere uma maior coordenação, integração, uniformidade e especialização a todo o dispositivo. E5, enquanto responsável por propor o atual modelo, refere que o mesmo foi o mais adequado possível, atendendo às demais exigências para a sua implementação, sendo que os constrangimentos logísticos, levaram a que tivessem de ser realizados ajustes como forma de afetar o mínimo possível a atuação dos militares e os próprios. Ainda que a sua implementação esteja diretamente relacionada com a localização das bases aéreas (E10), a sua dispersão persegue o princípio da necessidade operacional, tendo em vista a maior cobertura do raio de ação.

Tal como já foi referido na questão n.º 5, os entrevistados consideram que vem permitir aproximar as atividades de prevenção às de combate, o que constitui uma clara mais-valia. E1 acrescenta, ainda, que a atual dispersão territorial, permite simultaneamente, realizar atividade na vertente da prevenção e de combate e um ATI especializado em todo o TN, (E3) com um elevado nível de prontidão, indispensável para que evitemos graves incêndios. Isto vem, então, reforçar (E1 e E3) a vertente policial no que diz respeito à dissuasão de ações negligentes ou criminosas que possam aumentar os riscos de incêndios, bem como à detenção de eventuais incendiários.

A presença de um APC, com estas capacidades é fundamental, em particular nos IR, (E1), tendo-se verificado através dos resultados de 2018 que esta opção é a correta. Esta ideia é partilhada por E2, que acrescenta que esta força pode percorrer rapidamente podendo chegar a qualquer ponto do TN, quer por meio terrestre, quer sobretudo por meio aéreo, o que permite tempo de atuação muito mais reduzido.

E4, acrescenta, que esta distribuição do GIPS irá permitir uma ação conjunta mais facilidade com o SEPNA, o que é fundamental para haver um melhor conhecimento das áreas. Numa outra perspectiva, refere que a atual dispersão da UEPS, possibilita uma maior coordenação, padronização da atuação e simplifica o próprio processo de gestão dos CMA, algo que considera essencial, uma vez que “os fogos não conhecem limite de distrito”. Por outro lado, considera que permite uma maior integração da prevenção e do combate, em que as forças da prevenção são as mesmas que fazem o ATA. Há, então, agora uma comunicação que antes não existia, pelo menos não de forma tão vinculada e global. Esta integração permite aos militares conhecer os percursos e as zonas críticas.

A dispersão territorial (E2 e E5) tem de atender a diversos fatores, nomeadamente, o risco associado, que depende das condições meteorológicas características de cada zona, tipologia de terreno e a sua orografia, o historial de incêndios, no que concerne à sua própria reincidência (n.º de ocorrências), as vias de comunicação terrestre, o tipo de utilização dos terrenos, os meios humanos disponíveis, o número e a tipologia de helicópteros e a distribuição da geografia humana, que espelha, em muito, os comportamentos humanos de risco.

Nesse sentido (E5), considera-se que a distribuição territorial dos meios tem de ser flexível, nomeadamente as Companhias de ATA, uma vez que, as zonas de riscos mudam de ano para ano, tendo assim de haver essa adaptabilidade por parte da estrutura do GIPS.

5.4.8– Análise de Conteúdo da Questão n.º 8

Tendo em consideração a questão n.º 8, o propósito é verificar qual é o possível impacto da reforma legislativa na estrutura do GIPS/UPES.

De modo geral, os entrevistados consideram, que a atual reforma legislativa do SNPC não tem impacto, pelo menos direto, no GIPS/UEPS, dado que as alterações feitas, por exemplo, no que concerne à DUPC, vão ao encontro, da forma como a Unidade já desenvolvia a sua atividade operacional. Nesse sentido, E2, E5 e E6, consideram que, não se prevê que existam impactos no GIPS. E2, particulariza a DUPC, a reestruturação da Lei orgânica da ANEPC e a regulamentação das próprias queimadas, considerando que, a que estes níveis, não existirá influência, ou impacto na estrutura ou atividade operacional do GIPS, uma vez que, por um lado (E5 e E9), já está em consonância com o que o GIPS, já se fazia e por outro, porque o GIPS tem uma grande capacidade de se adaptar às necessidades, algo já muito reconhecido.

Nesse sentido (E1 e E7), as alterações não têm impacto direto, uma vez que essas vêm integrar e coordenar apenas de forma concertada todos os procedimentos, balizando a responsabilidade de cada interveniente nas várias vertentes. Segundo E6, a expectativa é que a UEPS seja uma força estanque a influências externas e que cresça pela sua própria competência, tornando-se autorregulável, e que se modifique de apenas de acordo com o que são as necessidades do sistema, não sendo o próprio sistema a modifica-la apenas por modificar. Dessa forma, espera-se a UEPS a ter um impacto no SNPC, enquanto uma força credível, permanente, constante, profissional, capaz, eficaz e eficiente.

E2 explica que, existindo impacto na atividade operacional, este será decorrente da formação e da qualificação, pelo que enaltece a UEPS, por se encontrar cada vez mais robusta e intelectualmente melhor formada. E5, vem ainda acrescentar, que o atual desafio é a integração das linguagens (uma vez que, por exemplo, para a GNR há nível estratégico, operacional e, tático e na proteção civil, já é outra forma), ou seja, a questão doutrinária.

Por outro lado, E8 e E10, consideram que terá algum impacto, direta ou indiretamente, na atividade operacional e na própria coordenação, dado que o GIPS está sob a dependência e sob o comando único da Guarda e, simultaneamente, por dispor da ANPC, enquanto APC. O mesmo é corroborado por E3, que considera que a diretiva única, vem juntar a prevenção e o combate, indo ao encontro de algo que vinha a ser defendido pelas CTI, havendo uma mera separação temporal, na gestão integrada dos IR. A atividade já desenvolvida pelo GIPS, (E3) faz com que esta força tenha uma intervenção mais completa e alargada no problema da gestão dos IR, constituindo-se como um apoio muito importante para quem tem de gerir o problema.

5.4.9 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 9

A questão n.º 9, tem como finalidade entender qual o impacto que pode ocorrer no “Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia”, como consequência da reestruturação do GIPS, no que concerne à Capacidade Europeia de Resposta de Emergência (CERE).

Através da análise dos testemunhos de todos os entrevistados, foi possível entender que a reestruturação do GIPS/GNR, de acordo com (E5) pode-lhe permitir primeiramente consolidar as valências já existentes, reforçando-as e (E3) aumentando o seu grau de prontidão para com o Mecanismo de Proteção Civil Europeu e conferindo-lhes maior capacidade de atuação em situações de emergência. Por outro lado, segundo E7, poderá permitir aumentar a presença do GIPS no mecanismo, (E2) com o reconhecimento de outras valências, através da inscrição e da certificação de novos módulos, gerando, assim, (E5 e

E6) uma oportunidade para uma maior internacionalização e, conseqüentemente, para um maior reconhecimento internacional do GIPS e da Guarda. As próprias características do GIPS/GNR, fazem com que esta força tenha, desde logo, uma aptidão inata para se integrar no mecanismo, o que permite a existência de uma sincronia entre ambos.

Segundo E1 e E5, a criação da estrutura da UEPS irá permitir à Guarda aprontar forças, mais organizadas e robusta para fora do TN, algo que já se viu em 2019, em Moçambique. Noutra perspetiva, E10, refere, ainda, que poderá, não ser a reestruturação do GIPS a ter impacto no Mecanismo, mas sim o Mecanismo a ter esse impacto. Isto porque, a recente introdução do conceito de ResqUE, que se traduz na constituição de um “exército” europeu de proteção civil, demonstra uma similaridade entre os requisitos do seu conceito “militar” no Mecanismo e a própria matriz do GIPS. Sendo assim, é relativamente fácil ir ao encontro do que está preconizado pelo mecanismo por duas ordens de razão. Primeiro, porque o GIPS já trabalha da forma que o mecanismo requer, não sendo, portanto, precisas quaisquer alterações ou sendo apenas necessárias poucas, para que o funcionamento do GIPS vá ao encontro das exigências europeias. Segundo, porque para dar uma resposta profissional que o país necessita, tem de obrigatoriamente atingir e suplantar o exigido pela U.E.

5.4.10 – Análise de Conteúdo da Questão n.º 10

Por fim, na questão n.º 10, ambicionamos identificar quais devem ser as apostas desta nova estrutura da Guarda, a UEPS, garantindo que o contínuo investimento se materialize numa melhor capacidade de atuação, ao encontro das necessidades do país.

Por intermédio de toda a análise que foi realizada às respostas, é possível entender que há uma necessidade, antes de mais, de consolidar toda esta nova estrutura, opinião essa transversal a todos os entrevistados. E2, refere que se verifica uma fase de “crise de crescimento”, tal como aconteceu no passado, o que irá demorar algum tempo até conseguir atingir novamente uma “velocidade de cruzeiro”. Igualmente, este e os demais entrevistados, consideram que é necessário continuar a apostar em todas as valências da UEPS e não somente nos IR, reforçando-se as capacidades existentes e introduzindo novas, para acompanhar os riscos das sociedades modernas.

Ao nível das novas tecnologias, os entrevistados consideram que a aposta tem de ser transversal a todos os domínios de atividade operacional (E1), desde a prevenção, à fiscalização até ao próprio combate dos IR, pelo que exige, segundo E6, um investimento constante. Nesse sentido, há uma necessidade de se dotar a unidade de meios (E1, E2 e E6) de avaliação do fogo, de informação, bem como de apoio à fiscalização, através da aquisição

de GPS, tablets com georreferenciação (E8 E9) e potenciar a capacidade de UAV.

Ainda nesse sentido, e recorrendo igualmente às novas tecnologias, (E2 e E6), há que melhorar o C&C, (E7) seja a nível central, seja ao nível das operações, através da implementação de um CCCO e da aquisição de viaturas “postos de comando”, passando, assim, haver (E10) uma estrutura de Comando (CMD) diferenciada com um EM capaz de suportar a decisão e as operações.

No âmbito da prevenção e do combate (E1), há uma necessidade de explorar e melhorar a atuação através de outras capacidades, nomeadamente o uso do fogo técnico. Isto pode ocorrer através do emprego do fogo controlado, no apoio às próprias populações (E4) e na realização das queimas e das queimadas, contribuindo duplamente para garantir a segurança, por um lado, com a redução da carga de combustível no solo e, por outro, com a redução dos comportamentos de riscos por parte das próprias populações. Poderá, igualmente, ser usado o fogo de supressão (E9), que requer prática e experiência, que pode ser ganha através da realização de ações de fogo controlado, de modo a que, em caso de necessidade se consiga fazer uso dessa técnica para extinguir um incêndio, de forma segura.

Segundo E5, não nos devemos limitar às práticas tradicionais, devendo inovar também no combate aos IR. Nesse sentido, considera que se deve recorrer mais a técnicas de ataque indireto, nomeadamente ao uso das ferramentas manuais e ao emprego de maquinaria, não ficando tão dependentes da água. Estando a capacidade de intervenção no terreno relacionada com o próprio EPI e sendo este a garantia, em última instância, da vida do militar, urge a necessidade (E6) de apostar naquele que melhor confira segurança, independentemente dos custos associados.

Por outro lado (E3 e E6), dada a complexidade do SNPC, exige-se uma maior articulação entre as várias forças, introduzindo uma uniformidade no que diz respeito à doutrina de formação e de treino, ou seja, “falar a mesma língua” com vista a uniformizar o procedimento e a tornar toda a atuação muito mais sincronizada, em toda a “cadeia de valor” dos IR. Ainda nesse sentido, há a necessidade de haver uma interoperabilidade, não somente ao nível da doutrina, mas também na tipologia dos meios empregues nos vários TO, de modo a que as diversas forças se possam apoiar mutuamente, tirando-se o máximo partido das suas capacidades, tanto ao nível da sua eficiência, como da sua eficácia.

A realização de exercícios conjuntos (E2 e E7), além de poder melhorar o trabalho, através da já referida uniformidade e interoperabilidade, promove igualmente as próprias relações pessoais, tanto ao nível institucional, como ao nível interinstitucional, possibilitando a cooperação, que resulta da confiança mútua e que, segundo E5, tem de ser

muito exercitada.

Ainda no que concerne à qualificação, essa deverá ter por base os conhecimentos dos vários APC e as suas “lições aprendidas”, bem como uma constante atualização e reciclagem dos conhecimentos. De modo a capitalizar a experiência e o saber dos militares mais experientes (E5), deverá haver uma acrescida preocupação da formação de equipas mistas, de modo a que se congregue a experiência com a juventude. Além disso, relativamente aos militares que ocupam funções de comando, deve haver igualmente uma preocupação em nomear aqueles que detêm mais experiência e evidenciam melhores capacidades de liderança, não se resumindo a uma escolha puramente por antiguidade.

5.5 – Discussão dos Resultados

Após a realização das entrevistas, dos questionários e da observação direta, torna-se necessário, relacionar os dados e produzir nova informação. Nesse sentido, importa abordar os fatores que mais se evidenciaram.

Atendendo ao exposto, ao nível dos “RH”, é possível constatar que, efetivamente, não existiu um reforço direto, na maioria, dos CMA, já existentes em 2017. Existiu sim, uma reorganização do mesmo, atendendo a tipologia de aeronave existente em cada CMA, bem como a proximidade de outros CMA ou CATE, de acordo com o princípio do apoio mútuo.

No caso particular das CATE, verifica-se o princípio da flexibilidade e da mobilidade, que se traduz na possibilidade de complementaridade ou reforço de um CMA ou de outra CATE, por motivos de insuficiência de RH ou de necessidade operacional. Considero, que se traduz numa mais-valia, caso seja primeiramente garantido o efetivo mínimo, acrescido de uma reserva ao ATI, e caso seja permanentemente assegurado que, em caso de necessidade de reforçar o dispositivo, já está previamente definido quem o fará, por forma a reduzir o tempo de resposta. Com o novo reforço de militares em 2019, vê-se assim a possibilidade de reforçar a força.

No que concerne ao “EPI”, nomeadamente no que concerne às botas e à farda, que se considera, nos questionários, terem piorado face ao antecedente, não houve a possibilidade de verificar a resistência dos mesmos em tempo útil. Contudo, dado que o material em questão é certificado, considera-se que garantem as condições de segurança.

No que diz respeito à “preparação física”, subentende-se que, dadas as atuais exigências, de empenhamento permanente em alguns CMA, bem como o volume de outras ações realizadas, quer do âmbito da missão do GIPS, quer policial, pode existir uma redução de tempo que antigamente era destinado para o efeito. No mesmo seguimento, podemos

considerar que as necessidades de “Acompanhamento e Formação Contínua” e de “Treino Operacional”, que se destacaram por terem piorado, face ao antecedente, podem estar identicamente relacionadas com os fatores “tempo e a empenhamento operacional”. Portanto, verifica-se, uma vez mais, a necessidade de efetivo de modo a que seja possível, existir um sistema de rotatividade e que as próprias CATE, devem garantir, em prol da qualificação (formação e reciclagem) e do treino operacional e físico individual.

Por outro lado, no que toca às “infraestruturas”, dadas as limitações logísticas para colocação de um CMA e, respetivamente, da sua Unidade de Apoio, considera-se que, em alguns casos, pode trazer constrangimentos, uma vez que é necessário ocupar instalações que podem apresentar alguma distância, bem como um estado de conservação inferior ao que é desejável. Contudo, esse facto não afeta diretamente a atividade operacional, sendo, um constrangimento e não uma limitação, pelo que deverá ser uma constante aposta, em prol de salvaguardar o bem-estar dos militares.

Relativamente, às novas “viaturas ligeiras”, apesar de serem consideradas uma mais-valia, enquanto reforço da frota da Unidade, dado que a mesma já se apresentava com carências, existe o entendimento de que, tal como o efetivo, isto servia para colmatar as necessidades da nova área de responsabilidade e que poderiam, igualmente, apresentar outras características, potenciando, assim, a sua atuação.

O trabalho realizado pelo GIPS, estava dotado de credibilidade, pelo que levou a tutela a, uma vez, mais recorrer a esta força, que por ser multidisciplinar, acrescenta mais-valia a toda a estrutura do SNPC. Esta reorganização estruturo organizacional motivada pela necessidade de o sistema ter uma foça profissional, capaz de cumprir os desafios lançados pela CTI, incorpora, desde logo as recomendações que essa entidade proferiu nos seus relatórios, tal como os da CEIF da UC. Estes novos meios, apesar de ainda não terem a expressão desejada, vão ao encontro daquilo que se consideram melhorias nas capacidades de mitigação dos IR, conferindo-lhe uma adequabilidade territorial necessária na sua atuação no SDFCI.

Existindo constrangimentos à atividade operacional, bem como a demais atividades, importa salientar que a mesma não é posta em causa. Contudo, tem de haver um permanente investimento na adequabilidade das estruturas e dos meios, bem como no reforço de RH.

Desta forma, vem-se por fim concretizar o OE5 “Identificar a mais valia da nova estrutura na mitigação nos IR”, neste capítulo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesta última fase da investigação, tendo por base os conhecimentos adquiridos ao longo da mesma, procura-se verificar as hipóteses formuladas, responder às PD e consequentemente à PP, bem como atingir o OG estabelecido na Parte I. Adiante, são, então, apresentadas as recomendações e limitações deste estudo.

No âmbito da **verificação das HI**, recorreu-se à análise documental e estatística, bem como aos resultados obtidos, tanto no questionário como nas entrevistas. Relativamente à **H1** – “A mais-valia do GIPS/GNR no SNPC, reside numa força multidisciplinar, com possibilidade de atuar em vários TO, enquanto APC e OPC” –, considera-se que está verificada, tendo por base os as análises dos Capítulo 2 e 3, as respostas às questões n.º 1 e n.º 2 das entrevistas, que reconhecem o trabalho levado a cabo pelo o GIPS, enquanto força profissional e polivalente, conforme consta nos relatórios da CTI (Apêndice B).

No que concerne à **H2** – “O GIPS, com a reorganização estruturo-organizacional, colmatou as lacunas identificadas pelos vários relatórios, decorrentes dos GIR de 2017” –, apura-se que está não totalmente verificada, pois, as alterações verificadas face ao antecedente, não tiveram a expressividade esperada a todos os níveis. Através dos resultados dos inquéritos e das próprias entrevistas, é possível depreender, essencialmente nas questões n.º 4 e n.º 6, quando comparadas com as lacunas identificadas no Anexo B, que ainda não foram totalmente colmatadas. Facto esse reforçado pela análise do efetivo no Anexo IV. É de referir, no entanto, que a estrutura da UEPS e consequente reorganização ainda não se encontra formalmente definida, aguardado a portaria respetiva.

Quanto à **H3** – “A atual missão e meios, quer humanos, quer materiais, vieram dar uma maior capacidade de resposta, ao GIPS, no que diz respeito ao ATI e ao ATA, nos IR” –, admite-se que esta hipótese está parcialmente verificada, visto que se confirmou que com a implantação do GIPS ao nível do ATI em todo o TN, e a criação de quatro CATA, surgiram novas áreas de responsabilidade, logo, o reforço não teve o impacto direto esperado. Verifica-se que não houve alterações de efetivo nos antigos CMA, através da análise do anexo IV, tendo este aumentado em alguns casos e reduzido noutros, fruto das novas exigências, como se pode verificar nas questões n.º 5, n.º 6 e n.º 7 e no Capítulo 3. Contudo, a possibilidade de empenhamento flexível das CATE, permite que estas reforcem outras áreas de ação conforme a necessidade, o que, consequentemente, se reflete na capacidade de resposta do GIPS.

A respeito da **H4** – “Através do reforço de recursos humanos e materiais, o GIPS consegue aumentar a sua atividade operacional nos três pilares do SDFCI” –, importa referir que, esta hipótese se considera verificada, pois de acordo com o anexo III e VII, verifica-se a realização de mais patrulhas com mais quilómetros percorridos, mais autos de legislação policial e autos decorrentes do DL n.º 124/2006, que, mesmo com a área de responsabilidade aumentada têm expressividade.

Finalizada a verificação das hipóteses, responde-se às PD desta investigação. No que respeita à **PD1** – “Qual é a mais-valia da estrutura do GIPS/GNR no SNPC?” –, pode deduzir-se que, de acordo com as respostas às questões n.º 1 e n.º 2 do inquérito por questionário, que o GIPS, ao fim de 11 anos, demonstrou ser efetivamente uma força que cumpria as expectativas em si depositadas aquando da sua criação em 2006. Neste sentido, veio trazer inovação ao próprio SNPC e foi pioneiro, ao agregar as capacidades de uma força de segurança com as de um APC, potenciando a todos os níveis a sua atuação. Ainda nesse sentido veio trazer ao SNPC, um conjunto de mais-valias, nomeadamente a profissionalização e polivalência em cenários de risco ou de emergência, tendo conseguido, com esta reorganização estrutura-organizacional, através do DL n.º 113/2018, potencializar essas capacidades e reforçar a sua especialização no que concerne toda a “cadeia de valor” dos IR.

No que diz respeito à **PD2** – “De que forma esta reorganização estruturo-organizacional do GIPS/GNR, vai ao encontro das necessidades da Proteção Civil no âmbito dos IR?” –, a análise das respostas às questões n.º 3 e n.º 4, bem como dos Capítulos 2 e 3 do enquadramento teórico, permite compreender que, desde logo, o impulsionar da reorganização se deveu, efetivamente, aos eventos dos GIR de 2017. O processo e as capacidades incrementadas ao nível geral do SNPC e, em particular, no GIPS, com a metamorfose do GIPS para UEPS, está em consonância, com as lacunas identificadas nos Relatórios da CTI e do CEIF da UC, constantes no anexo B. As estruturas político-estratégicas consideram que a motivação para a criação da UEPS teve por base o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela sua anterior estrutura, bem como pelas características que a própria Unidade apresenta. Esta, ao estar integrada na GNR, e por ser profissional, tem grande capacidade de gestão dos seus RH, (algo amplamente reconhecido [anexo VI]), o que permite rapidamente recrutar, formar e manter um efetivo que é simultaneamente jovem e experiente e que, em caso de necessidade, pode ser recolocado noutras funções. Outro aspeto a salientar é a elevada capacidade física dos militares, a sua polivalência e especialização. Nesse sentido, a UEPS é parte integrante da solução, sendo a

alternativa mais viável para o robustecimento da estrutura do SNPC.

Relativamente à **PD3 – “De que forma a nova reorganização estruturo-organizacional afetou o GIPS/GNR em matéria dos IR?”** –, é possível afirmar, de acordo com as respostas dos entrevistados às questões n.º 5, n.º 6 e n.º 7, que este processo veio dotar o GIPS de efetivos e de meios, que nunca tivera, trazendo, conseqüentemente, maior capacidade de resposta, essencialmente nos cenários de IR. O GIPS/GNR veio, igualmente, adquirir a totalidade da responsabilidade em ATI, no que diz respeito aos CMA, ou seja, viu expandida a sua área de responsabilidade, a todo o TN. Através do DL n.º 113/2018, com a criação da UEPS, a estrutura adquiriu um conjunto de competências, onde se destaca a competência de realizar gestão de combustíveis e a atuar em ATA, em apoio às demais entidades do SNPC, reforçando o ATI, quando este se demonstrar insuficiente ou ineficaz.

De acordo com o questionário, verificou-se que, efetivamente, esta reorganização estruturo-organizacional veio trazer um reforço de meios humanos e materiais, que permitiram potenciar a atuação do GIPS, ainda que indiretamente. Contudo, urge a necessidade, de continuar a investir para colmatar as fragilidades e constrangimentos identificados.

A respeito da **PD4 – “Qual o impacto da reorganização estruturo – organizacional na atividade operacional do GIPS?”** –, de acordo com as respostas às questões n.º 5 e n.º 6, a análise dos Capítulos 3 e 4 e dos anexos III e VII, foi possível apurar que, no que diz respeito à atividade operacional do GIPS/UEPS, decorrente do seu reforço de RH e materiais, conseguiu aumentar a sua atividade operacional nos três pilares do SDFCI. Este aumento verificou-se, em 2018, através da realização de 7892 patrulhas, que percorreram 2.698.925 km, ou seja, mais 1077 patrulhas e mais 1.901.571 km percorridos, face ao antecedente. Houve também com mais 429 autos de legislação policial e mais 144 autos decorrentes do DL124/2006, comparativamente a 2017. Importa referir que, ainda assim, aumentando a sua área de responsabilidade, os dados têm expressividade essencialmente no que diz respeito aos quilómetros percorridos e pessoas identificadas por uso irregular do fogo. Independentemente da nova área de ação, consta-se que existe diferença entre ter uma força que se cinge “meramente” a APC, com outra, como o GIPS, que acumula funções de APC com as de OPC. Isso permite, uma flexibilidade de atuação, podendo realizar fora da época crítica, desde ações de sensibilização, de apoio à gestão de combustíveis e de fiscalização, para a qual tem autoridade. Na época crítica é uma força que realiza patrulhamento/vigilância, que por ser um OPC, é lhe acrescida o efeito dissuasor, da prática de ações negligentes como dolosas.

Por último, relativamente à **PD5 – “Quais as atuais exigências da UEPS, enquanto novo modelo de Proteção e Socorro?”** –, concluiu-se que, de acordo com as respostas às questões n.º 8, n.º 9 e n.º 10, que com a formalização e edificação de uma estrutura de comando, com capacidade de comando e de controlo, semelhante ao CCCO da UCC, facilitariam as próprias ações de comando e de coordenação dos vários meios dispersos por todo o TN, e não somente em matéria de IR. Numa outra perspetiva, conforme previsto no despacho da UEPS, é exigido um elevado grau de prontidão e de capacidade de aprontamento para missões internacionais de gestão civil de crises no âmbito do mecanismo europeu de proteção civil, como aconteceu recentemente com a força projetada para Moçambique no âmbito de um acordo bilateral.

Respondendo à **PP “De que forma a nova estrutura-organizacional do GIPS contribui para a mitigação dos incêndios rurais?”**, conclui-se que o reforço do GIPS em todos os pilares do SDFCI, traduziu-se, numa maior capacidade de mitigar os riscos e consequências dos IR, com efeitos em 2018, tanto na redução do n.º de ocorrências, como da área ardida face à média anual dos últimos 10 anos. A par disso, verificou-se também um contínuo investimento em diversos pilares da estrutura, nomeadamente formação, treino, recursos humanos e materiais. Destes últimos, destacam-se as tecnologias no apoio tanto à fiscalização e à tomada de decisão nas operações. Decorrente dos RH, há a necessidade de criar sinergias com outras forças que atuem em TO similares pelo que, se exige uma interoperabilidade não só da doutrina, mas também dos meios empregues.

Tendo por base a análise documental e as entrevistas, torna-se evidente que a criação da UEPS, era a solução mais viável, para ir ao encontro das necessidades elencadas pelos relatórios, oferecendo maiores garantias.

O reconhecimento do trabalho desenvolvido, ao longo dos anos, pelo GIPS, bem como a sua enorme capacidade de recrutar e formar, num curto espaço de tempo, sem abdicar das exigências inerentes à função e à instituição, tornam esta Unidade uma referência. Esse facto não só é reconhecido na estrutura da Guarda, como pela tutela e por instituições externas, tal como se indica no Anexo VI.

A capacidade física está, que muitas vezes associada à juventude. Contudo, no caso particular da UEPS, extravasa esse dito “estereótipo” é ultrapassado, dado que os seus militares possuem um nível físico acima da média por períodos de tempo mais prolongados, dadas as exigências para manutenção de funções. Essa realidade está aliada à tipologia de gestão de RH que, se for bem gerida, pode potenciar um equilíbrio ótimo entre elementos experientes e com elevada capacidade física, o que permite recolocar os seus militares de

acordo com as suas capacidades, aproveitado, deste modo, a sua experiência.

Ainda assim, o processo referido permitiu alocar um conjunto de RH e de meios, expandido e reforçando a presença desta força em todo o TN. Através do empenhamento flexível das CATE, é possível reforçar a atividade operacional de acordo com as necessidades e prioridades. Nesse sentido, é possível realizar um conjunto de atividades operacionais no âmbito do SDFCI e do DECIR, que se traduzem numa redução das ocorrências e da área ardida.

Em 2018, registaram-se menos 42 % de IR e menos 69 % de área ardida (2008 – 2017), relativamente à média anual de igual período (1 janeiro a 31 de outubro). Este valor representa o 2.º mais reduzido em número de incêndios e o 3.º valor mais reduzido de área ardida, de acordo com dados do RASI 2018.

Apesar de a UEPS, não ser a única a contribuir para esses resultados, teve certamente um papel fundamental nos mesmos.

Considero que, a mais-valia, da UEPS, não reside na quantidade, mas na qualidade, que é reflexo das características particulares dos seus militares, enquanto OPC e APC. Esta conjugação de competência policial e de proteção e socorro, potencia a sua atuação e traduz-se, conseqüentemente, em resultados positivos.

A presença em todo o TN aproxima a prevenção do combate (requisito dos relatórios da CTI e do CEIF da UC), através da realização de ações de sensibilização, fiscalização, patrulhamento, vigilância, combate e de recuperação. Advindo disso, adquire-se conhecimento, das zonas de risco e dos melhores locais para se pré-posicionamentos ou para debelar os IR, verificando-se, o que foi, ou não, limpo e dissuadindo ações negligentes e dolosas.

Tendo um contributo direto ou não, um facto é que, em 2018, se obteve no ATI, uma taxa de eficácia de 98,82 % (Anexo III), a maior de sempre, desde a sua criação.

Como já foi referido, sendo as maiores causas de IR negligentes e dolosas, a UEPS, passa a ter um duplo contributo, com a nova missão e reorganização estruturo-organizacional. Por um lado, pode auxiliar as populações na gestão de combustível e, por outro, aplicar a sua capacidade de dissuadir, na realização de ações negligentes (entre outras), através do incorreto uso do fogo, bem como da prática de atos dolosos. Algo conseguido com maior presença no terreno, através de mais patrulhas e quilómetros percorridos.

Neste sentido, atendendo aos vários dados expressos nesta investigação, torna-se plausível, afirmar que esta reorganização estruturo-organizacional veio contribuir para a mitigação dos riscos e das conseqüências dos IR, tendo-se refletido já em 2018.

O GIR de Monchique, em 2018, demonstrou, uma vez mais, o aumento da frequência anual de situações paradigmáticas nos IR, pelo que urge efetivar toda a estrutura da UEPS, com a materialização das infraestruturas do seu Comando adequadas à atual dimensão e consequentes necessidades. No seguimento das presentes exigências de C&C e do estatuto de Unidade Especializada, esta deverá constituir um EM, com o seu respetivo *staff*, que, por sua vez, deverá ter ao seu dispor uma estrutura similar ao CCCO da UCC, como forma de potenciar a sua atuação. Do mesmo modo, deverá ser feita uma aposta contínua no treino operacional, potenciando a experiência e as capacidades dos seus militares, bem como a cooperação, a uniformidade e a interoperabilidade interinstitucional. Ainda neste contexto, por um lado deverá ser mantido um fluxo contínuo de recrutamento e de qualificação dos militares, bem como um investimento em meios tecnológicos diferenciados. Esses devem ser capazes de estimular progressivamente melhores resultados e contribuir para a segurança, nomeadamente com o incremento de câmaras nos meios aéreos de ATI (permitindo apoiar quer o C&C, quer a investigação das causas de incêndios), meios de fiscalização (conjugando os tablets de georreferenciação com as aeronaves não tripuladas) e postos de comando móveis (viaturas com capacidade de num determinado TO, convergir o seu C&C).

Nesta investigação, as limitações revestem-se de três aspetos fundamentais, nomeadamente o curto limite de páginas atribuído para a elaboração da parte teórica, tornando-se insuficiente para a realização de um trabalho deste âmbito; o tempo disponível para a realização do trabalho, que se revelou curto, especialmente devido à necessidade de recolher dados através de entrevistas, quer pela demora nas respostas dadas ou simplesmente pela ausência de disponibilidade das pessoas em questão, o que consumiu muito do tempo disponível para a realização do trabalho; e, por último, a mudança primeiramente de Coorientador e, posteriormente, de Orientador, criando constrangimento e colocando em causa a continuidade do trabalho, até então realizado.

No decorrer desta investigação, verificou-se oportuno, abordar outros temas ainda no âmbito da Guarda enquanto APC, pelo que, atendendo à existência do projeto piloto da “Operação Floresta Segura”, que se expandiu a todo o TN em 2019, considero que seria pertinente, analisar qual o impacto, da fiscalização do DL124/2006, na área ardida. Por outro lado, considero pertinente estudar as vantagens da conceção de um Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVIC) de apoio à estrutura da UEPS, aproveitando a Rede Nacional de Postos de Vigia Florestal e as Torres Fixas do SIVIC da UCC (que têm visão a 360°), com capacidade de integração e de interoperabilidade dos sistemas de informação da Guarda e da ANEPC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos científicos e outros documentos impressos

- Abreu, L. (2010). *As Alterações Climáticas e as Consequências na Segurança Global - Contributos para uma visão estratégica*, Curso de Promoção a Oficial Superior, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.
- Academia Militar. (2016). NEP 522/1.^a: Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação. Lisboa: Academia Militar.
- Amaro, A. D. (2012). *O Socorro em Portugal*. Lisboa: Instituto de Direito Público.
- Assembleia da Republica [AR]. (2016) Análise da problemática dos incêndios florestais – Documentação entregue ao Grupo de Trabalho – Volume III. Lisboa.
- Battipaglia, G., Tognetti, R., Valesse, E., Ascoli, D., Luca, P., Basile, S., Ottaviano, M., Mazzoleni, S., Marchetti, M. & Esposito, A. (2017). Incendi 2017: un'importante lezione. In: *Forest@*, 14, 231-236.
- Butler, R.N. (1974) Successful aging and the role of the life review. *Journal of the American Geriatrics Society*, 22, 529-535
- Cardoso, J. (2010). *Personalidade e Agressividade. Um Estudo em Militares de Proteção e Socorro*, Mestrado em Psicologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Catarino, V. (2003), “Floresta e incêndios”. *Revista Técnica e Formativa*, 7(26).
- Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais [CEIF] (2017). O Complexo de Incêndios de Pedrógão Grande e Concelhos Limítrofes, iniciado a 17 de Junho de 2017. Coimbra, Portugal: Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial. Coordenação Domingos X. Viegas. Financiado pela Autoridade Florestal Nacional.
- Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais [CEIF] (2019). Análise dos Incêndios Florestais ocorridos a 15 de outubro de 2017. Coimbra, Portugal: Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial. Coordenação Domingos X. Viegas. Financiado pela Autoridade Florestal Nacional.
- Comissão Técnica Independente [CTI]. (2017). Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017. Lisboa: Comissão Técnica Independente.

- Comissão Técnica Independente [CTI]. (2018). Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental. Comissão Técnica Independente.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de investigação: Da conceção à realização*. (5.^a Edição). Loures: Lusociência-Edições Técnicas e Científicas.
- Freixo, M. J. V. (2012). *Metodologia Científica Fundamentos Métodos e Técnicas*. (4.^a Edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI]. (2016). Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2016. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI]. (2018). Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2018. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna [Gabinete SGSSI]. (2017). Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] 2017. Lisboa: Sistema de Segurança Interna.
- Gouveia, J. B. (2018). *Direito da Segurança*. Coimbra: Edições Almedina, S. A.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (1997a). Manual de Operações, Volume I. Lisboa: CEGRAF/GNR
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (1997b). Manual de Operações, Volume II. Lisboa: CEGRAF/GNR.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e Formas de Uso*. Cascais: Príncípa.
- Hill, M., & Hill, A. (2009). *Investigação por Questionário*. Manchester: Sílabo.
- Leite, F., Gonçalves, A., Vieira, A. and Vinha, L. (2019). Forest Fires in Portugal - Brief Characterization. In: *Wildland Fires: A Worldwide Reality*, 115 - 123.
- Louro, V. (2017). *A Floresta em Portugal - Um apelo à inquietação cívica*. (G. Valente, Eds.) Lisboa: Gradiva Publicações, S. A.
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Nações Unidas [NU] (2015). Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Conferência das Partes, Vigésima primeira sessão, Paris.
- OTI, C. R. (2018). *Avaliação do sistema nacional de proteção civil no âmbito dos incêndios rurais. Relatório Final*. Lisboa: Assembleia da República - Observatório Técnico Independente .

- Paixão, A. (2009). A resposta do GIPS/UI/GNR face aos Riscos em Portugal: Actas da Conferência Segurança do Património – Prevenção e Protecção de Riscos, Agência Inova, Lisboa.
- Pereira, J. S. (2014). *O Futuro da Floresta em Portugal*. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água Editores.
- Pino, P. (2008). *O Papel da GNR no Sistema de Protecção Civil - O Caso Particular dos Incêndios Florestais*. Tese de Mestrado, Academia Militar, Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2013). *Manual de investigação científica em ciências sociais* (6ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rigo, D., Libertà, G., Houston Durrant, T., Artés Vivancos, T. & San-Miguel-Ayanz, J. (2017). *Forest fire danger extremes in Europe under climate change: variability and uncertainty*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. doi:10.2760/13180, JRC108974.
- Santos, L. A., Monteiro, F. T., Lima, J. M., Silva, N. M., Silva, J. C., & Afonso, C. F. (2014). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Viegas, D. (1989). *Manual sobre incêndios florestais*. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- Vilelas, J., 2009. *Investigação: o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Webgrafia

- Aon Benfield (2017). Análise de Clima e Catástrofes. In *Aon*. Acedido a 9 de abril de 2019 em <https://www.aon.com/portugal/attachments/relatorio-anual-2017-analise-de-clima-e-catastrofes.pdf>.
- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC] (2018). Riscos e Prevenção - Incêndios Rurais. In *Autoridade Nacional de Proteção Civil*. Acedido a 9 de março de 2019 em <http://www.proziv.pt/pt-pt/RISCOSPREV/RISCOSNAT/INCENDIOSRURAIIS/Paginas/default.aspx>.
- Beighley, M. & Hyde, A. (2018). Gestão dos Incêndios Florestais em Portugal numa Nova Era. Avaliação dos Riscos de Incêndio, Recursos e Reformas. In *Isa.ulisboa.pt*. Acedido a 4 de março de 2019 em https://www.isa.ulisboa.pt/files/cef/pub/articles/2018-04/2018_Slide_Show_Portugal_Wildfire_Management_in_a_New_Era_Slideshow.pdf.
- BusinessDictionary (2019). What is restructuring? definition and meaning. In *BusinessDictionary*. Acedido a 17 de março de 2019 em <http://www.businessdictionary.com/definition/restructuring.html>.
- Costa, A. (2018). A maior ameaça à segurança interna que o País enfrenta é a dos riscos de incêndio. In *XXI Governo Constitucional*. Acedido a 9 de fevereiro de 2019 em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=a-maior-ameaca-a-seguranca-interna-que-o-pais-enfrenta-e-a-dos-riscos-de-incendio>.
- Council International Code [CIC] (2008). The Blue Ribbon Panel on Wildland Urban Interface Fire. USA: International Code Council (ICC), Acedido a 29 de abril de 2019 em <https://inawf.memberclicks.net/assets/blueribbonreport-low.pdf>.
- Duarte, J. F. B. (2005). Os fogos florestais em Portugal: o planeamento do espaço na interface urbano-florestal e a segurança das populações. In *Associação Portuguesa de Geógrafos. Coloquio Ibérico de Geografia*. Acedido a 24 de março de 2019 em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/088.pdf.
- European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations. (2019). Forest fires. In *European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations*. Acedido a 30 de janeiro de 2019 em https://ec.europa.eu/echo/what-we-do/civil-protection/forest-fires_en.

- Girod, S. and Karim, S. (2017). A Guide for Choosing the Right Reorganization at the Right Time. In *Harvard Business Review*. Acedido a 17 de março de 2019 em <https://hbr.org/2017/03/restructure-or-reconfigure>.
- Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro. Acedido a 10 de fevereiro de 2019 em <http://www.gnr-gips.org/>. <http://www.gnr.pt/documentos/revista/Revista103.pdf> p.18
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2019). Operação Floresta Segura 2019. Lisboa: GNR. Acedido a 23 de fevereiro de 2019 em <http://www.gnr.pt/noticias.aspx?linha=10548>
- Guterres (2018). Guterres: “mudança climática é a maior ameaça à segurança humana”. In ONU News. Acedido a 19 de abril de 2019 em <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649981>.
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF] (2019). Defesa da Floresta Contra Incêndios Acedido a 10 março de 2019 em <https://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci>
- Mefistoforestfires (2016). Forest Fire Multilingual Glossary Portuguese Version. In *Mefistoforestfires*. Acedido a 11 de março de 2019 em https://www.mefistoforestfires.eu/sites/default/files/annexes/forest_fire_multilingual_glossary_pt.pdf.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (2003). Livro Branco dos Incêndios Florestais ocorridos no Verão de 2003. In *Bombeiros Voluntários de Vimioso*. Acedido a 27 de abril de 2019 em http://www.bvvimioso.pt/pagina/uploads/files/pdfs/documentos/documentacao/livro_branco_fogos_florestais.pdf.
- Ministério da Administração Interna [MAI] (2019). *Balanço relativo aos Incêndios Rurais 2018*. In *República Portuguesa*. Acedido a 4 de abril de 2019 em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=42d0e3b1-cbf7-401f-8c1b-ea54364d62b4>.
- North Atlantic Treaty Organization [NATO] (2009). Speech by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen on emerging security risks, Lloyd's of London. In NATO. Acedido a 9 de março de 2019 em http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_57785.htm?selectedLocale=en.
- Observatório Técnico Independente [OTI] (2018). Avaliação do sistema nacional de proteção civil no âmbito dos incêndios rurais. Relatório Final. In *Assembleia da República*. Acedido a 30 de abril de 2019 em

https://www.parlamento.pt/Documents/2019/janeiro/RelatorioFinal_OTI_GABPAR.pdf

ONU News (2019). Mudança climática. In ONU News. Acedido a 14 de dezembro de 2018 em <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649981>.

Proteção Civil [ProCiv] (2019). Conceitos e legislação sobre Incêndios Rurais. Acedido a 27 de abril de 2019 em <https://www.prociv.pt/pt-pt/Paginas/default.aspx>

XXI Governo Constitucional (2017). Comunicado da Resolução de Conselho de Ministros Extraordinária. In XXI Governo Constitucional. Acedido a 27 de dezembro de 2017 em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=177>.

Legislação

- ANEPC (2019). Diretiva Operacional Nacional N.º 2 - DECIR. Carnaxide: Autoridade Nacional de Emergência de Proteção Civil.
- ANPC. (2010). Diretiva Operacional n.º 1 - DIOPS. Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro. Lisboa: MAI-ANPC.
- ANPC. (2018). Diretiva Operacional Nacional N.º 2 - DECIR. Carnaxide: Autoridade Nacional de Proteção Civil.
- Assembleia da República (2010). Despacho n.º 10393/2010: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, série II, n.º 119, 33856-33891.
- Assembleia da República [AR] (2006). Decreto-lei n.º 22/2006, de 02 de fevereiro: Procede à consolidação institucional do SEPNA e cria o GIPS. *Diário da República*, série I-A, n.º 24, 786-797.
- Assembleia da República [AR] (2006). Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho. *Diário da República*, série I-A, n.º 123, 4586-4599.
- Assembleia da República [AR] (2006). Lei n.º 27/2006, de 03 de julho – Lei de Bases da Proteção Civil. *Diário da República*, série I, n.º 126, 4696-4706.
- Assembleia da República [AR] (2015). Lei n.º 80/2015 - Segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil. *Diário da República*, série I, n.º 149, 5311-5326.
- Assembleia da República [AR] (2017). Decreto-Lei n.º 30/2017 de 22 de março: Estatuto dos Militares da GNR. *Diário da República*, série I, n.º 58, 1507-1550.
- Assembleia da República [AR] (2017). Lei n.º 49-A/2017 - Cria a Comissão Técnica Independente. *Diário da República*, série I, n.º 131, 3530-(2) a 3530-(3).
- Assembleia da República [AR] (2017). Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017 - Aprova alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios florestais. *Diário da República*, série I, n.º 208, 1º Suplemento, 5818-(2) a 5818-(5).
- Assembleia da República [AR] (2018). Decreto-Lei n.º 10/2018 - Clarifica os critérios aplicáveis à gestão de combustível no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. *Diário da República*, série I, n.º 32, 967 - 968.
- Assembleia da República [AR] (2018). Decreto-Lei n.º 113/2018: Cria a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro na Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, série I, n.º 243, 5836 - 5837.

Assembleia da República [AR] (2018). Decreto-Lei n.º 12/2018 - Aprova a orgânica da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais. *Diário da República*, série I, n.º 34, 990 - 995.

Assembleia da República [AR] (2018). Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2018: Aprova a Diretiva Única de Prevenção e Combate. *Diário da República*, série I, n.º 43, 1132-1141.

Assembleia da República [AR]. (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, série I, n.º 213, 8043-8051.

Assembleia da República [AR]. (2008). Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto: Aprova a Lei de Segurança Interna. *Diário da República*, série I, n.º 167, 6135-6141.

Assembleia da República [AR]. (2019). DL n.º 45/2019, de 01 de abril – Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC). *Diário da República*, série I — n.º 64, 1798-1808.

APÊNDICES

Apêndice A – Estrutura do RCFTIA

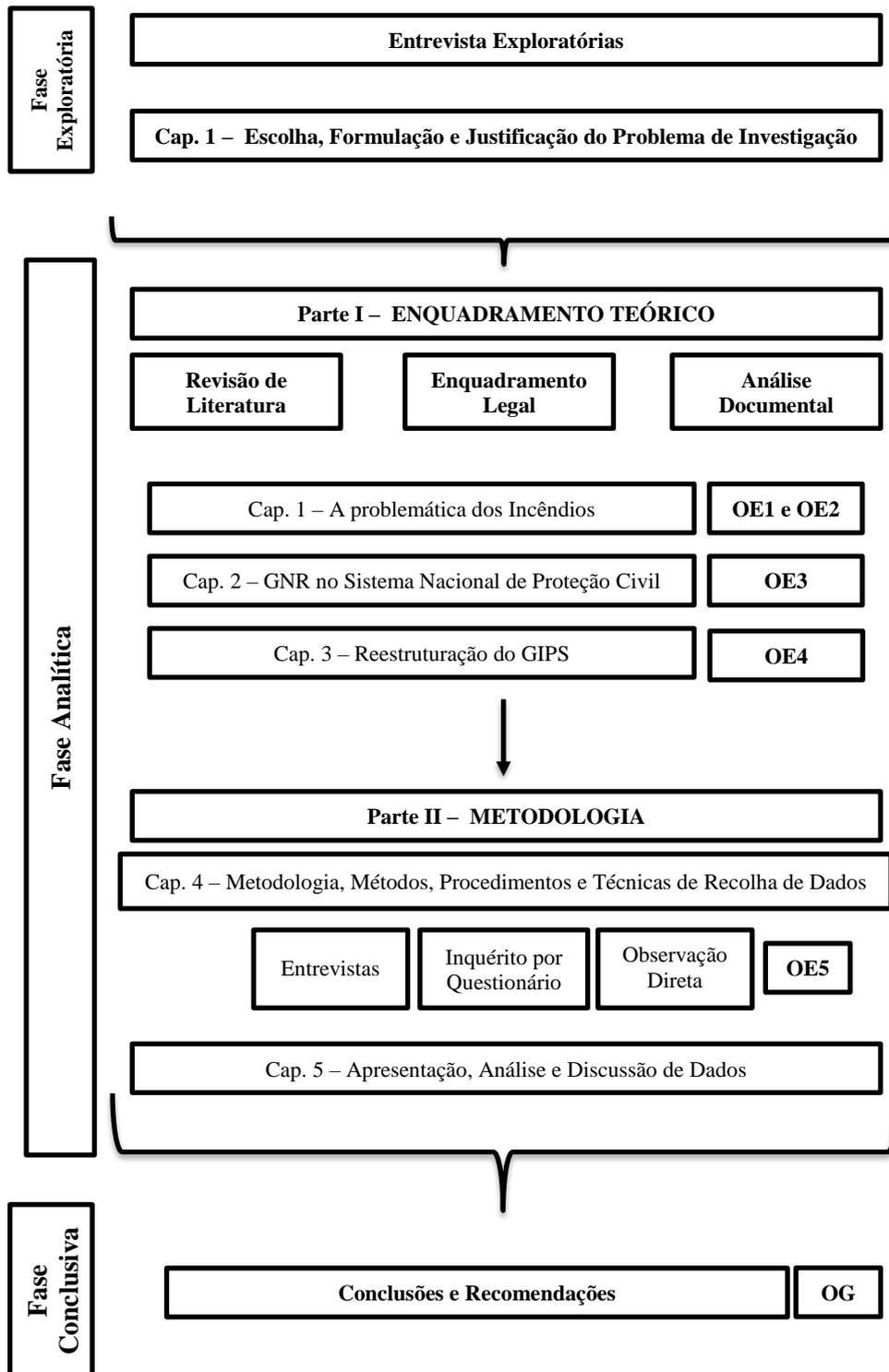


Figura n.º 1 – Estrutura do TIA

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice B – Análise dos Relatórios da CTI e da CEIF UC dos GIR de 2017

Atendendo os GIR de 2017, a CTI, considerou o SNPC deveria apostar em APC com diferentes capacidades, formação e competências adequadas. Orientando assim, para “*a atuação para a adoção de forças especializadas, com elevado nível de qualificação, destinadas à resolução destas problemáticas, o que não se coaduna com amadorismos*” (CTI, 2017, P.8), mas pelo contrário, conseguida através de um elevado grau de exigência e profissionalização. Também o CEIF da UC, considera a necessidade de profissionalização no combate a incêndios, pois os GIR de 2017, evidenciaram as fragilidades de um sistema apoiado de excessivamente no voluntariado, sendo clara a necessidade de “*uma profissionalização dos quadros de proteção civil, acompanhada de uma formação rigorosa e de condições suficientes para o desempenho das missões*” (2019, p.244).

Ainda no âmbito da qualificação é referida a necessidade de uma uniformidade de formação e procedimentos dos vários APC, através da realização de ações formação conjunta e estandardizada, com intercâmbio de conhecimentos e experiência. A formação deverá ser ainda vocacionada para os domínios da proteção civil e da defesa da floresta contra incêndios como a exigência de níveis de escolaridade superiores e devidamente certificados (CTI, 2017).

Alerta-se para uma carência de uma uniformidade, também no que concerne “*as competências de comando, liderança, de organização ou de logística, normalmente associadas ao perfil castrense*”, considerando que devem ser características assumidas por todos os operacionais (CTI, 2017, p.8), permitindo uma interoperabilidade de todo o sistema.

Apesar de ter sido enaltecido que “*as forças profissionais de intervenção (GIPS e FEB) estão preparadas, ao nível operacional, para intervenções nas fases ATI e de ATA*”, a CTI advertiu para facto de o seu “*efetivo ser limitado (...) dificilmente podendo cobrir, de um ponto de vista geográfico, as diversas emergências que se manifestam nos períodos críticos*” (CTI, 2017, p. 8).

No âmbito da atividade operacional considera que “*as iniciativas nos domínios da prevenção e do combate deveriam ser protagonizadas, pelo menos nos seus pilares básicos, por entidades com a mesma orientação e, se possível, com a mesma inserção institucional*”, ou seja, por forma a igualmente o combate ser protagonizado e realizado por operacionais que “*acompanharam as intervenções de prevenção, e vice-versa*” por forma a gerar situações de aproveitamento das “*oportunidades criadas pela prevenção para aumentar o êxito do combate*”. (CTI, 2017, p.9). Nesse seguimento a CTI, critica, o facto de “*muitos dos*

agentes que se empenham no ataque desconhece a região e, ainda pior, não acompanharam as medidas executadas de prevenção estrutural” e que “os intervenientes na prevenção e gestão florestais não participam nas decisões operacionais de combate aos incêndios”. Defende, que “os elementos das diversas estruturas, designadamente dos operacionais profissionais (FEB e GIPS) devem acompanhar e/ou participar nas ações de prevenção estrutural, designadamente nas intervenções de gestão de combustíveis”, aproveitando das melhores condições para o combate. Considera ter de existir uma estreita ligação entre as várias fases de atuação na mitigação de um IF, desde a sua prevenção ao seu rescaldo e reabilitação.

Tempo por base as datas dos GIR de 2017 a CTI (2017) considera que, inclusive, deverá ser aumentado a prontidão, independentemente da época do ano, devendo ser ajustado em função das condições de risco de incêndio e não em função do calendário. Invoca-se assim, a necessidade de maiores níveis de vigilância móvel, pré-posicionamento dos meios de combate, em local estratégico, em função da visibilidade, do risco estrutural e meteorológico, das acessibilidades, e dos meios existentes na região, face a qualquer necessidade de IR. Em consonância, a CEIF que refere que *“na eventualidade do desenvolvimento de um incêndio com maiores dimensões, as equipas de reforço ao combate possam chegar aos TO da forma mais rápida”*. (CEIF, p.234)

Outra consideração, sobejamente debatida é ter de se realizar uma maior fiscalização para garantir cumprimento das medidas de prevenção estrutural, nomeadamente abrangendo vias rodoviárias e aglomerações populacionais que se tem demonstrado muito deficiente. (CTI, 2017, p.16), uma vez que, uma carga combustível muito elevada e mal gerida juntamente com a falta de limpeza da envolvente das estradas permitiu que muitas pessoas nos IGR de 2017, fossem colhidas em plena fuga (CEIF, 2017, p.224-225).

Necessidade de aumentar a capacidade em *“debelar o fogo nascente na primeira meia hora após a eclosão”*, dado que o tempo decorrido desde a ignição e os meios empregues em ATA, que foram insuficientes para as condições do dia.

No que concerne o combate a IR, a CTI, recomenda que, *“em termos operacionais, os dois tipos de intervenção deveriam recorrer a especificações técnicas e a modalidades de combate diferentes”*, ou seja, existir uma maior especialização, no ATI e no ATA. Dessa forma, enquanto o ATI é essencialmente caracterizado pela rapidez de atuação, o ATA é caracterizado por uma intervenção mais musculada, sendo que no passado já era reforçada por forças profissionais, designadamente dos GIPS.

Crítica a falta de prontidão e necessidade de melhor relacionamento dos Gabinetes

Técnicos Florestais (GTF) com a GNR, sobretudo através dos GIPS, afirmando que “alguns técnicos mencionaram também que o esforço de fiscalização e sensibilização da GNR/GIPS é insuficiente e pouco articulado com os GTF” tendo de haver um maior e melhor trabalho de aproximação e sensibilização. Sendo que ainda nesse seguimento considera que “o processo global de notificação, aplicação de coimas e execução da rede secundária é deficiente”, reconhecendo a necessidade de simplificar o sistema e a torna-lo, mas eficaz. (CEIF, 2017)

O CEIF da UC, considera fundamental melhorar o diálogo e articulação entre os vários intervenientes, nomeadamente com as entidades locais, considerando que “*muito dependente das relações pessoais (...) procurando fomentá-las por meio de treinos e exercícios, deverão ultrapassar-se as barreiras institucionais e envolvendo as entidades que possam dar uma contribuição para o problema*”. (2017, p.210), envolvendo-as na sua resolução, tornando assim as operações de proteção civil mais eficientes em situações similares que venham a acontecer no futuro (CEIF, 2019, p.234).

A CEIF, recomenda uma maior integração de recursos técnicos e de conhecimento científico em todas as tarefas de gestão dos incêndios florestais, desde a vigilância e monitorização das florestas, à redução e utilização da biomassa, sistemas de apoio à decisão no emprego de meios e no planeamento do combate, além do uso das tecnologias de apoio à decisão na definição de estratégias e avaliação do comportamento do fogo (CEIF, 2017, p.227). Há a recomendação de que deve ser desenvolvido um protocolo de informação do ponto de situação que seja harmonizado, contemplando fotografias e/ou vídeos, e que reduza o desequilíbrio das capacidades de comunicação dos operacionais no terreno. Para além disso, estes elementos seriam importantes numa análise técnica ou forense da situação. (p.236)

Entre outras, a CTI refere ainda a necessidade de não repetir as falhas de comunicações do SIRESP (CTI, 2017), devendo, portanto, sofrer adaptações para fazer face as necessidade. Para além disso, a “geolocalização” dos meios no combate é fundamental aparelho de comunicação, consideramos que devem ser feitos esforços para que a localização de cada equipa no TO possa ser conhecida a todo o momento, para além de promover as condições de segurança dos operacionais. (CEIF, 2019, p.236-237)

No caso de se ter de proceder a evacuações, a CEIF (2017) refere que tem de haver uma comunicação prévia que dê tempo de preparação às pessoas, existindo simultaneamente uma priorização de evacuação seletiva e com maior acompanhamento. Salva-guarde-se o facto, de se poder ter de recorrer à obrigatoriedade na evacuação, dado que muitas pessoas

resistem a ser afastadas das suas casas pelos mais diversos motivos (CEIF, 2019, p.239).

As fatalidades registadas entre a população civil evidenciaram a necessidade de se *“criar mais e melhor prevenção de incêndios, mais e melhores programas de sensibilização e de apoio à população, com vista a melhorar a sua segurança. (...) assim como as medidas de gestão de combustível em torno das casas (CEIF, 2019, p.248). Isto porque, “embora não seja de excluir a ação dolosa na origem de um grande número de ignições, parece estar estabelecido que muitas delas se deveram, como se disse, a queimas e queimadas intencionais” (CEIF, 2019, p.249).*

Apesar do sucedido nos GIR de 2017 a CTI (2017) vem destacar o facto que estas forças deverão estar disponíveis para todas as emergências e não só para os IR.

Apêndice C – Estrutura Orgânica da GNR adaptada ao DL n.º 113/2018

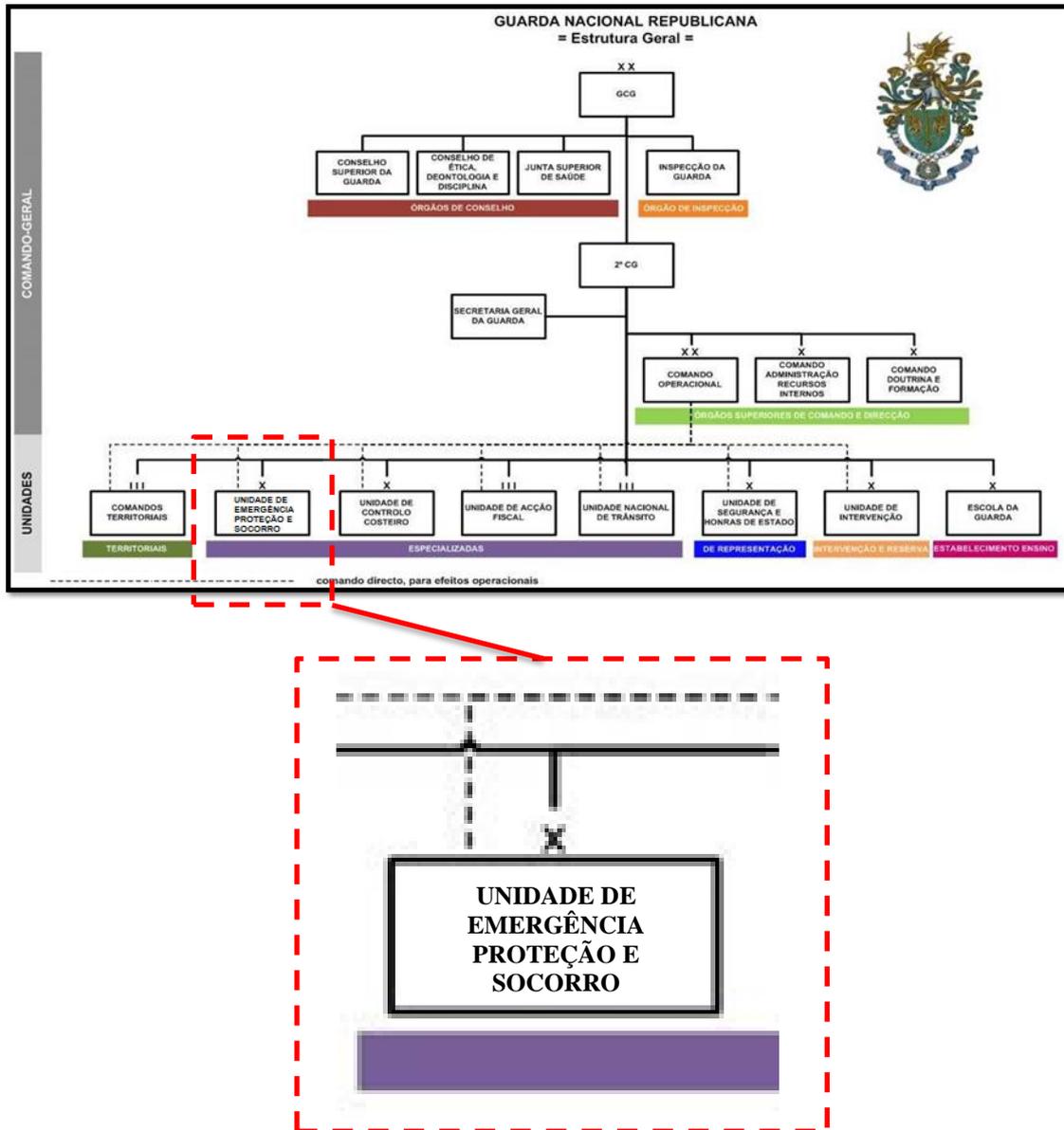


Figura 12 – UEPS na Orgânica da GNR, adaptação ao DL n.º 113/2018

Fonte: Adaptado de www.gnr.pt

Observações:

- Adaptação da integração da UEPS, à estrutura orgânica da Guarda, atendendo o DL n.º 113/2018, deixando de estar sob alçada da UI e passando a integrar as Unidades Especializadas.

Apêndice D – Previsão da Orgânica da UEPS enquanto Unidades Especial

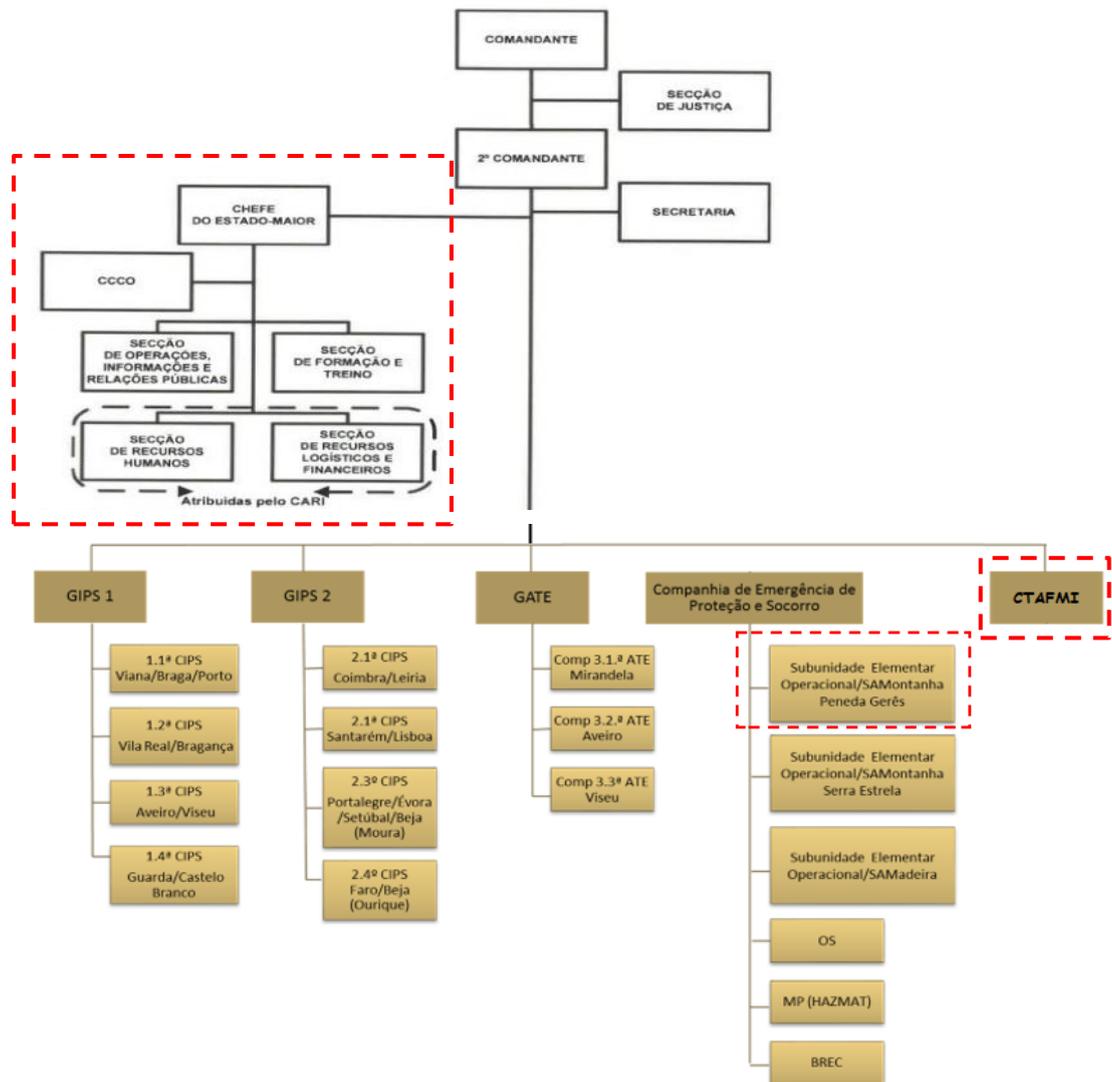


Figura 13 – Previsão da Orgânica da UEPS enquanto Unidades Especial

Fonte: Adaptado de www.gnr.pt

Observações:

- A estrutura que atualmente existe é meramente aquela que não se encontra circunscrita a tracejado.
- O remanescente representa os possíveis incrementos advindos da consolidação da UEPS, tendo por base uma analogia à estrutura da UCC, que pelas suas características específicas, quer de expressão territorial, quer de Comando e Controlo (por possuir o CCCO), é aquela que a meu ver mais se adequa, enquanto Unidade Especializada.

Apêndice E – Características Sociométricas dos Entrevistados

Quadro n.º 2 - Modelo de análise da investigação

E	Nome	Posto/Cargo	Função Atual	Observações	Data/Hora
E1	José Artur Neves	Secretário de Estado / Engenheiro	Secretário de Estado da Proteção Civil	Adj. do Secretario de Estado MAI em 2017	18ABR19 10:00
E2	Mourato Nunes	Tenente General	Presidente da ANEPC	Cmdt-Geral da GNR em 2006	23ABR19 16:30
E3	Domingos Xavier Viegas	Professor Catedrático	Diretor do Centro de Estudos de Incêndios Florestais da UC	Coordenador dos Relatórios da CEIF da UC dos IR de 2017	08ABR19 10:00
E4	João Guerreiro	Professor Catedrático	Presidente da Comissão Técnica Independente	Antigo Reitor da Universidade do Algarve e responsável pela CCCR do Algarve	05ABR19 17:30
E5	Tiago Oliveira	Engenheiro	Presidente da AGIF	Especialista em Gestão e Governança de Risco	23ABR19 11:30
E6	Duarte da Costa	Brigadeiro General	Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil	Foi Chefe do Estado Maior do Comando das Forças Terrestres	09ABR19 17:00
E7	Veloso	Coronel	Cmdt do GIPS / UEPS desde 2017	Atual Cmdt da UEPS	24ABR19 10:00
E8	Silvério	Coronel	Cmdt do CTer de Santarém	2.º Cmdt do GIPS em 2006	04ABR19 16:30
E9	Quaresma Tavares	Tenente Coronel	Responsável pela Proteção Civil de Oeiras	Cmdt do GIPS em 2011 2.º CONAC da ANPC em 2017	02ABR19 14:30
E10	Cura Marques	Tenente Coronel	2.º Cmdt do GIPS /UEPS desde 2017	Cmdt do GIPS em 2017	29MAR19 17:00

Observações:

- Entrevistado (E)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCCR) do Algarve
- Chefe do Estado Maior do Comando das Forças Terrestres, é responsável pelas áreas de planeamento e execução da atividade operacional da componente terrestre das Forças Armadas

Fonte: Elaboração própria

Apêndice F – Modelo de Análise de Investigação

Quadro n.º 3 - Modelo de análise da investigação

OG - Caracterizar o contributo da nova reorganização estruturo-organizacional do GIPS, tendo em vista a mitigação dos IR		PP - De que forma a nova reorganização estruturo-organizacional do GIPS contribui para a mitigação dos Incêndios Rurais?	
Blocos de Objetivos	Objetivos Intermédios	Pergunta Derivada (PD)	Formulário de Perguntas
Evolução do GIPS (2006 – Jun2017)	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar as expectativas no GIPS face ao seu contributo para o SNPC. 	<p style="text-align: center;">PD1</p> <p>Qual a mais-valia da estrutura do GIPS/GNR no SNPC?</p>	<p>Questão 1 – Em que medida considera que as expectativas depositadas no Grupo de Intervenção Proteção e Socorro em 2006 se concretizaram?</p> <p>Questão 2 – Em que medida considera que o GIPS contribui para o SNPC no geral e nos IR em particular?</p>
Integração de lacunas no Sistema da Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar se as reestruturações vão ao encontro das propostas dos relatórios dos Grandes Incêndios Rurais de 2017 	<p style="text-align: center;">PD2</p> <p>De forma o GIPS/GNR, vai ao encontro das necessidades da Proteção Civil no âmbito dos IR?</p>	<p>Questão 3 - Atendendo às motivações que levaram à criação do GIPS e aos Incêndios de 2017. Quais considera serem as motivações que levaram uma vez mais o Governo em confiar a missão dos IF / IR ao GIPS?</p> <p>Questão 4 - Em que medida considera que a aposta no GIPS/UEPS pode ser uma possível solução a parte das lacunas identificadas nos relatórios da CTI e CEIF da UC, quanto à problemática dos IR?</p>

<p>Novo Modelo do GIPS / UEPS – Novas Potencialidades e Limitações do advindas da sua reforma do SNPC</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, caracterizar e distinguir as novas potencialidades /competências e limitações do GIPS (em TN) face à ao antecedente; • Caracterizar e identificar a atual dispersão Territorial da UEPS; 	<p style="text-align: center;">PD3</p> <p>De que forma a nova reorganização estruturo-organizacional afetou o GIPS/GNR em matéria do IR?</p>	<p>Questão 5 – Face ao antecedente, considera existirem novas potencialidades resultantes da reforma (reestruturação do dispositivo, reforço de meios e novas competências) do GIPS/UEPS? Em caso afirmativo. Diga quais e qual o seu impacto na sua atividade operacional, no caso dos Incêndios Rurais.</p> <p>Questão 6 – Considera existirem vulnerabilidades/limitações na estrutura? Em de afirmativo, refira quais e de que que forma considera que essas poderiam se colmatadas.</p> <p>Questão 7 – Qual a adequabilidade/vantagens da dispersão territorial atual, tendo em vista a sua missão e no caso particular dos Incêndios Rurais?</p> <p>Questão 8 – Considera que a atual reforma legislativa no Sistema Nacional de Proteção Civil tem impacto no GIPS / UEPS? Em caso de afirmativo, em que sentido.</p>
<p>Tendências da Unidade de Emergência Proteção e Socorro da GNR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar o impacto da reestruturação no GIPS nível internacional • Identificar as tendências do Novo Modelo do GIPS / UEPS na GNR 	<p style="text-align: center;">PD4</p> <p>Quais as tendências do novo modelo do GIPS (UEPS)?</p>	<p>Questão 9 – De que forma considera que esta reestruturação no GIPS, pode ter impacto no “Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia” nomeadamente na Capacidade Europeia de Resposta de Emergência (CERE)?</p> <p>Questão 10 – No seu entender, quais deveriam ser as futuras apostas na UEPS, tendo em vista a mitigação dos riscos e consequências dos IR?</p>

Fonte: Própria

Apêndice G – Carta de Apresentação

ACADEMIA MILITAR

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na
especialidade de Segurança



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Grupo de Intervenção Proteção e Socorro
– Evolução e Tendências

Exmo. Sr.

No âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada do Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana, lecionado na Academia Militar, torna-se essencial a realização de entrevistas com a finalidade de recolher informações para a investigação subordinada ao tema: **“Grupo de Intervenção Proteção e Socorro – Evolução e Tendências”**.

A presente investigação tem por objetivo analisar a necessidade da reestruturação estruturo-organizacional do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro para Unidade de Emergência Proteção e Socorro, atendendo os trágicos incêndios de 2017 em Portugal, tendo como finalidade contribuir para mitigação dos riscos e consequências do Incêndios Rurais.

Face ao exposto, o contributo de V. Ex.^a constitui-se como fundamental para este trabalho de investigação, na medida em que lhe concederá credibilidade e valor, permitindo assim complementar a análise documental realizada.

Dessa forma agradeço desde já, a disponibilidade de Vossa Excelência, para contribuir para este trabalho.

Atenciosamente

André Nazaré

Aspirante GNR – Cavalaria

Apêndice H – Guião de Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

- Os dados da presente entrevista têm como única finalidade o trabalho de investigação aplicada em apreço.
- A entrevista são gravadas, com o consentimento do entrevistado, para posterior transcrição.

Evolução do GIPS (2006 – 2017)

Questão 1 – Em que medida considera que as expectativas depositadas no Grupo de Intervenção Proteção e Socorro em 2006 se concretizaram?

Questão 2 – Em que medida considera que o GIPS, contribui para o SNPC no geral e nos IR em particular?

Integração de lacunas no Sistema Nacional de Proteção Civil

Questão 3 - Atendendo às motivações que levaram à criação do GIPS e aos Incêndios de 2017. Quais considera serem as motivações que levaram uma vez mais o Governo em confiar a missão dos Incêndios Florestais / Rurais ao GIPS?

Questão 4 - Em que medida considera que a aposta no GIPS/UEPS pode ser uma possível solução a parte das lacunas identificadas nos relatórios da Comissão Técnica Independente (CTI), presidida pelo Professor João Guerreiro e do Relatório do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais (CEIF), coordenado pelo Professor Xavier Viegas, quanto à problemática dos Incêndios Rurais?

Novo Modelo do GIPS / UEPS

-Novas Potencialidades e Limitações advindas da reforma do SNPC

Questão 5 – Face ao antecedente, considera existirem novas potencialidades resultantes da reforma (reestruturação do dispositivo, reforço de meios e novas competências) do GIPS/UEPS? Em caso afirmativo. Diga quais e qual o seu impacto na sua atividade operacional, no caso dos Incêndios Rurais.

Questão 6 – Considera existirem vulnerabilidades/limitações na estrutura? Em caso afirmativo, refira quais e de que forma considera que essas poderiam se colmatadas.

Questão 7 – Qual a adequabilidade/vantagens da dispersão territorial atual, tendo em vista a sua missão e no caso particular dos Incêndios Rurais?

Questão 8 – Considera que a atual reforma legislativa no Sistema Nacional de Proteção Civil tem impacto no GIPS / UEPS? Em caso de afirmativo, em que sentido.

Novas Valências da UEPS ao nível Internacional

Questão 9- De que forma considera que esta reestruturação no GIPS, pode ter impacto no “Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia”, nomeadamente na Capacidade Europeia de Resposta de Emergência (CERE)?

Tendências da Unidade de Emergência Proteção e Socorro da GNR

Questão 10 – No seu entender, quais deveriam ser as futuras apostas na Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, tendo em vista a mitigação dos riscos e consequências dos Incêndios Rurais?

Obrigado pela sua colaboração.

Apêndice I – Quadro de Análise às Respostas das Entrevistas

Quadro n.º 4 - Análise das respostas à Questão n.º 1

Q.1 Em que medida considera que as expectativas depositadas no Grupo de Intervenção Proteção e Socorro em 2006 se concretizaram?		
	Pontos-Chave da resposta	Argumentação
E1	“foram ao encontro das expectativas”	“Considero que foram ao encontro das expectativas. O trabalho desenvolvido pelos GIPS, ao longo destes anos demonstrou-se de grande qualidade e fundamental para o funcionamento nosso Sistema de Proteção Civil”
E2	“corresponderam às expectativas (...) superaram fracamente”	“corresponderam às expectativas, eu digo que superaram fracamente (...) em 2006 notava-se no país a ausência de uma força com as características e as capacidades do GIPS (...) veio preencher um vazio (...) apesar de estar mais vocacionado para os fogos, não foi criado somente pensando em neles, mas todas as outras áreas das emergências, as quais, a Unidade conseguiu desenvolver e torna-las, numa clara mais-valia, para a atividade da Guarda e da Proteção Civil”.
E3	“diria até que se superaram”	“Eu creio que sim, diria até que se superaram (...) quando o GIPS foi criado, existiam bastantes reservas e obstáculos (...) talvez de outros alguma desconfiança sobre a oportunidade e a conveniência em criar e introduzir o GIPS no sistema (...), não só corresponderam como acabaram por ter de facto um papel importante, acabaram por trazer mais-valias”
E5	“considero que o GIPS, superaram as expectativas”	“Fazendo uma análise de 2006 a 2019, considero que o GIPS, superaram as expectativas, porque o GIPS foram uma iniciativa de aquilo que se chama de “quick fix”, ou seja, uma solução rápida do poder político para dar capacidade de C&C, a um sistema de ATI aos Incêndios e isso foi conseguido, de estancar o problema.
E6	“considero que é um sucesso (...) acho que se superaram”	“Apesar do atual conhecimento que possuo, (...) de carácter geral e não específico, naquilo que são as suas características, considero que é um sucesso (...) materializando-se hoje em dia como um dos pilares fundamentais que eu tenho no combate aos incêndios principalmente naquilo que é o ATI, enquanto sua principal responsabilidade (...) em 98% de todas as ocorrências de IR foram dominadas pelo ATI (...) o grande mérito esta na própria estatística que fala por si, dai quando me faz essa questão (...) acho que se superaram”
E7	“os objetivos foram completamente cumpridos”	“Posso dizer que os objetivos foram completamente cumpridos e o ano passado foi a demonstração disso mesmo”.
	“superou as expectativas”	“Quando o governo aposta na expansão do GIPS, veio-se demonstrar que fruto do trabalho que vinha a ser desenvolvido, que tinha sido uma boa aposta, logo não tenho duvida nenhuma que até superou as expectativas iniciais.”
E8	“As expectativas foram completamente satisfeitas”	“As expectativas foram completamente satisfeitas, disso não tenho duvidas nenhuma, ao nível político, ao nível estratégico, ao nível operacional, bem como ao nível tático, até porque o GIPS apresentou uma taxa de proficiência superior a 95% de sucesso nas intervenções que executou, assim foi reconhecido pelo governo de então”.
E9	“as expectativas foram largamente concretizadas e até muito superadas”	“as expectativas foram largamente concretizadas e até muito superadas (...) o GIPS deu um salto qualitativo brutal, (...) o que claramente justificou a não extinção do GIPS foi a percentagem de sucesso nos IF, do que era e é a primeira intervenção, forma um fator preponderante.”
E10	“GIPS teve eco no Governo merecendo por parte deste uma continua aposta no modelo”	(...) 2017 o ano marcante pelo empenhamento e dedicação da quase totalidade dos militares do GIPS nos grandes incêndios desse ano. (...) o trabalho realizado pelo GIPS teve eco no Governo merecendo por parte deste uma continua aposta no modelo e no trabalho realizado pelos militares do GIPS. (...) Os resultados e taxa de eficácia diria que não sofreram grandes alterações”

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 5 - Análise das respostas à Questão n.º 2

Q.2	Em que medida considera que o GIPS contribui para o SNPC no geral e nos IR em particular?	
	Pontos-Chave da resposta	Argumentação
E1	<p>“dá a esta força uma presença e uma ação em todos os domínios do risco (...) reforçando todas as estruturas de proteção civil (...) com capacidade de atuar no vários TO”</p>	<p>“dá a esta força uma presença e uma ação em todos os domínios do risco que é importante para que todo o sistema tenha aqui uma força militar, bem preparada, disponível com sentido de missão que caracteriza a GNR, neste caso em particular o GIPS (...) profissionais, que tem um papel fundamental, nomeadamente nos fogos. O facto de termos colocado esta força que também é uma autoridade no ATI, o combate e socorro e simultaneamente ela é uma força que nos permite fiscalizar todo o TN e neste primeiro ano de experiência nós mais que duplicamos o número de indivíduos que foram apanhados em flagrante delito a incendiar a nossa floresta, portanto esta capacidade de atuar imediatamente na sua vertente policial, preponderante para dissuadir muito significativamente o crime de incêndiarismo que infelizmente afeta o nosso país. (...) estas componentes são fundamentais reforçando todas as estruturas de proteção civil (...) ter companhias de ATA com capacidade de movimentação no país, confere uma dimensão à Proteção Civil, que antes não tinha. Além de contribuir para o robustecimento de todo o dispositivo, ficando com uma força com capacidade de atuar no vários TO, além dos policiais.”</p>
E2	<p>“mais-valia para todo o sistema (...) com uma grande capacidade física que, normalmente, está associada a um certo tipo de juventude”</p>	<p>“o GIPS vem então trazer ao SNPC, uma profissionalização, especialização, especialização, polivalência e complemento da estrutura. (...) Refletindo-se no caso dos Incêndios, em uma clara mais-valia para todo o sistema. O facto de o GIPS estar inserido numa força de segurança, confere-lhe uma capacidade que nenhum outro agente de proteção civil tem, que é ser um agente policial. O facto de ser um agente policial, confere-lhe um grau de autoridade que permite nos períodos em que não há incêndios (...), poder fazer vigilância, fiscalização e sobretudo ter uma atitude pedagógica junto a população (...) um outro aspeto é o facto de serem profissionais (...) uma grande capacidade física que, normalmente, está associada a um certo tipo de juventude. No caso do GIPS, há limites de idade, a partir do qual começam a haver provas físicas, para saber se está em condições (...) e quando já não tiver em condições não se perdeu nada, ganhou-se um militar que continua a ter todas as suas competências policiais, que apenas deixou de estar naquela área (...) isso traz, rejuvenescimento permanente, sem mandar as pessoas para casa. Isto é uma mais-valia que pouca gente aprecia, mas que é fundamental”</p>
E3	<p>“acabaram por trazer mais valias”</p>	<p>“acabaram por trazer mais valias, como disciplina, equipamento, procedimentos (...) ajudaram a puxar por outras forças de Proteção Civil, que sentiram a necessidade de corresponder ao desafio e de melhorarem também (...) e o que é um facto é que passados uns anos a GNR através do GIPS, se afirmaram com uma serie de funções e de tarefas na questão da gestão de incêndios como tem vindas a ser atribuídas cada vez mais”</p>
E4	<p>“reforçou todo o SNPC, através das suas várias valências (...) o GIPS traz mais-valias”</p>	<p>“reforçou todo o SNPC, através das suas várias valências e não somente nos IR (...) permite uma atividade mais musculada na sua atuação em vários cenários de emergência. É uma força que dadas as suas características tem capacidade para se adaptar bem às várias necessidades dos problemas que se levantam. No caso dos IR, contribui em todas as fases, desde a prevenção ao combate (...) o GIPS traz mais-valias porque, são pluridisciplinares e polifacetadas, tem um conjunto de etapas que abrange esta totalidade de questões que podem aparecer, que para nós hoje em dia podem ser óbvias, mas há outras que podem ser novidades (...) “a questão dos IR são meramente uma pequena parte daquilo que são as operações de emergência nacional (...) tudo aquilo que são emergências nacionais o GIPS tem de ter capacidade de atuar”</p>
E5	<p>“é um embrião muito relevante”</p>	<p>“é um embrião muito relevante da profissionalização e da capacitação de um sistema com base em valências especializadas, ou seja, traz C&C, coordenação, comunicações autónomas, que melhora muito a eficácia do dispositivo (...) na área dos Incêndios eu vejo que são efetivamente especializados (...) e acho que o Estado tem de ter uma força capaz de dar a primeira resposta o GIPS é uma força especializada, com carácter polivalente e multifuncional”</p>

E6	“um duplo ganho”	“lógica da especialização (...) elementos mais especializados a fazer o ATI e outros a fazer o ATA, permitindo que mesmo os que estão a fazer ATI, façam ATA e os que fazem ATA possam fazer ATI. (...) há essa flexibilidade de utilização dos meios (...) um duplo ganho, ganha o sistema e ganha o GIPS, relativamente na experiência. (...) quanto mais especializado, quanto mais experiência (...) mais segurança eu consigo advogar naquilo que são as suas rotinas. (...) também um ganho para a GNR ter nas suas equipas elementos mais jovens e elementos com mais experiência nesta tipologia de eventos em TO de IR. O GIPS, é uma força com a riqueza de pessoal em termos de escala (...) bem como em número de capacidades e valências (...) não se pode esgotar nos IR, aliás, para ser credível e flexível”
E7	“uma forma mais especializada, não só nos fogos rurais, mas também em outras matérias de outras suas especialidades”	“o GIPS como a própria Guarda são um dos vários agentes de Proteção civil (APC), dos mais importantes do sistema. Se a Guarda já era importante com o GIPS passou ainda ter um papel ainda mais ativo, logo, o GIPS é sem dúvida uma forma mais especializada, não só nos fogos rurais, mas também em outras matérias de outras suas especialidades (...), vai muito além dos incêndios (...) o GIPS são uma força das forças de APC totalmente profissionais e não só em matéria de incêndios.
	“A nível nacional passa a ser a força que talvez mais conhecimento tem nos fogos rurais”	“Em relação aos Incêndios no que concerne o ATI e atuação nos incêndios nascentes passou a ser doutrina no GIPS. A nível nacional passa a ser a força que talvez mais conhecimento tem nos fogos rurais, relativamente no ATI. Dai a aposta, no ano passado, de entregar a responsabilidade de atuação em ATI, em todo o TN, ter sido entregue aos GIPS. (...) na questão do ATA, somos uma pequena peça no Sistema, sendo os bombeiros o grosso da força trabalha em ATA, mas se falarmos em ATI temos o monopólio do ATI e é aí que há a grande mais valia do sistema”.
E8	“o GIPS é uma mais-valia para todo o SNPC, bem como para o sistema de SI” “e forças nacionais.”	“o GIPS é uma mais-valia para todo o SNPC, bem como para o sistema de SI e diria mesmo para o sistema de forças nacionais. O facto do GIPS estar integrado na Guarda permite a interoperabilidade com as Forças Armadas e assegura a perfeita ligação aos restantes APC. O GIPS é a força que mais garantias apresenta, em termos de disponibilidade, capacidade e proficiência na primeira intervenção aos IR. É a capacidade da Guarda que em complemento com a capacidade SEPNA e serviço territorial muito tem feito no âmbito da prevenção operacional dos IR e através da qual se tem reforçado a cultura de segurança.”
	“conceito de SI foi alargado a outras áreas de intervenção”	“Por outro lado, há que ter em consideração que o conceito de SI foi alargado a outras áreas de intervenção, (...) Com a UEPS o GIPS pode desenvolver, e desenvolverá doutrina, no âmbito do ATA aos IR. Quanto às outras vertentes, o GIPS sempre teve capacidades, para lhes fazer face (...) a Guarda passa a ter uma grande Unidade que congrega um conjunto de capacidades, únicas, para intervir em qualquer cenário de catástrofe natural, ou num Incidente Tático Policial de grandes dimensões, onde seja necessário exfiltrar vítimas, para lhes prestar o devido socorro (...) os militares dos GIPS são militares da Guarda, logo polícia e OPC (...) num ambiente onde cada vez se tem que fazer mais, com menos recursos, considero que a missão do GIPS atribuída à Guarda é uma verdadeira mais-valia para o país.”
E9	“o GIPS é uma mais-valia, a nível nacional e internacional”	“o GIPS é uma mais-valia, a nível nacional e internacional (...) a capacidade de inscrever o GIPS com módulos de proteção e socorro, no mecanismo comunitário de proteção civil. (...) trazer um exercício internacional a Portugal, coorganizado pelo GIPS, o exercício MODEX (...) este exercício que foi organizado pelo GIPS ainda é dado como referência, pela própria disciplina e especialização (...) mergulhadores terem sido considerados como polícia de investigação, que na altura eram a única força policial com capacidade para recolha de prova em ambiente subaquático (...) ter colocado uma equipa polivalente do GIPS na Madeira mais vocacionada para o que era a proteção e o socorro genérico”.
E10		

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 6 - Análise das respostas à Questão n.º 3

Q.3 Quais considera serem as motivações que levaram uma vez mais o Governo em confiar a missão dos IF / IR ao GIPS?		
	Pontos-Chave da resposta	Argumentação
E1	“o reconhecimento no trabalho do GIPS”	“o reconhecimento no trabalho do GIPS levou a houvesse um reforço substancial, (...) há aqui um entendimento de que esta é uma força vital de Proteção Civil (...) o grupo foi consolidando a sua ação ao longo de 10 anos, que por diversos motivos, os sucessivos governos não lhe deram o reforço adicional, porque se instalou uma crise, nunca por se ter entendido que a força se deveria limitar aquele dispositivo”
	“as circunstâncias em particular o que aconteceu em 2017 (...) teve um curso natural”	“as circunstâncias em particular o que aconteceu em 2017 de algum modo, forçou todo o sistema a robustecer-se mais do ponto de vista profissional e a presença em todos os distritos (...) tem muito a ver com aquilo que consideramos vital, nomeadamente no processo de ATI aos IR em todo o TN o ATI (...) com o objetivo precisamente ter o ATI muito forte associado à sensibilização, fiscalização e ao patrulhamento das diversas áreas de legislação associadas à prevenção nomeadamente o DL 124/2006, em todo o TN (...). Portanto, o robustecimento teve um curso natural, em função da constatação de se reforçar todo o sistema com mais profissionais no setor, e, portanto, duplicou-se esta força”
E2	“ordem natural das coisas (...) ter uma quadricula onde as forças estejam, para rapidamente, poderem fazer a intervenção seja terrestre ou aérea”	“enquanto, Presidente da ANEPC, considero que o que está a acontecer agora é a ordem natural das coisas, ou seja, torna-se necessário aumentar o número de elementos que o GIPS tem e, portanto, fazer uma cobertura ainda maior no país todo, uma vez que o GIPS, não cobria todas as áreas. Estava por alguns distritos e CMA, distribuídos pelo país.” “Assim, o que procuramos, é ter uma quadricula onde as forças estejam, para rapidamente, poderem fazer a intervenção seja terrestre ou aérea. (...) pois bem, o que fizemos em 2018, foi colocar elementos do GIPS em todos os CMA. (...) foi uma aposta ganha, uma força que ganha prestígio, interessa que tenha um maior número de elementos, formados com esta especialidade, daí que incentivamos a que o GIPS duplica-se aquilo que eram os seus efetivos (...) haver policialmente de proximidade, (...) os elementos do GIPS conhecem o terreno como ninguém, conhecem as pessoas da área onde andam (...) nos períodos em que não há incêndios (...) estão a fazer um trabalho extremamente importante que podem ser aproveitados. Acho claramente, que a opção está certa, não invalida nenhuma das outras especialidades da Guarda e, portanto, acho que só trouxe vantagens. Trouxe vantagens para o país, trouxe vantagens para a instituição.”
E3	“necessidade de dispor de elementos que sejam profissionalizados”	“Creio que foram duas razões, por um lado a necessidade de dispor de elementos que sejam profissionalizados, que sejam dedicados ao tema dos incêndios”
	“a capacidade que a GNR demonstrou de dispor desses recursos”	“por outro lado, a capacidade que a GNR demonstrou de dispor desses recursos e dar formação em pouco tempo e de os preparar num ambiente de exigência e de disciplina para o efeito.”
	“a confiança que estão a merecer por parte das estruturas”	“No ano passado assistimos à expansão do GIPS, o aumento do n.º quando se podia esperar uma decisão no outro sentido, o mostra também não apenas a boa organização como a confiança que estão a merecer por parte das estruturas.”
E4	“ter uma força especial dedicada à prevenção e à resolução de problemas”	“cada país tem de ter uma força especial dedicada à prevenção e à resolução de problemas que resultam dos IR”
E5	“necessidade de ter C&C”	“foi a necessidade de ter C&C, não só no ATI, mas numa fase mais complexa, no ATA
	“homogeneidade”	“permitir que houvesse uma homogeneidade no território, doutrina, o GIPS ficar em todo o processo, ou seja, ficam transversais em todo o modelo”
	“capacidade gestão dos seus RH”	“Outra razão, colocasse na própria capacidade de recrutamento e gestão dos seus recursos humanos (...), recolocando-os em outras funções”

E6	“força com capacidade de se especializar”	“buscar uma força que já tinha capacidade de se especializar e de se transformar em outra (...) a resposta passava pela GNR (...). A GNR tem os seus quadros, (...) faz as suas entradas todos os anos ter a possibilidade de formar elementos do GIPS”
	“força contínua, homogénea”	(...) criar uma força contínua, homogénea, de carácter geral, que possa de todo evitar o alastrar dos incêndios nascentes. (...) fazemos aumentando a posição do GIPS”
	“necessidade da coordenação, através da Un de CMD”	“necessidade da coordenação, através da Un de CMD, que permite tornar o dispositivo mais eficaz e o combate mais eficiente, na utilizam dos meios. (...) tem CMD que gere toda a estrutura e que parametriza a atuação.”
	“não tenho outra solução viável”	“não tenho outra solução viável, em vez de termos uma amalgama de forças”
E7	“há um reconhecimento (...) uma aposta, certa”	“tem muito a haver com pronta resposta da força e a sua eficácia. Há um reconhecimento pelo trabalho da Unidade, que mesmo que poucos recursos, na altura, o trabalho feito no terreno faz a diferença. A Guarda consegue em todas as vertentes, trabalhar de uma firma, tão célere que mais nenhuma organização consegue formar, recrutar, movimentar, não há nenhuma organização que consiga fazer o que nós fazemos e a prova foi o ano passado. Que quase se duplicou o GIPS em quase um mês e tal. Em 2006 já foi uma revolução em 2017 já não tanto, mesmo devido já às provas dadas já era quase um risco assumido. Agora a aposta do ano passado já foi calculada, com base na experiência do passado, já se sabia que iria resultar, foi uma aposta, certa, não tenho dúvidas.”
E8	“considerar que o GIPS era a melhor força e a Guarda a melhor Instituição para se reforçar a prevenção operacional no âmbito do IR”	“considero que de facto o que levou o poder político a apostar no GIPS, foi por considerar era a melhor força e a Guarda a melhor Instituição para se reforçar a prevenção operacional no âmbito do IR. (...) uma força de segurança (...) organizada num corpo especial de tropas, onde a profissionalização/especialização são cruciais, e encaradas com muita responsabilidade Institucional. A Guarda é a Instituição que mais capacidades tem para alocar a todas as missões de SI, detendo um espectro missionário integral nas tarefas (...), onde se inclui a área de proteção e socorro. É a que mais garantia apresenta, logo a que tem mais capacidade e comando e controlo para debelar as lacunas identificadas e se potenciar o primeiro combate aos IR.”
E9	“o reconhecimento por parte das estruturas governamentais (...) com a capacidade demonstrada pelo GIPS” tendo por base os “relatórios das CTI”	“o reconhecimento por parte das estruturas governamentais. (...) tem um grande capacidade e eficácia, não só no que é a primeira intervenção, mas naquilo que é no apoio e no combate ampliado, (...) essencialmente a haver com a capacidade demonstrada pelo GIPS, pela dedicação e profissionalismo. Os próprios relatórios das CTI designadas pelo Parlamento vêm evidenciar isso, uma vez que há necessidade de profissionalizar cada vez mais o combate, por outro os meios voluntários, tem demonstrado uma menor capacidade ou interesse naquilo que é o combate aos incêndios.”
E10	“o trabalho demonstrado no terreno (...) pelos resultados obtidos pelo GIPS”	“Na minha opinião, julgo ser o trabalho demonstrado no terreno pelos militares do GIPS, que diariamente se distinguem dos outros com a sua permanente entrega, dedicação, e resiliência, aliada aos altos níveis de preparação física, conhecimentos técnicos e experiência adquirida ao longo de 13 anos de existência (...) pelos resultados obtidos pelo GIPS”

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 7 - Análise das respostas à Questão n.º 4

Q.4 Em que medida considera que a aposta no GIPS/UEPS pode ser uma possível solução a parte das lacunas identificadas nos relatórios da CTI e do CEIF da UC, quanto à problemática dos IR?		
	Pontos-Chave da resposta	Argumentação
E1	“no seguimento das recomendações do relatório da CTI”	“o Governo seguiu de forma muito humilde todo relatório da CTI (...) eles davam a nota de robustecer a vertente profissional do sistema, também apoiar a vertente voluntária do sistema, não ficando de fora, como uma característica do nosso país, mas essencialmente o reconhecimento ao nível do profissionalismo (...) O reforço da profissionalização não foi só na componente do GIPS (...) que estão ainda mais presentes em todo o TN (...) o GIPS tem um papel importante”
E2	“creio que na necessidade de introduzira RH profissionalizados”	O GIPS, já o era, tinha qualidade, não tinha era a dimensão. Neste momento ao ter uma maior dimensão, cumpre melhor a sua missão, visto estar geograficamente mais adequado no país e, portanto, esta a cumprir melhor. Respondendo a isso, com certeza que, o profissionalismo pretende-se a todos os níveis (...) o profissionalismo é inerente à função do GIPS/UEPS, porque são profissionais (...) enquanto força policial de natureza militar, eles estão permanentemente disponíveis”
E3	“necessidade de introduzira recursos humanos profissionalizados”	“creio que na necessidade de introduzira recursos humanos profissionalizados (...) nessa mediada o GIPS tem estado a corresponder e a colmatar essa necessidade, não quer dizer que não pudessem haver outras como já referi, como a FEB entre as corporações de bombeiros, digamos corpos voluntários ou profissionais sapadores, mas aquilo que tenho visto é que dentro do GIPS, existe um base de recrutamento que são militares que têm já uma formação base e algum treino (...) além de que o GIPS têm formação específica para o tema dos incêndios e para outras emergências (...) neste momento uma grande vantagem que a GNR tem é dispor de um sistema de comando de uma estrutura territorial dispor de infraestruturas de apoio que dão enquadramento imediato as estes RH”
E4	GIPS tem de ter essa latitude de funções (...) à qual país deposita um grau elevando de confiança daquilo que são os aspetos de segurança (...) e no nosso relatório ainda que tenhamos orientado para os IR que era o nosso objetivo, defendemos que toda a intervenção nos IR assim como nos aspetos de emergência”	“o GIPS tem de ter essa latitude de funções (...) à qual país deposita um grau elevando de confiança daquilo que são os aspetos de segurança, catástrofes e de eventos violentos do ponto de vista até cromático, desse ponto de vista imprescindível que o GIPS tenha sido reforçado (...) ainda que o nosso relatório estivesse orientado para os IR, defendemos que era necessário haver uma profissionalização de todos os agentes que intervêm nos vários aspetos de emergência, não podendo, portanto haver lugar a amadorismos na resolução destes casos. No caso do IR defendemos o mesmo, em que devia haver um aumento das forças profissionais vocacionais das para atacar os IR, claro que o nosso ponto de partida não era gastar o que se está a gastar com o ataque, mas com a prevenção para que o ataque seja relativamente mais moderado do que tem sido até agora, desde os custos a perda de património, locais de trabalho que davam em concelhos rurais estabilidade. Ponha-se na altura uma dúvida entre a FEB e os GIPS, nós na realidade defendemos que devia ser o GIPS, apesar da decisão relativamente unânime (...) o GIPS tem uma certa escola, a disciplina militar, que todos os ramos das FA e a GNR tem. Atribui a essas forças uma capacidade operacional (...) que outros não têm, nem podem ter (...) no casos dos IR estamos a falar de uma guerra, de SI, (...) estamos falar de eventos que a tem aquela expressão como aquelas que tiveram, que geram mortos, destruição de património e outras tantas consequências e que portanto esses eventos tem de ser atacados com profissionalismo (...) Além da preparação física e idade, há outra coisa que diferencia o GIPS da FEB, foi que esta última foi criada à 10 ano e não tem renovação, foi criada gente jovem que neste momento tem entre os 40 e os 45 anos e não há solução nos corpo dos bombeiros. Tem funcionais operacionais tem outras funções na GNR (...) não tinha qualquer dúvida que a GNR estaria preparada para assumir essa evolução (...). Na FEB não havia sequência ao contrário da GNR. (...) tem uma latitude de funções que permite uma reconversão fácil na estrutura da GNR. (...) os pontos principais são a preparação, o profissionalismo da profissão e da formação.”

E5	“tem um conjunto de características, presentes nos relatórios (...) eles podem ser a espinha dorsal”	“GIPS tem um conjunto de características, presentes nos relatórios (...) traz o planejamento, C&C e as comunicações, que são a base da eficácia de uma força de intervenção (...) mais músculo e capacidade física para fazer um trabalho duro. Eles podem ser a espinha dorsal, que agrega, aquilo que nós chamamos das “forças florestais” – AFOCELCA e GIPS, que já somam cerca de 2800 homens. Estes bem organizados, treinados, formados, focados e comandando resolvem a grande parte dos incêndios. (...) tendo o GIPS, facilidade, para resolver as questões do recrutamento, através de C&C (...) tem a capacidade de doutrinar e formar de uma forma correta.”
E6	“entidade, coordenadora acha (...) é porque acha que há medidas a tomar (...) foi forma possível e fazível”	(...) uma entidade, coordenadora acha (...) é porque acha que há medidas a tomar (...) ao GIPS para melhorar a sua capacidade (...) é uma mais valia para o sistema. (...) penso que se pode dizer isso da unidade do GIPS e daí a mesma ter sido expandida e integralmente dotada da responsabilidade do ATI e de se encontrar em processo de crescimento de 2018 para 2019 (...) foi forma possível e fazível de arranjar um grande contingente que se integra logo outro, que fosse profissional e que tivesse treino mínimo para combate os Incêndios, podendo depois serem substituídos e recolocados.
E7	“O GIPS é apenas uma pequena parte da solução às lacunas que foram identificadas pelos relatórios”	“o GIPS é apenas uma pequena parte da solução às lacunas que foram identificadas pelos relatórios. O GIPS vem trazer mais profissionalização ao sistema, reforçando o ATI, que fica totalmente profissionalizado (...) no que concerne a resposta imediata aos fogos, a lacuna é colmatada e isso ficou provado com o ano passado”.
E8	“o reforço do GIPS e a criação da UEPS foi a modalidade de ação mais exequível e que mais garantias apresentava”	“Em qualquer planeamento há sempre várias modalidades de ação. (...) após se compararem as modalidades de ação, de acordo com os critérios prefixados, elegemos a que mais se ajusta ao problema específico e neste caso, o reforço do GIPS e a criação da UEPS foi a modalidade de ação mais exequível e que mais garantias apresentava”.
E9	“IR são um problema muito vasto (...) o GIPS, não será a única solução, mas faz claramente parte de uma solução integrada”	“o GIPS tem capacidade desde a intervenção antes dos incêndios, a chamada prevenção, como durante na repressão, no combate e pós-incêndio (...) encaixa perfeitamente na necessidade de profissionalização dos meios de combate que foram relatados nos relatórios das comissões técnicas. Os IR são um problema muito vasto (...) Portanto, o GIPS, não será a única solução, mas faz claramente parte de uma solução integrada para aquilo que se pretende para os incêndios florestais”
E10	“não contribui de forma direta para a solução que refere, mas a alteração vai introduzir a tão necessária famigerada”	“Na minha opinião, (...) a mudança de GIPS para UEPS não contribui de forma direta para a solução que refere, mas a alteração vai introduzir a tão necessária famigerada da necessidade de estrutura de comando sólida. (...) em termos de profissionalização, não aumenta de forma decisiva, julgo eu. Porque na prática o GIPS não teve aumento de efetivos. Teve aumento de responsabilidades e por conseguinte de militares para ocuparem essas responsabilidades. Os “velhos CMA mantiveram ou em alguns casos perderam efetivo e passamos a ter novos CMA com necessidades óbvias de mais efetivo. Mas o Comando e reserva mantiveram-se inalteráveis e neste momento atrevo-me a dizer que poderão não dar a resposta que deveriam dar por falta de RH e materiais. Na essência continuamos a fazer tudo igual, mas agora em todo o país. (...) para os distritos que o GIPS veio a ocupar no ano de 2018, será que isso se traduziu numa profissionalização ou espacialização. (...) Tenho as minhas dúvidas. Mas é uma questão que não está suficientemente estudada e sedimentada para que eu possa responder.”

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 8 - Análise das respostas à Questão n.º 5

Q.5	Face ao antecedente, considera existirem novas potencialidades resultantes da reforma do GIPS/UEPS? Em caso afirmativo. Diga quais e qual o seu impacto na sua atividade operacional, no caso dos IR.	
	Pontos-Chave da resposta	Argumentação
<i>E1</i>	“vertente de ATI (...) alargado a todo o país (...) não se esgota apenas na valência dos IR podendo atuar em caso de necessidade (...) qualquer evento”	“A UEPS, tem aqui uma vertente de ATI, que efetivamente já tinha com os operacionais anteriores, mas que agora foi alargado a todo o país. Foi claramente definido que seriam os militares do GIPS a constituírem todas as equipas helitransportadas, precisamente para ter uma reação musculada, em cada CMA” Importa referir que esta vertente de atuação em todo o TN, não se esgota apenas na valência dos IR podendo atuar em caso de necessidade, como já referi, atuar em sismos, ou qualquer evento de grande dimensão, como foi o caso concreto de Borba, em que o GIPS foram mobilizados, tal como qualquer outra força de proteção civil (...) verificou-se então a ali a necessidade de ampliar estas forças, muito para além da força local, daí mobilização de especialistas do GIPS em várias vertentes.”
	“Ataque Ampliado”	“entendeu-se que e deveria ter um dispositivo de retaguarda para o ATA. Daí esta localização em três pontos do território mais um quarto em Loulé, para fixação dessa base (...) esta força caracteriza-se por se deslocar para todo TN, de acordo com as necessidades, podendo-se pré-posicionar nas zonas que se prevê maior risco de IR.”
	“interligando a prevenção cada vez mais ao combate”	“há um grande impacto na atividade operacional, decorrente de um maior patrulhamento, deteção e vigilância, interligando a prevenção cada vez mais ao combate, em consonância com os relatórios, por forma a saberem quais os pontos críticos, pré-posicionamentos, onde têm ou não que atuar e como o deverão fazer para melhor mitigar os riscos e consequências dos IR”
<i>E2</i>	“adquire o estatuto e constituição de uma Unidade Especializada, vai integrar na sua estrutura, um EM”	“Considero que podemos apreciar isso em duas perspetivas. Numa primeira perspetiva, (...) esta Unidade, ao adquirir o estatuto e constituição de uma Unidade Especializada, vai integrar na sua estrutura, um EM, que vai permitir, o evoluir constante de uma doutrina, tem de estar sempre a evoluir, sistemas de apoio a decisão, sistemas de informação geográfica, tudo isso precisa do tal “staff” que constitui um EM, que antes já existia, mas de uma forma mais diminuta e agora através da reestruturação vai passar a ter uma dimensão maior”
	“aspecto qualitativo (...)”	“depois há o aspeto qualitativo em todo o TN, que eu acho de facto, pela sua especificidade o GIPS, pela sua dimensão e multiplicidade de funções e não só pelos fogos (...) Isto porque, o mundo está a mudar, as ameaças estão a mudar, os incêndios estão a mudar e as próprias alterações climáticas levam tudo a ser alterado. Desta forma, é nesta nova Unidade, a que o GIPS deu origem, que vamos encontrar as respostas cada vez mais adequadas e evoluídas.”
<i>E3</i>	“Ataque Ampliado”	“na temática do IR o que foi ser acrescentado foi o ataque ampliando embora em algumas circunstâncias GIPS, já o faziam, apesar de forma diminuta, agora estão realmente cometidos a essa função, pelo que sei receberam equipamento e treino para participar em missões de ATA”.
	“toda a rede de CMA”	“Sou da opinião que o GIPS ao possuir atualmente toda a rede de CMA irá de certa forma facilitar a coordenação, naqueles que eram os distritos que possuíam as duas forças GIPS e FEB, contudo não digo que a solução anterior não fosse aceitável, mas considero que assim poderá vir a facilitar a coordenação, bem como a própria articulação de recursos, quer materiais ou humanos.”
<i>E4</i>	“Unidade Especial”	“Agora assumindo-se como Unidade Especial, é fundamental porque tem menos intervenientes no processo de tomada de decisão. Com o aumento de efetivo permite aumentar a própria atividade operacional. Por isso, considero que o GIPS definitivamente contribuiu para a mitigação dos riscos e as consequências dos IR”
	“realizar também ATA”	“o GIPS, passa a realizar também ATA, que a Guarda denomina de ATE, através das suas companhias de ATA (CATA), procurando apoiar o ATI. Isto porque, às vezes o ATI, não é suficiente para saciar todos os incêndios, resultando numa perda de controle, pelas mais variadíssimas razões. Nesse sentido, precisamos de uma força mais musculada, que atualmente se materializa por UEPS”

E5	“Estado-Maior”	“Podendo com esta nova estrutura, ganhar mais autonomia. Não é mais musculo, mas mais planeamento e comando, através de um EM, que agregue planeamento, operação, comunicações logístico e administrativo. Tem agora de encontrar forma de integrar isto dentro do SIOPS, ou seja, fazer parte da equipa e não ser um elemento à parte.”
E6	“enquanto Un de escalão brigada terá o seu EM”	“enquanto Un de escalão brigada terá o seu EM (...) cresce a sua capacidade de resposta como faz crescer a responsabilidade do processo tomada de decisão naquilo que é o emprego desta mesma Unidade (...) tenha sempre uma maior liberdade de ação para empregar as suas subunidades de uma forma mais autónoma. (...) mais especialização (...) a própria com cadeia de Cmd, com EM com intervenção, passando o GIPS a ser uma grande unidade da GNR”
	“Un trabalhe toda a cadeia de valor relacionado com os IR”	“maior leque de respostas a emergências. (...) a capacidade do novo efetivo (...) permite que a Un trabalhe toda a cadeia de valor daquilo que é relacionado com os IR (...) a aumentar as capacidades, aumentamos o leque de atividade para os IR. (...) começa na prevenção, durante a fiscalização (...) temos o ATI e o ATA.”
E7	“incremento dessa capacidade de ATA”	“Claramente. Começamos a dar uma resposta tanto em ATI, como em ATA, algo que até então não fazíamos e que começamos a dar os primeiros passos o ano passado. Julgo que de futuro poderá mesmo haver um incremento dessa capacidade de ATA, podendo assim o GIPS começar a ganhar cada vez mais espaço no próprio ATA.”
	“passando a ser uma Unidade Especializada (...) permitindo à unidade ter um EM”	“Deixar de ser uma subunidade da UI e passando a ser uma Unidade Especializada trás imensas vantagens, desde autonomia do próprio C&C da força. Não há aqui outros graus de comando é um comando direto da força, deixando de estar na dependência de outra Unidade. Vem permitir uma melhor gestão dos próprios recursos da própria unidade. Uma unidade independente é sempre diferente de outra que esteja sob a dependência de terceiros. (...) permitindo à unidade ter um EM, não vai somente permitir um melhor planeamento e fica uma unidade só direcionada para aquela missão específica, ou seja, não depende de uma outra unidade que dispersa de várias valências.”
	“que aproxima a prevenção do combate”	“Sem duvidas que aproxima a prevenção do combate, mas iremos estreitar cada vez mais esses lados se houver maior aposta também no ATA. Com as alterações do ano passado, houve o aumento a todos dos níveis, meios materiais e humanos. Este ano está a haver, somente, um aumento de meios humanos, enquanto investimento. Em termos de missão esta foi um pouco ampliada com o novo decreto orgânico da UEPS. Temos maiores responsabilidades e daí estarmos a reforçar cada vez mais essas capacidades.”
E8	“estar presente em todo o país e ter alguns meios para alocar em tarefas de combate ampliado aos IR,”	“A grande potencialidade, entretanto, criada reside no facto do GIPS estar presente em todo o país e ter alguns meios para alocar em tarefas de combate ampliado aos IR, sempre que necessário. . O pilar da prevenção operacional dos IR foi reforçado (...) ao nível do reforço da cultura de segurança e prevenção do IR destaca o extraordinário papel do Sargento Adjunto Rui Teixeira, comandante da CMA de Porto Mós, antes Base de Reserva em Alcaria, pelo trabalho notável que tem realizado de há uns anos a esta parte, através do projeto “Prevenir Já”. Felizmente, que este ano o conceito foi estendido a todo o Território Nacional, o que constitui outra grande potencialidade. Atualmente a Guarda tem informação objetiva, sobre as situações de infração ao DL 124/2006 e deste modo credibiliza-se e potencia os meios a alocar à prevenção. A presença do GIPS em todos os Distritos potencia a coordenação de meios, facilita o comando e controlo e potencia a necessária eficácia e eficiência”
	“Unidade Especial”	“o reforço do GIPS impulsionou a criação da UEPS (...) no contexto, a UEPS, enquanto Unidade Especial, significa flexibilidade operacional, afetação racional de recursos na segurança interna, e rentabilização de meios nas missões de proteção e socorro.”
E9	“atual missão específica vem de alguma forma clarificar as competências do GIPS”	“A atual missão específica um pouco mais o que era a missão real do GIPS e vem de alguma forma clarificar as competências do GIPS. (...) quando se encontram duas forças no local, tendo esta as competências vertidas na missão, passa a ter a responsabilidade. Esse era um dos problemas, em meio aquático (...) havia sempre algumas questões de quem coordenavam, quem comandava, quem pedia mais meios e esta lei vem dar um contributo para (...) desmitificar quem tem competência no local para coordenar.”

	“ter grande impacto da capacidade operacional ligar essa mesma atividade a uma de primeira intervenção e depois ainda um ataque musculado”	(...) que pode ter grande impacto da capacidade operacional é o GIPS conseguir muito mais fluentemente é ter uma atividade na prevenção, ligar essa mesma atividade a uma de primeira intervenção e depois ainda um ataque musculado. (...) primeira intervenção preparando já aquilo que possa ser o ATA. (...) ir aproveitando os dados que irá retirando na prevenção, numa estratégia de combate que aproveitar esses dados, poderá levar o GIPS a crescer e a vir a ter outra potencialidade.
	“intervenção naquilo que é o ATA”	“No caso dos IR, considero até que os patamares que o GIPS alcançou são de tal maneira elevados que são dificilmente ultrapassáveis, mas deve-se de manter de pelo menos manter esses patamares de eficácia, se bem que com a amplitude de missões atribuídas não é fácil. Com a aquisição das viaturas pesadas, tendo assim muito mais intervenção naquilo que é o ATA, (...) vai conseguir-se afirmar cada vez mais no que são esses TO.”
E10	“Não, não creio. Julgo que é uma falacia (...) aumento de efetivo sim, mas também de área de responsabilidade”	“Não, não creio. Julgo que é uma falacia (...) o GIPS passou de 600 militares para 1050, de grosso modo, o que se traduziu num aumento de efetivo sim, mas também de área de responsabilidade. O rácio de militares do GIPS por km2 manteve-se. Se este dado adicionarmos o facto de o comando ter permanecido inalterado e a criação de 3 CATE, indica-nos que na verdade houve foi uma perda da capacidade de patrulhamento etc.”
	“incremento na capacidade de ATE (...), mas desaproveitada”	“Houve sim um incremento na capacidade de ATE mas que considero que atualmente está completamente desaproveitada. (...) menos facilidade na coordenação e na tomada de decisão julgo (...) Mais homens, mais responsabilidade mesmo comando. (...) A nova potencialidade é apenas do ATE. Tudo o resto (...) permaneceu inalterável, apenas aumentando a área de responsabilidade e consequentemente o número de militares que ficaram adstritos a esse serviço. O impacto tem sido reduzido.”

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 9 - Análise das respostas à Questão n.º 6

Q.6 Considera existirem vulnerabilidades/limitações na estrutura? Em caso afirmativo, refira quais e de que forma considera que essas poderiam se colmatadas.		
	Pontos-Chave da resposta	Argumentação
E1	“Não me parece que haja vulnerabilidade evidentes. Há sim uma necessidade de consolidação.”	“Não me parece que haja vulnerabilidade evidentes. Há sim uma necessidade de consolidação. Tem de haver agora uma operacionalização de toda esta logística ligada á própria estrutura da UEPS, que está a nascer como vertente de unidade especial na GNR. Ainda assim, não lhe traz qualquer inconveniente ou condicionalismo para a sua atividade operacional, que já temos no terreno desde á muito tempo e que foi mais testada em 2018. Sente-se que este caminho está a ser feito e com o reforço dos operacionais, há o robustecimento da operação que diariamente possa ser realizada, não trazendo nenhum problema de resposta.”
E2	“Não considero que não estar totalmente formalizada que seja uma vulnerabilidade ou limitação”	“Não considero que não estar totalmente formalizada que seja uma vulnerabilidade ou limitação, porque o caminho “faz-se caminhando”. Não são os diplomas só por si (...) que são importantes (...) o que interessa é a experiência, o conhecimento, é de facto treino e a aplicação, e isso existe. E aí é que é importante, de resto crescerá naturalmente.”
E3	“estrutura um pouco fechada sobre si própria”	As limitações que eu vejo, é poder ser uma estrutura um pouco fechada sobre si própria, ou seja, embora obviamente colabore e trabalhe com as restantes intuições e forças no terreno mas por força digamos da sua organização e estrutura militar e espírito de corpo militar não sei até que ponto isso não terreno não traria algumas rivalidades, distância ou falta de cooperação, não digo que seja a GNR em si mas por parte de outras instituições, mentalidade ou pelo que seja, que possa criar esse estado de separação relativamente às outras forças. É nesse sentido que eu vejo que talvez seja esse o caminho a percorrer num maior entrosamento de forças, através da realização de treinos conjuntos.
E4	“Não parece, mas ainda está em desenvolvimento toda a estrutura”	Não parece, mas ainda está em desenvolvimento toda a estrutura. De momento o que lhe posso dizer a essa questão é que tem de haver uma continua aposta nas várias matérias que já referi.
E5	“desafio de integração de culturas”	Há um desafio de integração de culturas. (...) uma questão importante é não deixar que essa estrutura hierárquica que por um lado é uma mais-valia, seja por outro, uma limitação à comunicação. É necessário promover uma transversalidade e os incêndios tem de ter muita flexibilidade (...) o Sistema Integrado de Fogos Rurais agrega culturas diferentes, provenientes das diferentes entidades que as compõem. A GNR é uma entidade muito sólida, muito organizada e estruturada, desde há muitos anos. Dada a dimensão socioeconómica do problema que está associada à floresta considero que seria importante, abrir um pouco ao nível do comando a porta para preocupações mais no âmbito civil e social, porque os fogos têm muita das vezes base cultural. Uma idosa que faz uso do fogo para se livrar de sobrantes, não é uma incendiária (...) um pastor pode ajudar e muito à resolução da vegetação se fizer fogo no dia certo. Ora, há qui um equilíbrio, que tem de se fazer, que melhorava se houvesse alguma preocupação mais técnica e de natureza mais social (...) a proibição, não será a solução (...) essa está no acompanhamento das queimadas ou no auxílio da remoção dos sobrantes. Ou seja, encontrar alternativas, olhar para o sistema numa perspetiva integrada, o que acho que com o novo efetivo a GNR vai ser capaz.
	“ter a tal infraestrutura (...) adequada às responsabilidades e dimensão de uma Unidade Especializada”	Acho que devia haver capacidade de ter a tal infraestrutura física (...) uma Un de Cmd adequada às responsabilidades e dimensão de uma Unidade Especializada, de referência, seja na Lousã ou algo do género, que fizesse parte da formação (...) o sítio onde toda a UEPS vai e recolhe a informação, isto porque o Grafanil é pequeno. É o acesso ao conhecimento e canaliza-lo para um processo de inovação e melhoria, ou seja, tem de haver um sítio onde essa informação conflui para informar o para o planeamento, para depois melhorar processo de gestão de informação e de decisão.”
E6	“Ainda é muito cedo para poder avaliar esse	Ainda é muito cedo para poder avaliar esse facto, teremos de aguardar a consolidação da nova estrutura. A aplicação de constantes ciclos de lições

	facto, teremos de aguardar a consolidação da nova estrutura”	aprendidas (...) quando pensada foi numa perspetiva de não as ter. (...) que não se deixe de investir na Un (...) tem de ser constantemente alimentada, com recrutamento, acarinhada, com formação e fiscalizada, com treino operacional e só assim conseguimos ter resultados.
E7	“os recursos materiais”	Tem a haver, essencialmente, com os recursos materiais, uma vez que deveriam haver mais meios materiais e também de uma sala de situação, que permita um maior C&C, bem como viaturas postos de comando para os TO, algo que não temos. Outra coisa, será também termos telefones satélite, localizadores GPS. Ou seja, há aqui um conjunto de meios tecnológicos, que não digo que impossibilitem a missão, mas que ao serem incrementados, permitiriam potenciar a coordenação e conseqüentemente a atuação nos TO. Estes inclusive já se encontram projetados, só falta é verba para que efetivamente possam ser implementados.
E8	“Não digo vulnerabilidade, mas talvez um constrangimento”	Não digo vulnerabilidade, mas talvez um constrangimento, que é o facto de ainda, pelo que tenho conhecimento, não existir infraestruturas para albergar esta Unidade recentemente criada. No entanto, a Guarda está devidamente organizada e empenhada, não tenho dúvidas, em colmatar este constrangimento.
E9	“só com o crescimento da própria UEPS se vão detetar limitações ou vulnerabilidades”	(...) só com o crescimento da própria UEPS se vão detetar limitações ou vulnerabilidades. No que toca às instalações, sempre houve problemas, não diminuiu até alargou, enquanto há CMA com excelentes instalações há outros com péssimas. É um constrangimento claro, a qual já havia, e através do governo e das próprias Camaras Municipais locais recuperar essas com menos condições e manter as restantes. Contudo, não é isso que põe em causa a missão. No que diz respeito a meios sempre houve alguma dificuldade quanto á aquisição devido a constrangimentos orçamentais com o aumento de pessoal é natural que essa dificuldade se torne maior, pois uma coisa é comprar equipamentos para 500 militares outras é para 1000 e há uma série de equipamentos que a UEPS usa que têm um desgaste rápido e precisam de ser renovados, não digo anualmente, mas quase. Assim decorrentes do aumento do número de homens é possível que aumentem esses constrangimentos.
E10	“considero que sim (...) questões logísticas sobrepõem-se às questões operacionais”.	Sim considero que sim. (...) Localização das companhias, excluindo a de Viseu, está incorreta sobre o ponto de vista operacional, mas tendo em consideração o tempo disponível para planeamento e existência de aquartelamento, optou-se por estas localidades. Julgo não ser a mais adequada. Mas novamente, as questões logísticas sobrepõem-se às questões operacionais.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 10- Análise das respostas à Questão n.º 7

Q.7 Qual a adequabilidade/vantagens da dispersão territorial atual, tendo em vista a sua missão e no caso particular dos Incêndios Rurais?		
	Pontos-Chave da resposta	Argumentação
E1	“engloba todo o TN”	“Permitir ter uma rede de CMA que engloba todo o TN, o que permite uma maior coordenação, integração, uniformidade e especialização de todo o dispositivo (...) de especializar uma força no ATI (...) foi entendida como sendo esta a força que melhor respondera a esta especialização. Por outro lado, sendo uma força policial que tem uma visualização do território, que é helitransportada para o combate dessa ignição e simultaneamente consegue ter um raio de ação sobre o território o que permite, eventualmente observar e apanhar em flagrante delito qualquer incendiário. Posteriormente, a força terrestre em contactando com a equipa helitransportada, facilmente apanhara esse incendiário. Os resultados de 2018, de facto atestam que essa opção era a correta. Pois, o GIPS, é uma força policial, que conhece o território, através da vigilância e patrulhamento, tendo a capacidade de prender ao contrário de outros que não o podem fazer, nem tinham condições para tal. Portanto, esta presença, de uma força policial que simultaneamente é operacional na ação de combate ao fogo é decisiva para termos aqui uma presença que é sobretudo educativa e dissuasora. Esse é o entendimento em particular nos IR, que presidiu à instalação das equipas helitransportadas.”
E2	“distribuição em quadricula”	“Para mim a distribuição em quadricula, percorrendo e rapidamente podendo chegar a qualquer ponto do território nacional, quer por meio terrestre, quer sobretudo por meio aéreo, e aí estamos a falar dos CMA, permitiu-nos que no ano de 2018 o ATI tivesse um excelente resultado. (...) A necessidade, de a cada momento, procuramos as respostas, que consideramos, mais adequadas. Temos os fatores de risco, as características do coberto vegetal, ordenamento do território, nos riscos que já existiram, a carta de risco que existe, as comunicações terrestres, porque temos determinado locais, que apesar da distância ser curta demoramos cerca de 40 a 50min a lá chegar, por via terrestre o que é uma eternidade, quando por via aérea demoramos cerca de 5min ou 10min, o que é determinante. As condições meteorológicas das áreas, a tipologia do terreno, as vias de comunicação terrestre, o historio daquela zona, o facto de ser uma zona de pastorícia, etc, que é estudado aquando o posicionamento.”
E3	“haja presença de pessoas em dias de risco elevado (...) permitam uma elevada prontidão”	“É uma vantagem muito grande porque é fundamental que haja presença de pessoas em dias de risco elevado, porque por força de diversas circunstancias as pessoas abandonaram os centros rurais e não sendo fácil voltar a ter as zonas rurais montanhosas povoadas temos que ter la a presença la de pessoas de outra forma e nesse caso a existência de patrulhas, viaturas, postos de vigia ou qualquer outra forma de pertença humana, que seja dissuasoras de ações criminosas ou atuações negligentes que possam causar riscos de incêndios é de todo desejável. Por outro lado, que também permitam uma elevada prontidão na intervenção em caso de haver alguma ocorrência é indispensável para que evitemos graves incêndios.”
E4	“permitir uma ação conjunta mais facilitada”	“a articulação do GIPS com o SEPNA e é fundamental, porque o SEPNA como esta permanentemente e no terreno, conhece bem os caminhos (...) em momento de intervenção pode complementar e dar apoio logístico às intervenções do GIPS. Dessa forma esta dispersão vai permitir uma ação conjunta mais facilitada. Possibilita uma maior coordenação, padronizar cada vez mais a atuação e simplificar o próprio processo de gestão dos CMA. A outra na altura que estávamos a fazer o relatório verificamos que haviam uns CMA à responsabilidade cargo da FEB e os restantes à do GIPS. A sequência natural era o GIPS assumir a rede nacional de CMA (...) os fogos não conhecem limite de distrito. A nossa critica no relatório era haverem forças a fazerem a prevenção e outras o ataque e não havia comunicação. E quando faziam a prevenção sabiam, o que estavam a limpar, sabiam os percursos, zonas críticas e quando faziam o ataque as forças já não sabiam nada disso e daí as nossas propostas era haver uma integração dessas forças dessa atividade.”

E5	“a flexibilidade e a adaptabilidade do organigrama da GNR, dado pela UEPS acho que é importante”	“penso que seja adequada, acho que a flexibilidade e a adaptabilidade do organigrama da GNR, dado pela UEPS acho que é importante. O Norte não tem nada a haver com o Sul, e essa perceção regional é importante e o GIPS têm essa possibilidade. Sabe, o que se passa no Gerês, na Lousã, no Algarve (...) a distribuição tem a haver com a dinâmica do risco d incêndios, com o que tem potencialidade de arder (...) considero que a distribuição territorial dos meios tem de ser mais flexível, nomeadamente as Companhias de ATA”.
E6	“Sim, até porque fui eu que a propôs à GNR, para que ela assim fosse”	“Sim, até porque fui eu que a propôs à GNR, para que ela assim fosse. O CMA, é o local onde tenho os helicópteros e onde vou realizar todas as ações para a projeção do ATI. A escolha dos locais dos CMA, atendeu às possibilidades logísticas, tentando colocar os militares o mais próximos possível desse local. (...) uma distribuição que densifica os locais onde existe maior volume de incêndios (...) a estrutura de dispersão territorial teve em consideração essencialmente: o risco associado, o número de ocorrências e o historial de incêndios, no que concerne a própria reincidência de locais de incêndio, os meios humanos disponíveis, o número e tipologia de helicópteros, a distribuição da geografia humana (...) espelha os comportamentos humanos de risco.”
E7	“o GIPS (...) mais integrado no dispositivo”	“Considero que o ano que passou, o GIPS, estava muito mais integrado no dispositivo. Em caso de necessidade inclusive o GIPS reforça os Comando Territorial (CTer) mesmo em operações que não sejam do âmbito da proteção e socorro, como por exemplo nas Operações de Natal, Páscoa, etc. O GIPS cumpre a missão geral da Guarda e além dessa, ainda tem a missão especial de proteção e socorro.”
E8	“houve entre a Guarda e a ANPC uma perfeita articulação em termos de localização”	“Não tenho qualquer dúvida, que houve entre a Guarda e a ANPC uma perfeita articulação em termos de localização dos CMA e das Companhias de ATA, ao mais alto nível e nem podia ser de outro modo. A referida reforma legislativa visa potenciar a proficiência dos meios a nível nacional e creio que foi conseguida. Todo o sistema saiu reforçado com a criação da UEPS. O facto de as capacidades desta Unidade estarem dispersas pelo Território Nacional, assegura permanente capacidade para intervir, independentemente das condições ou de qualquer situação operacional, quer a nível nacional, quer a nível internacional.”
	“permite o conhecimento em detalhe do terreno, a aproximação das populações”	“A dispersão nacional das capacidades do GIPS permite o conhecimento em detalhe do terreno, a aproximação das populações, o que só por si, constitui uma mais-valia, para além do reforço da cultura de segurança. Na atualidade, a Guarda é fundamental para a ANPC”
E9	“vem trazer muito mais responsabilidade, é muitíssimo mais adequada”	“a dispersão atual do GIPS em todo o TN vem trazer muito mais responsabilidade, é muitíssimo mais adequada e parece-me que só trás vantagens desde a uniformidade de atuação e procedimentos, a todo a uma estrutura hierárquica que deve prevalecer e o que acontecia muitas vezes é que num incêndio, na linha de fronteira entre dois distritos, em que havia forças da FEB e do GIPS a atuar em primeira intervenção, onde se notava que o método não era comum. Agora o próprio combate sai agora a ganhar.”
	“essas localizações infelizmente são um pouco contra aquilo que são os princípios da logística”	“Essas localizações infelizmente são um pouco contra aquilo que são os princípios da logística. Portanto, na AM, apreendemos que a logística apoia as operações e não influencia, mas neste caso é mais ao contrário pelo que me apreço em que na UEPS, esta procura de espaço disponível e ocupá-lo (...) a localização não tem somente a haver com a necessidade operacional, mas também a existência de espaço físico par albergar o pessoal (...) os locais também estão relacionados com a perigosidade dos incêndios, contudo essa varia de acordo com os ciclos, com o que arde num ano ou deixou de arder, são inúmeros fatores.”
E10	“Esta dispersão é essencial (...) sob o princípio da necessidade operacional e de maior cobertura do raio de ação”	“Esta dispersão é essencial e está diretamente ligada á localização das bases aéreas que por sua vez estão dispersas sob o princípio da necessidade operacional e de maior cobertura do raio de ação.”

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 11 - Análise das respostas à Questão n.º 8

Q.8 Considera que a atual reforma legislativa no Sistema Nacional de Proteção Civil tem impacto no GIPS / UEPS? Em caso de afirmativo, diga em que sentido.		
	Pontos-Chave da resposta	Argumentação
E1	<p>“Não diretamente, na atividade não tem impacto em si, vai integrar e coordenar apenas de forma concertada todos os procedimentos, balizando a responsabilidade de cada interveniente nas várias vertentes”</p>	<p>“Não diretamente, na atividade não tem impacto em si, vai integrar e coordenar apenas de forma concertada todos os procedimentos, balizando a responsabilidade de cada interveniente nas várias vertentes. Mas é claro que subsidiariamente resulta um DON de combate aos IR (...) A DUPC, visa um princípio de integração, que tem a ver com o seguinte: pretende-se que todos os APC do sistema de proteção civil, que habitualmente estão no combate, sejam Bombeiros, FEB, GIPS ou outros, atuem também em atividade de prevenção. (...) o que se pretende é que prevenindo primeiro evitem depois ter de combater, (...) os secretários das comunidades intermunicipais (...) vão trabalhar em colaboração direta com o responsável da prevenção estrutural, o ICNF e o responsável pelo combate, a ANEPC (...) as forças de proteção civil, a trabalhar nas duas vertentes, na prevenção e no combate, (...) no momento da prevenção para depois evitar combater, é esse o princípio básico da diretiva única de combate. É ter exatamente todas as forças de proteção civil a trabalhar nessa vertente, o que já estamos a fazer este ano. (...) tem havido imensas ações de fogo controlado em que estão presentes todos os agentes de proteção civil. (...) Tem havido um patrulhamento e fiscalização em todo o TN das 1142 freguesias identificadas, como estando em risco, pelo GIPS da GNR e dos postos territoriais em todo o TN. Estes operacionais têm estado a trabalhar nesta fase só na prevenção, agora iram para o terreno no momento de combater. Mas ao contrário do antecedente, como conhecem melhor o terreno, tem-no cartografado, têm estradas definidas, identificadas se estão ou não em situações de circulação, tem este conhecimento muito mais pormenorizado. Assim, quando forem combater os IR, vão fazê-lo muito melhor, pois sabem por onde devem combater o fogo, onde fizeram as faixas de interrupção de combustível, onde fizeram a gestão de combustível, o que foi ou não cumprido e com certeza daí resultará um melhor trabalho para todos.”</p>
E2	<p>“acho que não terá influência, ou impacto”</p>	<p>“Atendendo à recente legislação da DUPC, reestruturação da Lei orgânica da ANEPC, regulamento as próprias queimadas, acho que não terá influência, ou impacto na estrutura ou na atividade operacional (...) mas quanto melhor formada, qualificada a UEPS for, melhor irá ser a sua expressão e digamos, está cada vez mais musculada, e intelectualmente melhor formada.”</p>
E3	<p>“Penso que sim, porque desde já a diretiva única, vem juntar a prevenção e o combate (...) o GIPS e de modo geral a GNR, participa em muitas dessas atividades (...) é a força que tem uma intervenção mais completa e alargada no problema da gestão dos IR”</p>	<p>“Penso que sim, porque desde já a diretiva única, vem juntar a prevenção e o combate, vem ao encontro de uma ideia que já vínhamos a defender há muito, que é a de não existir uma separação formal entre as duas. Efetivamente há uma separação, mas é meramente temporal. Primeiro vem a prevenção, depois o combate e por último a recuperação, mais tarde. Mas do ponto de vista da atividade, função e objetivos não se pode separar umas coisas das outras. Esta diretiva vem listar as diferentes atividades, daquilo que chamamos a gestão integrada dos IR. Aquilo que se constata é que o GIPS e de modo geral a GNR, participa em muitas dessas atividades. Desde de através planeamento, sensibilização, vigilância, fiscalização, prevenção e pré supressão, enfim uma serie de coisas que a GNR faz, ATI, agora o ATA, intervenção em emergência, e, portanto, poderia mesmo dizer o GIPS é a força que tem uma intervenção mais completa e alargada no problema da gestão dos IR, daí que constitui um apoio muito importante para quem te de gerir o problema.”</p>
E5	<p>“Não considero, vai em consonância com o que já se fazia”</p>	<p>“Não considero, no caso da diretiva única, já vai em consonância com o que já se fazia. Acho que o desafio é a integração das linguagens. Por exemplo, para a GNR o nível estratégico, operacional e tático, na proteção civil já é outra forma. A questão doutrinária é importante e é um desafio para todos. Acho que o desafio que o GIPS vai ter no futuro, está relacionado com o SGO. Vai ser as unidades do GIPS serem capazes de assumirem setores, agregarem e serem o comando</p>

		daquele setor, serem COS e terem essa aceitabilidade por parte dos bombeiros.”
E6	“Não acho, pelo contrário eu espero é que agora UEPS, tenha impacto no SNPC”	Não acho, pelo contrário eu espero é que agora UEPS, tenha impacto no SNPC, como uma força credível, permanente, constante, profissional, capaz, eficaz e eficiente (...) espero, que a UEPS seja uma força estanque a influências externas e que cresça pela sua própria competência, tornando-se autorregulável e que se modifique de apenas de acordo com o que são as necessidades do sistema e não ser o próprio sistema a modificar, só por modificar.
E7	“Teremos de ver relativamente á articulação com os CODIS”	Teremos de ver relativamente á articulação com os CODIS, pois por enquanto está bastante bem definido com quem nos relacionamos no futuro teremos de aguardar e ver, porque a nossa orgânica é por distritos e a deles vai deixar de ser. A diretiva Única é mais um elemento estrutural que define conceitos, mas que não terá impacto na atividade da Unidade.
E8	“Acaba por ter sempre impacto na atividade operacional e na própria coordenação”	Acaba por ter sempre impacto na atividade operacional e na própria coordenação, porque o GIPS além de estar sob a dependência e comando único da Guarda está também ao dispor da ANPC, enquanto APC, materializando-se numa excelente ferramenta de trabalho.
E9	“não há legislação ou diretiva que tenha grande impacto é mais uma questão de adequação”	O que considero é que enquanto que o GIPS demonstrar a capacidade operacional que tem efetivamente demonstrado não há legislação ou diretiva que tenha grande impacto é mais uma questão de adequação. A múltipla legislação que esta a ser publicada poderá ter um impacto, mas não muito grande, porque o que tem dado reconhecimento é a capacidade de atuação e de adequação às necessidades.
E10	“todas as alterações vêm direta ou indiretamente acarretar impactos”	Sim claro que sim. Sendo o GIPS um dos elementos do Sistema Nacional de Proteção Civil todas as alterações vêm direta ou indiretamente acarretar impactos. Mas ainda é muito cedo para descortinar quais os impactos.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 12 - Análise das respostas à Questão n.º 9

Q.9 De que forma considera que esta reestruturação no GIPS, pode ter impacto no “Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia”, nomeadamente na Capacidade Europeia de Resposta de Emergência (CERE)?		
	Pontos-Chave da resposta	Argumentação
E1	“maior reforço na capacidade de apoiar (...) nas suas várias valências”	Em consonância com o DL, que criou a UEPS, efetivamente vão poder aprontar forças para fora do TN. Este novo dispositivo vai dar também um maior reforço na capacidade de apoiar o Mecanismo Europeu de Proteção Civil nas suas várias valências, dando-lhe uma outra dimensão pluridisciplinar a toda a estrutura, permitindo reforçar os módulos que hoje tem já validados e certificados, bem como apostar na validação e certificação de outros.
E2	“ter mais capacidades reconhecidas”	“poderemos ter mais capacidades reconhecidas pelo mecanismo de proteção civil europeu (...) certificar progressivamente módulos, nós temos a obrigação de progressivamente irmos certificando mais modelos da UEPS. Isto permite também uma maior internacionalização da própria unidade, reconhecimento e partilha de experiência e conhecimento.
E3	“pode conferir mais prontidão para colaborar com U.E. em situações de emergência”	Creio que sim (...) pode conferir mais prontidão para colaborar com U.E. em situações de emergência que possam haver em outros países. Dessa forma é lógico que Portugal deve participar uma vez que também já recebemos ajuda de outros países e assim como recebemos também temos de estar dispostos a dar, se tivermos essa capacidade e tanto quando vejo, as forças da GNR têm essa capacidade, prontidão e disponibilidade.
E5	“fica com uma capacidade de projeção de forças” “os módulos poderão ser reforçados”	Acho que sim e viu-se agora em Moçambique. Portugal fica com uma capacidade de projeção de forças de uma força organizada e musculada. Em que os módulos poderão ser reforçados tanto a nível de quantidade de elementos como de melhoria de capacidades. Apostar na certificação e qualificação do profissionalismo. (...) possibilidade de haver uma internacionalização e reconhecimento externo, tal como ocorreu com a GNR no Iraque.
E6	“conseguir certificar e inscrever esses módulos no mecanismo europeu (...) é uma oportunidade para a internacionalização, à aquisição de competência, o reconhecimento internacional”	“é uma grande oportunidade para a própria unidade, porque se a mesma conseguir certificar e inscrever esses módulos no mecanismo europeu, é sempre uma carta aberta a eles poderem ser empregues onde forem necessários, ser ressarcido pela U.E. (...) é uma oportunidade para a internacionalização, para a aquisição de competência, o reconhecimento internacional e intercâmbios com outras forças, permitindo a troca de experiências e de lições aprendidas, que valorizará certamente esses elementos.
E7	“reforçar a presença”	Agora iremos reforçar a nossa presença no mecanismo, sendo que já temos forças, a UEPS, vem permitir reforçar as outras especialidades.
E8	“ter mais capacidades”	A UEPS é uma mais valia para a U.E. Como já referido ao GIPS tem alguns módulos acreditados, mas poderá ter mais capacidades certificadas. A U.E. passa a dispor de uma força capaz para atuar de forma muito mais musculada em termos de RH. Portugal e a UE passam a dispor da capacidade de projetar contingentes “musculados” para operações de proteção e socorro, em qualquer parte do mundo. O Sistema de Emergência da U.E. ficou reforçado com o reforço da UEPS.
E9	“inscrever e certificar os módulos (...) trás uma grande responsabilidade (...) trazer uma outra capacidade àquilo que são as especialidades e os módulos”	Este novo efetivo vai de alguma forma trazer uma outra capacidade àquilo que são as especialidades e os módulos, desde logo o nível de escolha é maior logo podem-se formar mais e selecionar aqueles com maiores capacidades para cada um. Na atualidade o GIPS já tem módulos de proteção e socorro acreditados pela UE e estou convicto que irá dispor de outras creditações (...) pode ter impacto se a UEPS inscrever e certificar os módulos nesta sede, o que trás uma grande responsabilidade à UEPS, à GNR e a Portugal, mas por outro lado potencia Portugal para outro patamar do próprio Mecanismo e da própria U.E”

<i>E10</i>	“GIPS não tem impacto no Mecanismo, o Mecanismo é que poderá ter”	A reestruturação do GIPS não tem impacto no Mecanismo, o Mecanismo é que poderá ter na reestruturação. A recente introdução no Mecanismo do conceito de ResqUE, que se irá constituir como um “exército” europeu de proteção civil, julgo que poderá ser muito benéfico para o GIPS na eventualidade de a GNR entender explorar a similaridade entre o conceito “militar” do Mecanismo e a matriz do GIPS (...) para o GIPS é relativamente fácil ir de encontro ao preconizado pelo mecanismo por duas ordens de razão. A primeira é porque já trabalhamos da forma que o mecanismo requer, portanto são precisas nenhuma ou poucas alterações de funcionamento do GIPS para ir de encontro às exigências europeias. Segundo, porque para dar uma resposta profissional que o país necessita, tem de obrigatoriamente atingir e suplantar o exigido pela U.E.
------------	---	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 13 - Análise das respostas à Questão n.º 10

Q.10	No seu entender, quais deveriam ser as futuras apostas na UEPS, tendo em vista a mitigação dos riscos e consequências dos IR?	
	Pontos-Chave da resposta	Argumentação
E1	<p>“maior especialização em todas as valências”</p> <p>“fiscalização, no combate apeado, no uso fogo do controlado, tanto em combate, como em períodos de prevenção e essa formação e especialização”</p> <p>“novas tecnológicas”</p>	<p>“o caminho está traçado, porventura, será agora uma maior especialização em todas as valências da UEPS. No caso dos IR, nomeadamente, na fiscalização, no combate apeado, no uso fogo do controlado, tanto em combate, como em períodos de prevenção e essa formação e especialização, que é fundamente, obviamente que os anos darão as experiências que numa fase inicial poderão alguns operacionais não ter, mas que estão a adquirir. Toda a formação necessária para trabalhar em toda as vertentes dos fogos rurais, seja no ATI ou ATA, seja nas técnicas de supressão, de avaliação do fogo, do seu encaminhamento associado velocidade dos ventos, do ambiente, em que todo esse conhecimento será robustecido com os anos e com a prática. Há toda uma aposta na eficácia e eficiência da atividade operacional, recorrendo às novas tecnológicas numa perspectiva da prevenção e fiscalização.”</p>
E2	<p>“primeiro, consolidar”</p> <p>“avançado para outras valências (...) interoperabilidade, aumentar o C&C, uniformidade, uso do fogo e exercidos de cooperação”</p> <p>“uso de tecnologias”</p>	<p>“Devemos primeiro, consolidar o que temos, acho que é extremamente importante. Estamos numa fase a que chamamos de crise de crescimento, ou seja, o GIPS teve uma face inicial em 2006, que é a implementação, demorando essa mesma implementação tempo a consolidar, mais ou menos, 4 anos. O GIPS para estar bem consolidado demorou cerca de 4ano e estava em velocidade cruzeiro. Neste momento, não lhe chamemos uma crise de crescimento, mas uma crise no bom sentido, ou seja, o GIPS esta a crescer e ao estar, ao ser projetado para uma nova unidade, eventualmente a criar novas valências, mas consolidar doutrina conhecimento, etc é uma fase extremamente importante, esta de consolidação daquilo que há (...) Só depois vamos avançado para outras valências face aos riscos que progressivamente as sociedades modernas que talvez têm mais (...) Bem como, deverá apoiar e ir reforçando progressivamente as restantes valências, promover a interoperabilidade, aumentar o C&C, uniformidade, uso do fogo e exercidos de cooperação, acho importante.”</p> <p>“Deve-se também apostar no uso de tecnologias no apoio á própria fiscalização”</p>
E3	<p>“formação e o treino”</p> <p>“uma maior articulação entre as várias forças”</p> <p>“uma uniformidade, compatibilidade, não só na força, mas entre forças. Há que aproveitar os conhecimentos adquiridos, lições aprendidas de cada unidade, uniformizar procedimentos e equipamento.”</p>	<p>“Uma área que me preocupa bastante é a formação e o treino acho que deveria haver uma maior articulação entre as varias forças porque aquilo que eu vejo, nomeadamente nos bombeiros voluntários, bombeiros profissionais, da GNR, do exercito e todos os restantes APC é que cada um tem o seu plano e programa de formação e treino, e não sei até que ponto há currículos que são comuns e níveis que uma pessoa possa dizer este nível tem formação nível 2 ou 3 o que quer que seja e portanto, esta preparado, está apto para enfrentar este tipo de situações. (...) quando falamos de níveis se tivermos uma pessoa que vem de diversas formas e que tenham a mesma formação base e, portanto, esta preparado e atuar para enfrentar essas situações, a articulação, o diálogo entre as pessoas, permite saberem falar a mesma língua. Esse é um especto que acho que se devia investir, mas em todo o conjunto não meramente pelo GIPS. (...) Quando ao equipamento o feedback era que não eram maus, variando, contudo, de locais, nesse aspeto considero que têm de haver uma uniformidade, compatibilidade, entre forças. Há que aproveitar os conhecimentos adquiridos, lições aprendidas de cada unidade, uniformizar procedimentos e equipamento.”</p>
E4	<p>“Apoiar as pessoas”</p> <p>“valorizar o conhecimento (...) ter bons mecanismos de formação”</p> <p>“capacidade de relacionamento com outras entidades”</p>	<p>“Apoiar as pessoas nas queimas e queimadas através do fogo controlado. Outra coisa que lhe gostava de dizer, é que se deve valorizar o conhecimento. Tem de haver uma transformação e divulgação do conhecimento transformado em medidas de intervenção que devia acutelada. (...) orientar as ações em função daquilo que são as melhores práticas. Tem que haver uma força bem preparada e ter sobretudo esta componente de conhecimento que referi, ter bons mecanismos de formação, de reciclagem ao longo da vida, para haver uma constante atualização e outro aspeto é a capacidade de relacionamento com outras entidades dentro do território. Haverem exercícios conjuntos para se perceberem as lógicas e tirarem o maior partido umas as outras.”</p>

E5	“qualificação e especialização”	“Acho que tem de ser feito um trabalho grande na qualificação e especialização, no combater aos incêndios florestais, com ferramenta manual e utilização de emprego de maquinaria e técnicas de ataque indireto. (...) Isto porque, a ferramenta é a capacidade física e de intervenção é ataque indireto, água é para beber. O GIPS não se pode viciar na água, não é um ataque hidráulico, mas apoiar-se no ataque indireto, na ferramenta manual. A água é para dar apoio á manobra ou para beber, não é para apagar o fogo. (...) temos de apostar em exercícios conjuntos, treinos, para potencial a uniformidade e relações pessoais a serem trabalhadas, a colaboração e a cooperação, que resulta da confiança mútua institucional e isso tem de ser muito exercitado. Tem de haver uma aposta em equipas mistas, que congreguem a experiência com a juventude (...) haver aproveitamento da experiência e capitalizar saber. (...) doutrina e formação. (...) ser eficiente no investimento (...) garantir que os comandantes são os homens mais experientes e com maior capacidade de liderança. (...) Considero que o GIPS é certamente uma força que contribui na mitigação dos Riscos e Consequências dos IR. (...) tem de estar mais envolvida na prevenção.”
E6	“cadeia de valor”	“Agora temos de a consolidar (...) volto à “cadeia de valor” (...) ter uma grande capacidade de trabalhar na prevenção operacional, ou seja, apostar na presença no terreno (patrulhamento), vigilância (que vai além daquela que é a vigilância fixa), policiamento de proximidade, falando com as pessoas. Apostar também em tudo o que tem a haver com capacidades de fiscalização e de monitorização (...) não deverá somente socorrer-se de cartas do terreno, mas fazer uso de outros meios de informação, seja de GPS, Tablets, fotografia aérea, fotogrametria, ou outros meios. Deverá também (...) ajudar as pessoas fazer gestão de combustíveis, mediante pagamento por parte do respetivo município (...) apostar em equipamento naquilo que está relacionado com a leitura inicial do fogo e do ATI, ou seja, treino e capacidade de fotografar um incêndio, de o geolocalizar, e no mais curto espaço de tempo, enviar esses dados para a sala de operações. Devemos aumentar a capacidade de intervenção no terreno, de modo a atuar com melhor EPI possível, independentemente dos custos (...) a vida de um “soldado” não tem preço. (...) Apostar constantemente na área da formação, no equipamento e do treino operacional. É fundamental haver interoperabilidade, que se ganha no treino operacional. (...) fundamental, falarmos a mesma língua, sendo que é (...) encontrar novos mecanismos para aprimorar a nossa atuação. (...) temos de trabalhar numa interoperabilidade de doutrina, de execução, de meios de comunicações e princípios e de cultura. (...) ter formas que facilitem C&C.”
E7	“reforço do ATI”	“essencialmente o reforço do ATI, para que o GIPS possa atuar além dos helis, atuar também com equipas terrestres de apoio aos helis, algo que já fazemos, mas em uma escala pequena que é trabalhar com as nossas patrulhas de vão em apoio. Mas se tivermos ainda mais capacidade para atuarmos ao nível do ATI, no que diz respeito ao apoio terrestre, poderemos aumentar ainda mais a nossa taxa de eficácia em fogos nascentes (...), contudo, é complicado porque requer um efetivo que de facto não temos (...) a resposta imediata é fundamental.”
	“consolidar as estruturas”	“Antes de tudo temos de consolidar as estruturas existentes e as restantes valências.”
	“qualificação” “investimento nas tecnologias” “aposta no ATA” “Melhorar o C&C” “trabalhar em conjunto”	“No âmbito da qualificação tem de existir agora é uma certificação dos cursos que são ministrados. Devemos também ter um constante investimento nas tecnologias, uma vez que, estão sempre a evoluir. Temos. Tem de haver alguma aposta no ATA, pois ficou aquém do que era desejável, visto que tínhamos um ATA previsto para 3 companhias a 240 Homens e não conseguimos. Melhorar o C&C como já foi referido, seja a nível central ou das operações. Reforçar a capacidade de prevenção. Tudo o que seja trabalhar em conjunto, treinos é bom e daí ser sempre bom de reforçar.”
E8	“Fortalecer as capacidades”	“Fortalecer as capacidades de inspeção judiciária subaquática, espeleologia, socorro em alta montanha, criar um Estado-Maior com Oficiais Superiores habilitados com Curso e potenciar a capacidade de UAV.”

E9	“parque da Peneda do Gerês (...) ter lá uma equipa permanente “	“O parque da Peneda do Gerês é um problema (...) o objetivo era ter lá uma equipa permanente, o que não foi possível devido à escassez de efetivo. De qualquer modo há parques naturais semelhantes, que claramente precisam de diferenciação positiva, como é o caso da Serra da Estrela, (...) ajudar a resolver os diversos problemas do parque, desde pessoas desaparecida, quedas, acidentes e a não existência de uma equipa em permanência, o socorro acontecia, mas era mais demorado. (...) iria potenciar o planeamento, conhecimento da área e consequentemente a rapidez de atuação”
	“a nível interno, nacional apostar na consolidação e a nível externo, internacional no CERE” “haver com ações de formação, apostar no ATA” “2.º fiscalização fazendo uso de drones (...) e os tablets”	“A curto prazo aposta, a nível interno, nacional apostar na consolidação e a nível externo, internacional no CERE. Deve ser apostar cada vez mais na sensibilização. Já na altura pretendia também fazer a 2.º fiscalização fazendo uso de drones que potenciava esse plano para outro patamar, que me parece uma excelente ideia. Usando os drones e os tablets com georreferenciação e mesmo ate a identificação de pontos eventuais de vigia e pré-posicionamento, que poderá ajudar essa mitigação dos riscos. (...) tem a haver com ações de formação, apostar no ATA, nomeadamente com o uso do fogo na altura de inverno que por um lado da formação aos militares e ajuda a reduzir o risco, porque reduz a carga de combustível. Estou-me a lembrar que em determinados locais, (...) que em determinados períodos do ano e zonas ardiam (...) porque por que os pastores necessitam de erva tenra para o gado comer (...) UEPS deve e pode aproveitar, essa credenciação e começar a ter patamares de intervenção a nível internacional.
E10	“estrutura de Cmd”	“Uma estrutura de Cmd diferenciada com um EM capaz de suportar a decisão e as operações”
	“Criação de uma figura de ação inspetiva”	“Criação de uma figura de ação inspetiva do GIPS para garantir que a dispersão do GIPS não se vire contra o GIPS, obrigando a que os procedimentos instituídos sejam escrupulosamente cumpridos desde Bragança até Faro”
	“formação e certificação”	“a formação e certificação dos militares da CATE. Continuar a apostar na formação europeia julgo também ser um aspeto importante”

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice J – Determinação da Dimensão da Amostra do Questionário

DETERMINAÇÃO DA DIMENSÃO DA AMOSTRA

Sarmiento (2013, p.91) considera que, para calcular uma amostra (n) aleatória simples, numa população finita (N), através da estimativa de uma proporção (p), mas garantindo um nível de confiança (λ) e um erro (ϵ), deve-se utilizar a seguinte fórmula:

Tabela de Validade de Estudo

Validade de Estudo	Nível de confiança (λ)	Normal estandardizada	Nível de significância ($\alpha=1-\lambda$)	Margem de erro (ϵ)
Muitíssimo importante	99,73 %	$\pm 2,58$	1%	2% ou 5%
Importante	95,46 %	$\pm 1,96$	5%	5% ou 10 %
Pouco importante	99,73 %	$\pm 1,00$	32%	5% ou 10%

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{\epsilon^2}{z_{\alpha/2}^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

Figura 26 – Fórmula para cálculo de uma amostra, numa população finita.

Fonte: Sarmiento (2013, p. 91)

$$n = \frac{0,25}{\frac{0,05^2}{1,96^2} + \frac{0,25}{579}} = \frac{0,25}{0,00105} = 238$$

Importante

$$n = \frac{0,25}{\frac{0,05^2}{2,58^2} + \frac{0,25}{579}} = \frac{0,25}{\frac{0,0025}{6,6564} + 0,0004} = \frac{0,25}{0,00077558} = 322$$

Muitíssimo importante

Grupo de Intervenção Proteção e Socorro - Evolução e Tendências

Este questionário destina-se a todos os militares que ingressaram no GIPS até 2017

É de carácter ANÓNIMO, por isso peço-lhe a máxima honestidade nas respostas.

Não há respostas certas ou erradas.

Leia atentamente, antes de responder.

Duração aproximada de 3 minutos.

As questões que se seguem visam meramente caracterizar a amostra.

***Obrigatório**

A problemática dos Incêndios Rurais - Este questionário destina-se a todos os militares que ingressaram no GIPS até 2017



1. Género *

Masculino

Feminino

2. Idade *

Sua resposta _____

3. Habilitações Literárias *

- 9.º Ano Mestrado
- 12.º Ano Pós-Graduação
- Barcharelato Douturamento
- Licenciatura

4. Classe *

- Guarda
- Sargento
- Oficial

5. Unidade de Origem antes de ingressar no GIPS *

- CG CTer UAF UI Alistamento
- EG UCC UNT USHE Academia Militar

6. Tempo de Serviço no GIPS *

- 1 ano 5 anos 9 anos
- 2 anos 6 anos 10 anos
- 3 anos 7 anos 11 anos
- 4 anos 8 anos 12 anos

7. Motivação principal para ingresso no GIPS *

- Atração pela Missão
- Proximidade da residência
- Remuneração
- Imposição
- Outro: _____

8. A missão que desempenha está: *

- Acima da expectativa
- Dentro da expectativa
- Abaixo da expectativa

9. Unidade de Colocação na UEPS/GIPS *

- Companhia de Ataque Estendido de Mirandela
- Companhia de Ataque Estendido de Aveiro
- Companhia de Ataque Estendido de Viseu
- Companhia de Ataque Estendido de Loulé

- 1.º Grupo - 1.º Companhia - Viana do Castelo / Braga / Porto
- 1.º Grupo - 2.º Companhia - Vila Real / Bragança
- 1.º Grupo - 3.º Companhia - Aveiro / Viseu
- 1.º Grupo - 4.º Companhia - Guarda / Castelo Branco
- 2.º Grupo - 1.º Companhia - Coimbra / Leiria
- 2.º Grupo - 2.º Companhia - Santarém /Lisboa
- 2.º Grupo - 3.º Companhia - Portalegre / Évora / Setúbal / Beja (Moura)
- 2.º Grupo - 4.º Companhia - Faro / Braga(Ourique)
- Companhia de Emergência Proteção e Socorro (Especialidades) - Lisboa
- Comando - Lisboa
- Outro: _____

10. Função que desempenha: *

- Equipa de Ataque Inicial
- Equipa de Ataque Ampliado
- Administrativo
- Comando ou Chefia
- Operador de Comunicações
- Especialidades
- Outro: _____

Comparação de dois períodos distintos face às alterações:

1.º Período - Aquele que decorreu desde 2006 (criação do GIPS) até ao final de 2017 (Grandes Incêndios de 2017);

2.º Período - Aquele que decorreu desde 2018 até MAR2019, atendendo o reforço de meios (humanos e materiais) e reorganização do dispositivo (absorção dos restantes CMA's, mudanças de localização e/ou instalações, viaturas, equipamento, etc), acabando por surgir a UEPS.

11. Leia atentamente as seguintes afirmações, seleccionando a resposta que melhor descreve a sua opinião. *

	Piorou	Sem alterações	Melhorou	Melhorou Bastante
Equipamento de Proteção Individual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viaturas Ligeiras de Combate Inicial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viaturas Pesadas de Combate Estendido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uniformidade de procedimentos do dispositivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanhamento e formação continua	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diferença entre o que se treina e a realidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicações Rádio no Teatro de Operações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coordenação com os meios do CTER localmente competente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos Humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Treino - Preparação Física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infraestruturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utensílios de trabalho manual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Meios tecnológicos (tablets com georeferenciação na vertente da fiscalização)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Coordenação com os restantes Agentes de Proteção Civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Companhias de Ataque Estendido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. Se considerar que um outro aspecto melhorou e não foi referenciado, refira sucintamente qual.

Sua resposta _____

Quais são os fatores que actualmente condicionam a atividade operacional na mitigação dos Riscos e Consequências dos Incêndios Rurais e que no seu entender devem ser melhorados? Selecione até 5 opções.

13. Leia atentamente as seguintes afirmações, seleccionando a resposta que melhor descreve a sua opinião. *

- Infraestruturas
- Uniformizar procedimento outros Agentes de Proteção Civil
- Utensílios de trabalho manual
- Viaturas Ligeiras de Combate Inicial
- Adequar a Formação do Curso do GIPS/UEPS (desadequada ou insuficiente)
- Coordenação com o CTer / DTer localmente competente
- Coordenação na atuação com outros Agentes de Proteção Civil
- Meios tecnológicos de apoio (tablets com georeferenciação na vertente da fiscalização)
- Acompanhamento e formação continua
- Utilizar corretamente as potencialidades do Rádio Sepura - Canais, "Disciplina Rádio", Georeferenciação, etc.
- Uniformidade de procedimentos no dispositivo da UEPS
- Necessidade de reduzir a diferença entre o que se treina e a realidade
- Necessidade de mais apoio de Ataque Estendido
- Botas - Equipamento de Proteção Individual
- Recursos Humanos
- Equipas Mistas (elementos com experiência e recentemente integrados)
- Farda - Equipamento de Proteção Individual
- Condição Física dos Militares
- Viaturas Pesadas de Combate Estendido
- Outro: _____

14. Em termos gerais, considera que as recentes reestruturações (reorganização do dispositivo, uso de tecnologia, novas técnicas, reforço de recursos humanos e meios) do GIPS para a UEPS contribuem para redução dos riscos e consequências dos Incêndios Rurais?

(1 - nada, 2 - Pouco, 3 - Algum, 4 - Bastante - 5 Muito) *

Nada	<input type="radio"/>	Muito				
	1	2	3	4	5	

Obrigado pela sua colaboração.

André Filipe dos Santos Nazaré
Aspirante de Cavalaria

VOLTAR

ENVIAR

Apêndice M – Alpha de Cronbach do Questionário

“Cronbach's alpha is a measure of internal consistency, that is, how closely related a set of items are as a group. (...) Technically speaking, Cronbach's alpha is not a statistical test - it is a coefficient of reliability (or consistency).

Cronbach's alpha can be written as a function of the number of test items and the average inter-correlation among the items. Below, for conceptual purposes, we show the formula for the standardized Cronbach's alpha:

$$\alpha = \frac{N \cdot \bar{c}}{\bar{v} + (N - 1) \cdot \bar{c}}$$

Here N is equal to the number of items, c-bar is the average inter-item covariance among the items and v-bar equals the average variance.

(UCLA Academic Technology Services)

Para este estudo foram distribuídos 317 questionários sendo utilizadas 16 das perguntas feitas para calcular o alpha, visto que as de caracterização e as perguntas abertas não foram incluídas na análise. Atingiu-se então um índice de 0,798. Logo podemos afirmar, segundo Hill & Hill ⁵⁸(2009), que tem uma consistência boa, visto que o mínimo aconselhável para este índice seria de 0,70.

A análise obedeceu à seguinte classificação proposta por Hill e Hill (2009), na qual foram classificadas as dimensões em conjunto e em separado, de acordo com os seguintes coeficientes: coeficientes maiores que 0,9 indicam confiabilidade excelente; entre 0,8 e 0,9, boa; entre 0,7 e 0,8, razoável; entre 0,6 e 0,7, fraca; e abaixo de 0,6, inaceitável.

Resumo de processamento do caso				Estatísticas de confiabilidade	
		N	%		
Casos	Válido	317	100,0	Alfa de Cronbach	N de itens
	Excluídos ^a	0	,0		
	Total	317	100,0	,798	16

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

⁵⁸ Cfr. Hill & Hill (2009, p.149).

Apêndice N — Resultados do Inquérito por Questionário

Tabela 1 – Distribuição do Género dos Militares do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Masculino	309	97,5	97,5	97,5
	Feminino	8	2,5	2,5	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 2 – Distribuição das Idades dos Militares do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	26	4	1,3	1,3	1,3
	27	4	1,3	1,3	2,5
	28	7	2,2	2,2	4,7
	29	9	2,8	2,8	7,6
	30	15	4,7	4,7	12,3
	31	24	7,6	7,6	19,9
	32	22	6,9	6,9	26,8
	33	29	9,1	9,1	36,0
	34	25	7,9	7,9	43,8
	35	19	6,0	6,0	49,8
	36	38	12,0	12,0	61,8
	37	37	11,7	11,7	73,5
	38	24	7,6	7,6	81,1
	39	20	6,3	6,3	87,4
	40	9	2,8	2,8	90,2
	41	5	1,6	1,6	91,8
	42	6	1,9	1,9	93,7
	43	5	1,6	1,6	95,3
	44	2	,6	,6	95,9
	45	2	,6	,6	96,5
46	1	,3	,3	96,8	
47	5	1,6	1,6	98,4	
49	2	,6	,6	99,1	
50	1	,3	,3	99,4	
52	1	,3	,3	99,7	
54	1	,3	,3	100,0	
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 3 – Média, Mediana e Moda das idades dos Militares do GIPS

N	Válido	317
	Omisso	0
Média		35,37
Mediana		36,00
Modo		36

Fonte: Própria

Tabela 4 – Habilitações Literárias dos Militares do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	9.º Ano	66	20,8	20,8	20,8
	12.º Ano	228	71,9	71,9	92,7
	Bacharelato	1	,3	,3	93,1
	Licenciatura	12	3,8	3,8	96,8
	Mestrado	9	2,8	2,8	99,7
	Pós-graduação	1	,3	,3	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 5 – Distribuição por Classes dos Militares do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Guardas	269	84,9	84,9	84,9
	Sargentos	39	12,3	12,3	97,2
	Oficiais	9	2,8	2,8	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 6 – Motivação principal para ingresso no GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Atração pela Missão	219	69,1	69,1	69,1
	Imposição	23	7,3	7,3	76,3
	Proximidade da residência	64	20,2	20,2	96,5
	Remuneração	11	3,5	3,5	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 7 – Unidade de Origem antes de ingressar no GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Academia Militar	4	1,3	1,3	1,3
	Alistamento	129	40,7	40,7	42,0
	CG	3	,9	,9	42,9
	CTer	103	32,5	32,5	75,4
	EG	7	2,2	2,2	77,6
	UAF	2	,6	,6	78,2
	UCC	2	,6	,6	78,9
	UI	33	10,4	10,4	89,3
	UNT	1	,3	,3	89,6
	USHE	33	10,4	10,4	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 8 – Tempo de Serviço no GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	2 anos	22	6,9	6,9	65,0
	3 anos	7	2,2	2,2	67,2
	4 anos	23	7,3	7,3	74,4
	5 anos	7	2,2	2,2	76,7
	6 anos	26	8,2	8,2	84,9
	7 anos	8	2,5	2,5	87,4
	8 anos	3	,9	,9	88,3
	9 anos	37	11,7	11,7	100,0
	10 anos	30	9,5	9,5	9,5
	11 anos	27	8,5	8,5	18,0
	12 anos	127	40,1	40,1	58,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 9 – Expectativas quando ingressou quanto à missão desempenhada

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Abaixo da expectativa	25	7,9	7,9	7,9
	Acima da expectativa	68	21,5	21,5	29,3
	Dentro da expectativa	224	70,7	70,7	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 10 – Unidade de colocação no GIPS/UEPS

		Freq.	%	% válida	% acumulativa
Válido	1.º Grupo - 1.º CIPS - Viana do Castelo / Braga / Porto	69	21,8	21,8	21,8
	1.º Grupo - 2.º CIPS - Vila Real / Bragança	48	15,1	15,1	36,9
	1.º Grupo - 3.º CIPS - Aveiro / Viseu	44	13,9	13,9	50,8
	1.º Grupo - 4.º CIPS - Guarda / Castelo Branco	11	3,5	3,5	54,3
	2.º Grupo - 4.º CIPS - Faro / Beja (Ourique)	32	10,1	10,1	64,4
	2.º Grupo - 1.º CIPS - Coimbra / Leiria	42	13,2	13,2	77,6
	2.º Grupo - 2.º CIPS - Santarém /Lisboa	12	3,8	3,8	81,4
	Comando - Lisboa	17	5,4	5,4	86,8
	Companhia de Ataque Estendido de Aveiro	3	,9	,9	87,7
	Companhia de Ataque Estendido de Loulé	4	1,3	1,3	89,0
	Companhia de Ataque Estendido de Mirandela	3	,9	,9	89,9
	Companhia de Ataque Estendido de Viseu	12	3,8	3,8	93,7
	Companhia de Emergência Proteção e Socorro (Especialidades) - Lisboa	14	4,4	4,4	98,1
	SAMONT	6	1,9	1,9	100,0
	Total	317	100,	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 11 – Função desempenhada pelo militar do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Administrativo	15	4,7	4,7	4,7
	Comando ou Chefia	42	13,2	13,2	18,0
	Equipa de Ataque Ampliado	13	4,1	4,1	22,1
	Equipa de Ataque Inicial	224	70,7	70,7	92,7
	Especialidades	20	6,3	6,3	99,1
	Operador de Comunicações	3	,9	,9	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 12 – Avaliação dos Equipamento de Proteção Individual dos Militares do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	141	44,5	44,5	44,5
	Sem Alterações	119	37,5	37,5	82,0
	Melhorou	52	16,4	16,4	98,4
	Melhorou Bastante	5	1,6	1,6	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 13– Avaliação das Viaturas Ligeiras de Combate Inicial do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	102	32,2	32,2	32,2
	Sem Alterações	41	12,9	12,9	45,1
	Melhorou	162	51,1	51,1	96,2
	Melhorou. Bastante	12	3,8	3,8	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 14 – Avaliação das Viaturas Pesadas de Combate Estendido do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	8	2,5	2,5	2,5
	Sem Alterações	51	16,1	16,1	18,6
	Melhorou	153	48,3	48,3	66,9
	Melhorou. Bastante	105	33,1	33,1	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 15 – Avaliação da Uniformidade de Procedimentos do Dispositivo do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	96	30,3	30,3	30,3
	Sem Alterações	127	40,1	40,1	70,3
	Melhorou	92	29,0	29,0	99,4
	Melhorou. Bastante	2	,6	,6	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 16 – Avaliação do Acompanhamento e Formação Contínua do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	100	31,5	31,5	31,5
	Sem Alterações	176	55,5	55,5	87,1
	Melhorou	41	12,9	12,9	100,0
	Melhorou. Bastante	317	100,0	100,0	
	Total	100	31,5	31,5	31,5

Fonte: Própria

Tabela 17– Avaliação da Diferença do que se Treina e a Realidade

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	105	33,1	33,1	33,1
	Sem Alterações	156	49,2	49,2	82,3
	Melhorou	53	16,7	16,7	99,1
	Melhorou. Bastante	3	,9	,9	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 18 – Avaliação das Comunicações Rádio no Teatro de Operações do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	37	11,7	11,7	11,7
	Sem Alterações	179	56,5	56,5	68,1
	Melhorou	86	27,1	27,1	95,3
	Melhorou. Bastante	15	4,7	4,7	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 19 – Avaliação da Coordenação do GIPS com os Meios do CTer localmente competentes

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	33	10,4	10,4	10,4
	Sem Alterações	211	66,6	66,6	77,0
	Melhorou	66	20,8	20,8	97,8
	Melhorou. Bastante	7	2,2	2,2	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 20– Avaliação dos Recursos Humanos

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	75	23,7	23,7	23,7
	Sem Alterações	112	35,3	35,3	59,0
	Melhorou	115	36,3	36,3	95,3
	Melhorou Bastante	15	4,7	4,7	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 21 – Avaliação do Treino e Preparação Física do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	180	56,8	56,8	56,8
	Sem Alterações	109	34,4	34,4	91,2
	Melhorou	25	7,9	7,9	99,1
	Melhorou. Bastante	3	,9	,9	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 22 – Avaliação das Infraestruturas

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	110	34,7	34,7	34,7
	Sem Alterações	161	50,8	50,8	85,5
	Melhorou	41	12,9	12,9	98,4
	Melhorou. Bastante	5	1,6	1,6	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 23 – Avaliação dos Utensílios de Trabalho Manual do GIPS

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	53	16,7	16,7	16,7
	Sem Alterações	218	68,8	68,8	85,5
	Melhorou	42	13,2	13,2	98,7
	Melhorou. Bastante	4	1,3	1,3	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 24 – Avaliação dos Meios Tecnológicos do GIPS na vertente da Fiscalização

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	19	6,0	6,0	6,0
	Sem Alterações	69	21,8	21,8	27,8
	Melhorou	181	57,1	57,1	84,9
	Melhorou. Bastante	48	15,1	15,1	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 25 – Avaliação da Coordenação do GIPS com os restantes Agentes de Proteção Civil

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	20	6,3	6,3	6,3
	Sem Alterações	167	52,7	52,7	59,0
	Melhorou	113	35,6	35,6	94,6
	Melhorou. Bastante	17	5,4	5,4	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Tabela 26 – Avaliação das Companhias de Ataque Estendido

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Piorou	7,6	7,6	7,6	7,6
	Sem Alterações	26,8	26,8	34,4	26,8
	Melhorou	48,6	48,6	83,0	48,6
	Melhorou. Bastante	17,0	17,0	100,0	17,0
	Total	100,0	100,0		100,0

Fonte: Própria

Tabela 27 – Contributo da Reorganização na Mitigação dos Incêndios Rurais

		Frequência	%	% válida	% acumulativa
Válido	Nada	22	6,9	6,9	6,9
	Pouco	43	13,6	13,6	20,5
	Algum	104	32,8	32,8	53,3
	Bastante	100	31,5	31,5	84,9
	Muito	48	15,1	15,1	100,0
	Total	317	100,0	100,0	

Fonte: Própria

Apêndice O — Cronológica

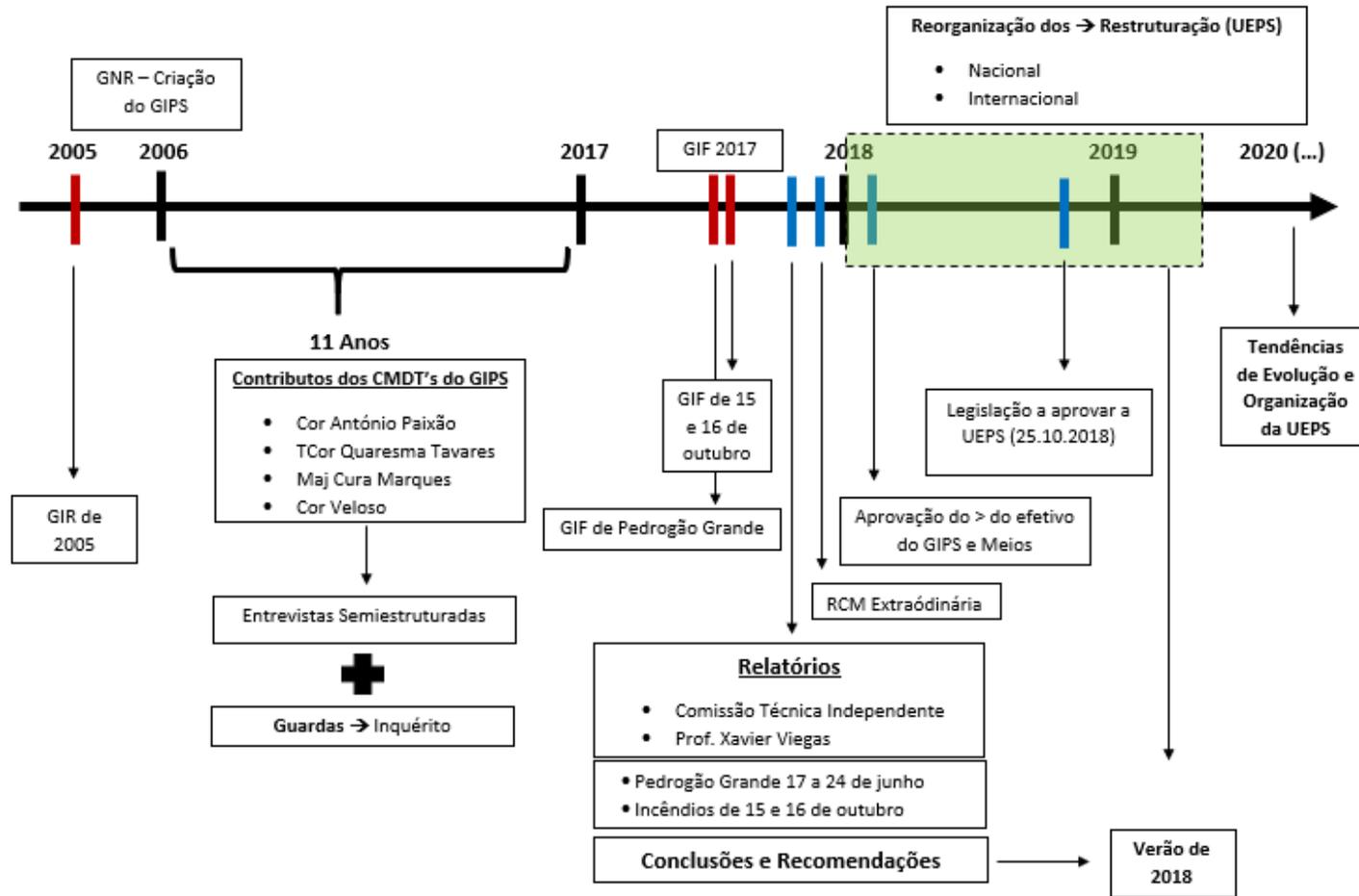


Figura 28 – Esquema Cronológico

Fonte: Própria

ANEXOS

Anexo I – Lista de Conceitos

Quadro 1 – Lista de Conceitos

MEFISTO - FOREST FIRE MULTILINGUAL GLOSSARY	
ATA	Um método de ataque prolongado e sustentado, que requer recursos adicionais e que é implementado se um incêndio escapar para além do controlo de um ATI.
Ataque direto	Uma tática ofensiva de supressão de fogo, que envolve o ataque direto sobre as chamas. Esta técnica depende normalmente do uso de ferramentas manuais e / ou de água.
Ataque indireto	Qualquer método de supressão implementado longe da orla do incêndio.
ATI	Trabalho de supressão executado pelos primeiros meios de combate que chegam a um incêndio. O objetivo de qualquer ataque inicial deve ser sempre obter rapidamente o controle de um incêndio. Se um ataque inicial não for bem-sucedido, serão então necessários mais recursos.
Floresta	Um termo genérico para qualquer área de terra que é predominantemente caracterizada por árvores, seja em grandes extensões ou unidades menores. A floresta pode ser classificada de acordo com os tipos de espécies que contém
Carga de combustível	A quantidade de combustível presente numa área específica. A carga de combustível é medida em peso por unidade de medida (geralmente em quilogramas por metro quadrado). A carga de combustível é expressa em termos relativos como “carga de combustível pesado” ou “carga de combustível leve”.
Causa de incêndio	Eventos ou ações que produzem uma fonte de ignição, a qual quando em contato com os materiais combustíveis, provocam a sua ignição, ardendo estes em seguida com uma combustão sustentada. Para fins estatísticos, as causas de incêndio são geralmente agrupadas dentro de uma classificação padrão/ tipologias.
Comando	A autoridade de uma entidade ou indivíduo para dirigir e controlar recursos.
Comando das operações	A autoridade conferida a uma pessoa ou entidade para dirigir e controlar recursos num evento / ocorrência, que requer ações para prevenir perda de vidas ou danos.
Combate a um incêndio	Um termo genérico para os vários métodos que podem ser usados para suprimir um incêndio ou partes de um incêndio, incluindo:
Comportamento do fogo	A reação de um fogo à influência do combustível, meteorologia e topografia.
Comportamento extremo do fogo	Comportamento de incêndio que se torna errático ou difícil de prever, devido à sua velocidade de propagação e / ou comprimento da chama. Este tipo de comportamento de fogo influencia geralmente o seu ambiente.
Condições Meteorológicas / Tempo	O estado da atmosfera num determinado momento e lugar, em relação à estabilidade atmosférica, temperatura e humidade relativa do ar, velocidade do vento, cobertura de nuvens e precipitação.
Deteção	O ato ou processo de descobrir, localizar e reportar ocorrências de IF.
Drone	Uma aeronave sem piloto a bordo
Efeitos do fogo	Os impactos físicos, biológicos e ecológicos do fogo sobre o meio ambiente.
Época de incêndios	O período ou períodos do ano em que os incêndios florestais têm maior probabilidade de ocorrer.
Equipa terrestre	Qualquer grupo de indivíduos com um chefe e que operam em terra num incêndio. Este termo é geralmente necessário no caso do combate envolver operações aéreas.
EPI	Qualquer equipamento ou vestuário necessário para assegurar a segurança do pessoal nas operações de supressão num incêndio.
Evacuação	A remoção de pessoas de áreas perigosas ou potencialmente perigosas, para áreas seguras.
Faixa de gestão de combustível	Uma faixa linear no terreno, na qual o combustível da superfície e das copas foi reduzido.
Floresta	Uma área de floresta com uma percentagem mínima de cobertura das copas, conforme prescrito nas diretrizes/ convenções nacionais ou internacionais
Fogo	O fogo é o produto da reação química da combustão, controlada no tempo e no espaço.

Fogo controlado (fogo prescrito)	Uma queima planeada e controlada, realizada sob condições ambientais específicas, para remover o combustível de uma determinada área, devendo ser definida a intensidade e a velocidade de propagação necessárias para atingir os objetivos de gestão.
Histórico de incêndios	A reconstrução e interpretação da cronologia da ocorrência de incêndios florestais, das causas e impactos dentro de uma área específica
Ignição	O início da combustão.
Incendiários	Um indivíduo que realiza a ignição de múltiplos incêndios em lugares separados, sem um período de reflexão emocional entre os incêndios.
Incêndio	Trata-se de uma combustão não controlada, nem no tempo nem no espaço.
Incêndio doloso	A queima intencional e / ou maliciosa de combustível com intenção criminal de causar danos.
Incêndio Florestal (IF)	Incêndio florestal é quando o fogo é uma área integral e pelo menos parte dos estratos arbustivo e arbóreo (partes superiores) são destruídos.
Incêndio Rural (IR)	O incêndio rural em que a área ardida florestal é superior à área agrícola e à área ardida total.
Interface urbano-rural	A zona de transição entre o espaço com ocupação agrícola, florestal ou inculto e o espaço edificado (urbano).
Localização do incêndio	Identificação da localização específica de um incêndio após sua detecção.
Mitigação	Um termo coletivo usado para as atividades implementadas antes, durante ou após um incêndio que são projetadas para reduzir as consequências reais ou potenciais do incêndio. As medidas de mitigação podem incluir esforços para educar governos, empresas e o público em geral sobre as ações apropriadas a serem tomadas para reduzir a perda de vidas e propriedades durante incidentes de incêndios florestais. O desenvolvimento de medidas de mitigação é normalmente baseado nas lições aprendidas com incidentes anteriores
Perigo	Qualquer coisa que tenha o potencial de causar danos.
Perigo de incêndio	Um termo geral utilizado para expressar uma avaliação de fatores fixos e variáveis do ambiente de fogo, que determinam a facilidade de ignição, velocidade de propagação, dificuldade de controle e impacto. O perigo de incêndio geralmente é expresso como um índice.
Ponto crítico	Um ponto pré-designado no tempo ou no espaço, no qual uma mudança prevista no comportamento do fogo influenciará a tomada de decisão tática.
Prevenção de incêndios	Um termo coletivo para todas as atividades proativas que são implementadas com o objetivo de reduzir a ocorrência, gravidade e propagação de incêndios florestais. Conjunto de ações realizadas com o objetivo da gestão de combustíveis, reduzindo assim o risco de incêndio num determinado território, ou seja, redução do nível de facilidade de ignição e da dificuldade de supressão do incêndio.
Queima	Fogo controlado - Um fogo/ incêndio gerido (ou seja, uma queima operacional ou uma queima prescrita)
Queimada	Uma queima planeada e controlada, realizada com a finalidade de remover combustível, podendo fazer como parte de um Plano de Supressão de um Incêndio (fogo de supressão) ou de um exercício de gestão de terras (fogo controlado).
Risco	A probabilidade de ocorrência de um evento perigoso e o potencial resultado / consequências desse evento perigoso. O risco é calculado usando a seguinte equação: Risco = probabilidade de ocorrência x impacto potencial
Segurança	Quando a exposição aos perigos foi controlada para um nível aceitável.
Supressão	Todo o trabalho envolvido no controlo e na extinção de um incêndio.
Triangulação	Um método que usa duas coordenadas conhecidas para determinar as coordenadas de uma terceira localização.

Fonte: Forest Fire Multilingual Glossory

Anexo II – Figuras

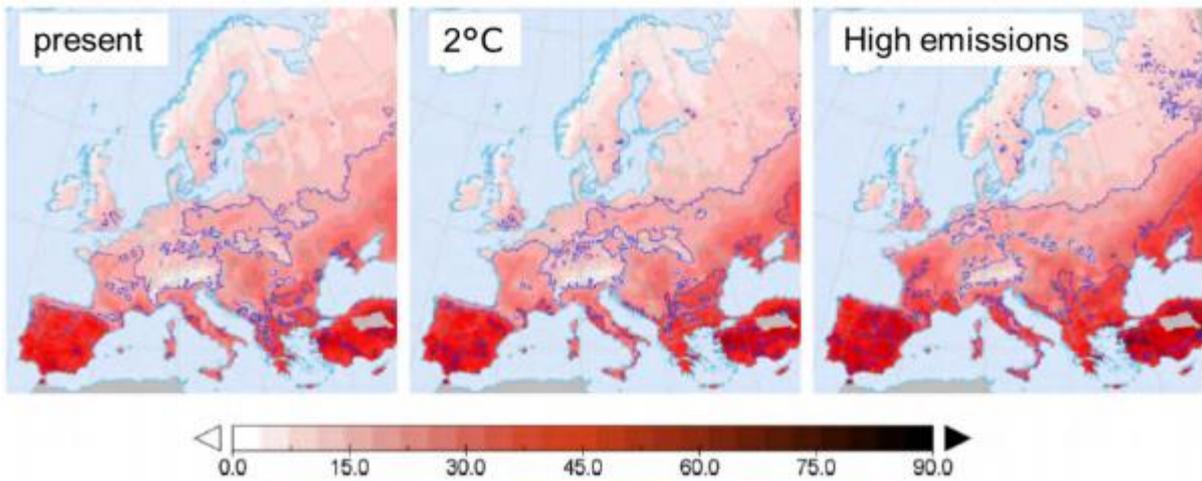


Figura 2 – Análises de incêndios florestais europeus ocorridos nos últimos 30 anos JRF

Fonte: JRC (2018)

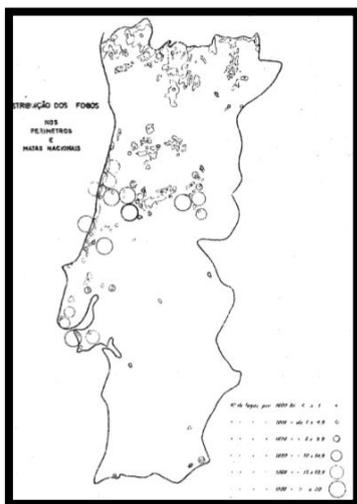


Figura 3 – Mapa Nacional de Risco de Incêndio de 1955

Fonte: Oliveira (2017)



Figura 4 – Mapa de Sensibilidade ao Fogo de 1981

Fonte: Oliveira (2017)

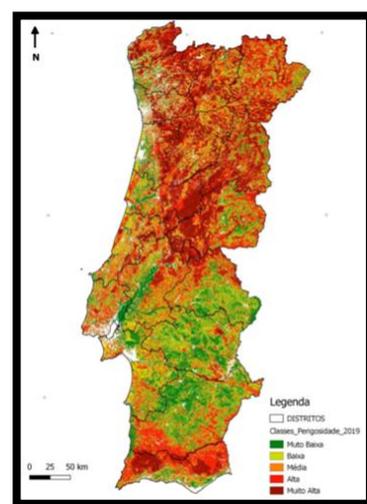


Figura 5 – Cartografia de Perigosidade de Incêndio Florestal de 2019

Fonte: DECIR 2019

Enquadramento

Estrutura de Missão

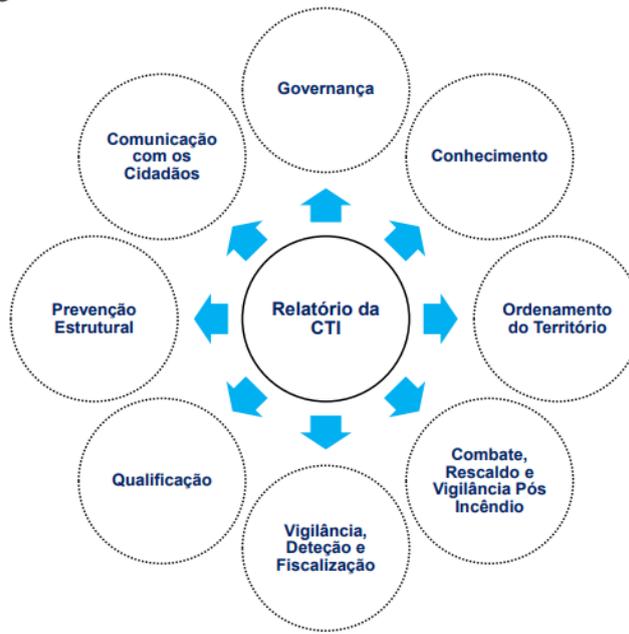


Figura 6 – Estrutura Missão do Relatório da CTI

Fonte: Gov.pt

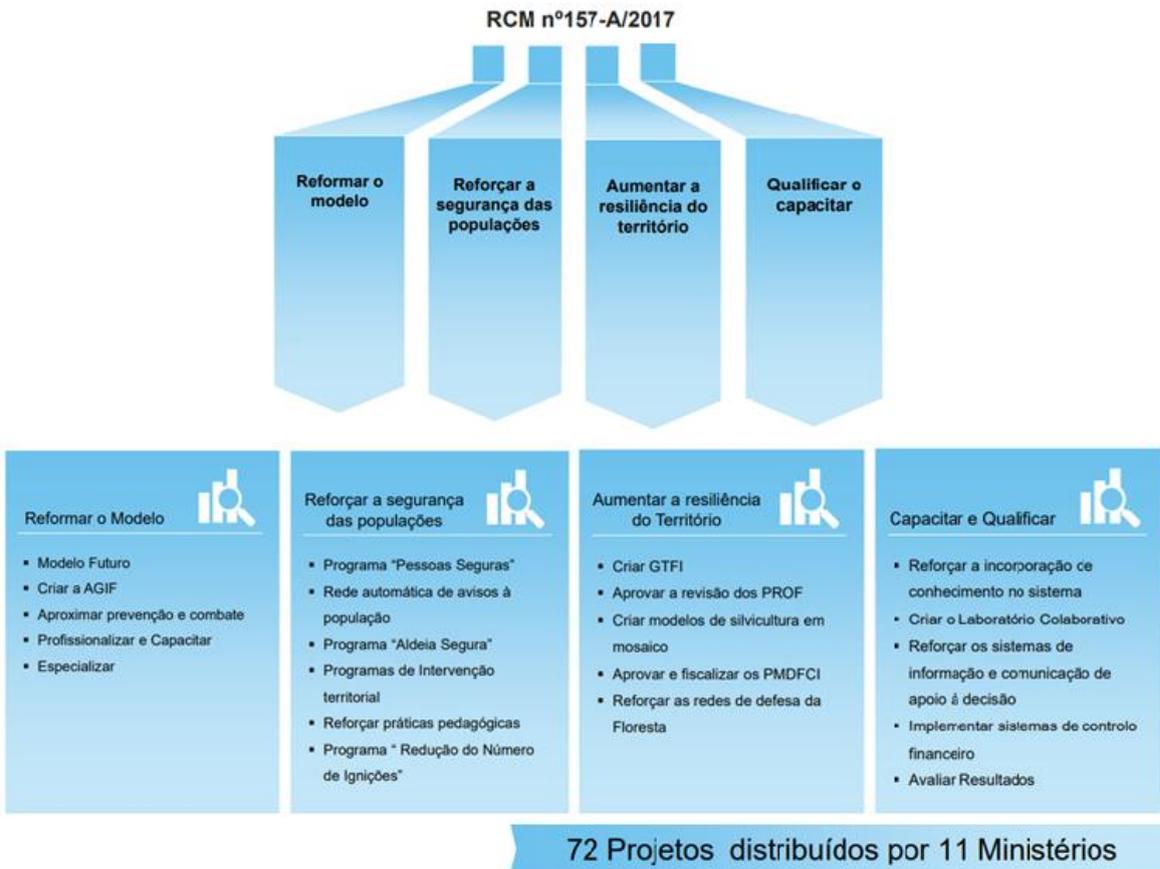


Figura 7 – Objetivos do RCM n.º 157 – A / 2017

Fonte: Gov.pt

ORGANIZAÇÃO GLOBAL DA RESPOSTA

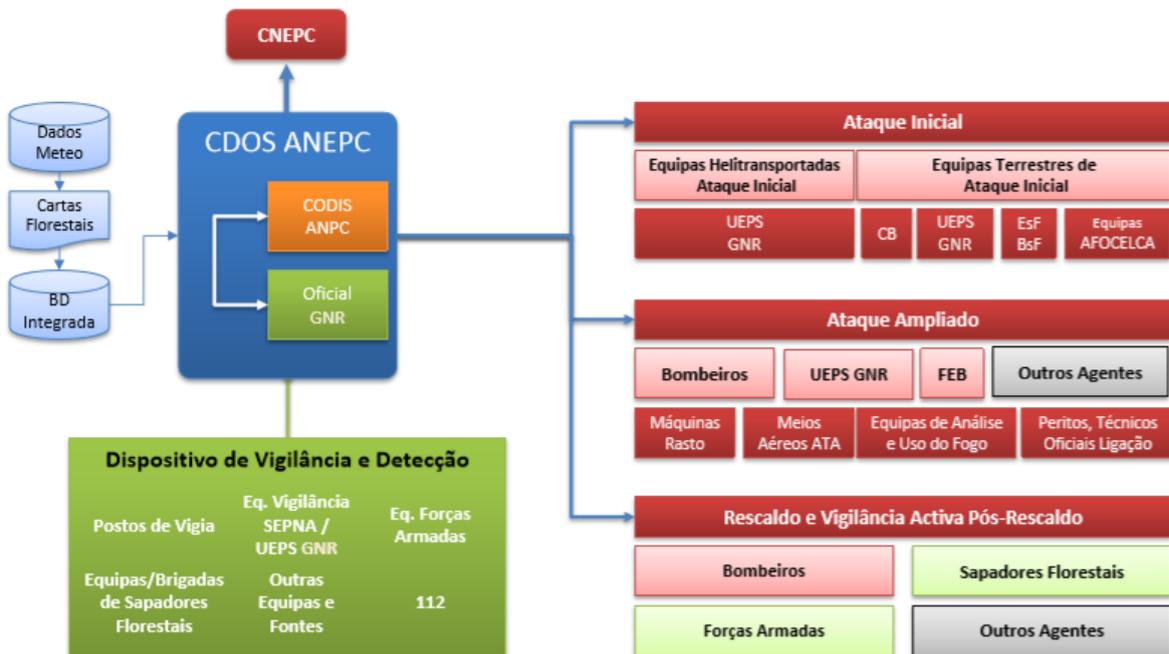


Figura 8 – Presença da UEPS no DECIR 2019

Fonte: DECIR 2019

COMANDO GERAL
DA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
30 DE NOVEMBRO DE 1920
ORDEN N.º 64

Sua Ex.ª o Comandante Geral determina e manda publicar o seguinte:

-660-

4.º - Serviço de bombeiros na G. N. R.

Que, seja erado e organizado nos termos das seguintes disposições o

Serviço de bombeiros da G. N. R.

1.º - O Serviço de bombeiros da G. N. R., que, abreviadamente, se designará pelas iniciais «S. B.», será constituído por equipas de voluntários inicialmente organizadas em cada C., E. ou B. das unidades urbanas, com o seguinte pessoal:

2.º sargentos	1
1.º cabos	1
2.º cabos	2
Soldados	20
Total	24

Ordem de Serviço nº 64 do CG
30 de Novembro de 1920

4º - Serviço de Bombeiros da GNR

Que seja erado e organizado nos termos das seguintes disposições

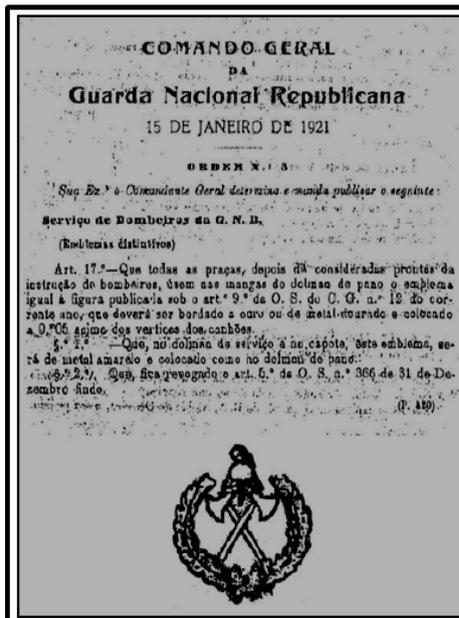
Serviço de Bombeiros da G.N.R.

...será constituído por equipas de voluntários inicialmente organizadas em cada C., E. ou B. das unidades urbanas, com o seguinte pessoal:

2ºs Sargentos-----	1
1ºs Cabos-----	1
2ºs Cabos-----	2
Soldados-----	20

Figura 9 – Ordem de Serviço n.º 64 do CG, de 30 de Novembro de 1920

Fonte: Gov.pt



Ordem de Serviço n° 3 do CG
15 de Janeiro de 1921

Serviço de Bombeiros da G.N.R.
(emblemas e distintivos)

Artº17 Que todas as praças, depois de consideradas prontas da instrução de bombeiros, usem nas mangas do dolman de pano o emblema igual á figura publicada sob o Artº 9 da O.S. do CG (...) que deve ser bordado a ouro ou de metal dourado e colocado a 0,05mm dos vértices dos canhões”...

Figura 10 – Ordem de Serviço n.º 3 do CG, de 15 de Janeiro de 1921

Fonte: Gov.pt



Figura 11 – Esquema Histórico – Evolutivo do GIPS

Fonte: GIPS.ppt



Figura 14 – Implantação Territorial da UEPS

Fonte: PPT gnr



Figura 15 – Área de Influência dos Meios Aéreos de ATI

Fonte: DECIR 2017

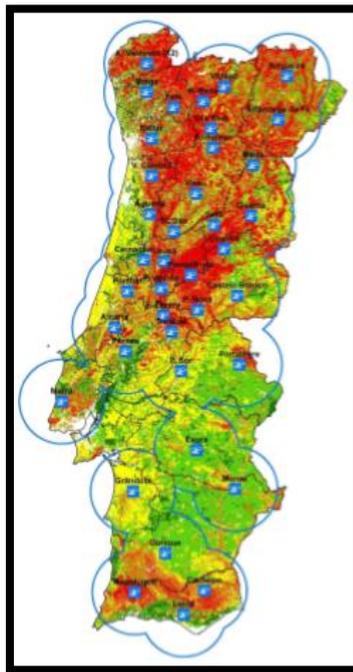


Figura 16 – Área de Influência dos Meios Aéreos de ATI

Fonte: DECIR 2018

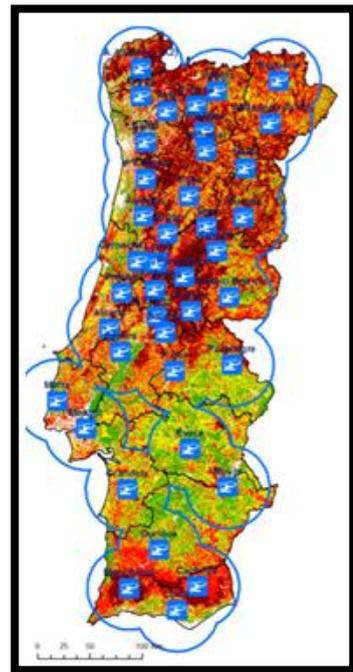


Figura 17 – Área de Influência dos Meios Aéreos de ATI

Fonte: DECIR 2019



Figura 18 – Viatura Ligeira de Combate a Incêndios

Fonte: <https://www.bps.pt>



Figura 19 – Viatura Pesada de Ataque Ampliado

Fonte: <https://regiao-sul.pt/>

Anexo III – Estatísticas da Atividade Operacional do GIPS/UEPS

Tabela 34 – Resultados das Ações de 2018

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	MÉDIA
SAÍDAS HELI	1076	2469	3081	4752	5087	4662	2947	4 576	1 427	3 542	4 036	4 403	4 375	3 572
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	MÉDIA
TAXA SUCESSO	94,01%	97,03%	98,31%	96,80%	94,71%	97,07%	97,20%	97,27%	97,54%	97,47%	97,84%	98,04%	98,82%	97,09%
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	MÉDIA
OCORRÊNCIAS TERRESTRES	189	763	1717	2074	678	631	1253	630	180	462	307	1088	251	831
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	MÉDIA
PATRULHAS	1861	6800	9900	15374	11300	7196	3719	3790	6483	7620	7309	6815	7892	7347
KM	363403	928499	1127509	1474666	1058459	569019	299114	281297	471479	544247	734154	797354	2698925	720767
EFETIVO	7444	31202	43732	57064	42290	27049	14030	12641	20063	22867	19767	14255	23354	26034
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	MÉDIA
DL/124 (1ªe2ª FISC)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	2720	3420	4844	14255		6310
KM	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	176773	251631	541988	418475		347217
EFETIVO	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	9059	10478	12503	14255		11574
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	MÉDIA
AUTOS L.ROD	n/d	648	1865	1551	950	1078	1193	1578	721	672	372	248	145	989
AUTOS L.POL	n/d	1182	2220	694	469	209	647	607	75	107	67	28	454	573
FISC.DL124	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	482686	636857	2353812	754938	146435	1057073
AUTOS DL124	n/d	1043	1844	528	368	124	261	440	499	555	235	299	443	563
CRIMES	n/d	68	122	103	45	31	42	41	32	34	22	11	9	50

Fonte: Secção de Operações e Informação da UEPS

Anexo IV – Relação do Efetivo da Atual Orgânica da UEPS

GIPS	Atual orgânica refª a depois MAIO de 2018					Total	Dif. para 2017
	Existências Totais						
	Oficiais	Sargentos	Cabos	Guardas			
COMANDO							
Comando e Secção de Comando	5	8	7	25	45		+ 12
TOTAL CMD	5	8	7	25	45		
CEPS (Companhia Emergência Proteção e Socorro)							
Comando e Secretaria	1				1		
Unidade Especial de Operações Subaquáticas		1	2	6	9		- 3
Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas		2	6	9	17		+ 1
Matérias Perigosas		2	5	11	18		+3
SAMontanha - SE		3	5	17	25		0
SAMadeira		1	2	8	11		
TOTAL CEPS	1	9	20	51	81		
GIPS 1							
1.ª Companhia (Viana do Castelo, Braga e Porto)							
Comando e Secretaria	1	1	1	3	6		
CMA BRAGA		2	7	17	26		- 1
CMA BALTAR	1	2	3	16	22		0
CMA FAFE		2	4	12	18		- 1
CMA ARCOS DE VALDEVEZ		3	10	14	27		- 1
TOTAL CIPS	2	10	25	62	99		
2.ª Companhia (Vila Real e Bragança)							
Comando e Secretaria	1		1	1	3		
CMA VILA REAL		2	4	16	22		+5
CMA VIDAGO		2	3	18	23		- 2
CMA R. PENNA		2	5	12	19		+ 2
CMA ALFANDEGA DA FÉ		1		16	17		+ 1
CMA NOGUEIRA		1	1	18	20		- 1
TOTAL CIPS	1	8	14	81	104		
3.ª Companhia (Viseu e Aveiro)							
Comando e Secretaria	1	1		4	6		
CMA VISEU		1	4	14	19		- 9
CMA ARMAMAR		1	2	14	17		- 1
CMA S. C. DÃO		1	4	11	16		- 1
CMA ÁGUEDA		2	4	14	20		+ 1
CMA V. CÂMBRA		1	7	17	25		+ 7
TOTAL CIPS	1	7	21	74	103		
4.ª Companhia (Guarda e Castelo Branco)							
Comando e Secretaria	1	1	3	2	7		
CMA GUARDA		1	3	14	18		
CMA SEIA		1	2	15	18		
CMA MÊDA		1	1	16	18		
CMA COVILHÃ		1	1	16	18		
CMA CASTELO BRANCO		1	2	15	18		
CMA PROËNÇA-A-NOVA		1		16	17		
TOTAL CIPS	1	7	12	94	114		
TOTAL FINAL GIPS 1	5	32	72	311	420		
							420

GIPS 2						
1.ª Companhia (Coimbra e Leiria)						
Comando e Secretaria	1		1	4	6	
CMA CERNACHE		2	5	15	22	
CMA LOUSÃ		1	5	12	18	- 7
CMA P. SERRA		1	1	13	15	0
CMA POMBAL		1	3	12	16	- 13
CMA F. VINHOS		1	2	15	18	+ 2
CMA ALCARIA		2	5	15	22	+ 8
TOTAL CIPS	1	8	22	86	117	
2.ª Companhia (Santarém e Lisboa)						
Comando e Secretaria	1	1		2	4	
CMS PERNES		1	6	13	20	
CMA SARDOAL		1	5	12	18	
CMA FERREIRA DO ZÊZERE		1		16	17	
TOTAL CIPS	1	4	11	43	59	
3.ª Companhia (Portalegre, Setubal, Évora e Beja "Moura")						
Comando e Secretaria	1	1		2	4	
CMA ÉVORA		1	5	11	17	
CMA PONTE DE SÔR		1	1	13	15	
CMA PORTALEGRE		1	2	14	17	
CMA GRÂNDOLA		1	2	13	16	
CMA MOURA		1		15	16	
TOTAL CIPS	1	6	10	68	85	
4.ª Companhia (Faro e Beja "Ourique")						
Comando e Secretaria	1	1	2	1	5	
CMA LOULÉ		1	5	14	20	- 2
CMA MONCHIQUE		1	6	12	19	- 1
CMA CACHOPO		1	3	15	19	+ 2
CMA OURIQUE		1	2	14	17	
TOTAL CIPS	1	5	18	56	80	
TOTAL FINAL GIPS 2	4	23	61	253	341	
341						
GIPS 3 - GATE						
Companhia de Ataque Estendido de Mirandela						
SEC CMD CATE Mirandela	1	1	1	1	4	
1º Pel ATE Mirandela		1	1	15	17	
2º Pel ATE Mirandela		1		15	16	
3º Pel ATE Mirandela		1	1	14	16	
TOTAL CATE	1	4	3	45	53	
Companhia de Ataque Estendido de Viseu						
SEC CMD CATE Viseu	1				1	
1º Pel ATE Viseu		1	3	14	18	
2º Pel ATE Viseu		1	3	12	16	
3º Pel ATE Viseu		1	2	15	18	
TOTAL CATE	1	3	8	41	53	
Companhia de Ataque Estendido de Aveiro/Loulé						
SEC CMD CATE Aveiro	1				1	
1º Pel ATE Aveiro		2	4	26	32	
2º Pel ATE Aveiro					0	
3º Pel Avançado ATE Loulé	1	2	4	26	33	
TOTAL CATE	2	4	8	52	66	
TOTAL FINAL GIPS 3	4	11	19	138	172	
172						

	Existências Totais				Total	Dif. para 2017
	Oficiais	Sargentos	Cabos	Guardas		
Comando e Secção de Comando (CMD)	5	8	7	25	45	+ 12
Comando e Secretaria da CEPS	1				1	0
Comando e Secretaria das CIPS	5	3	5	13	26	- 6
Totais	11	11	10	38	71	+ 6*

*Comparação feita apenas com as Seções que já existiam

Diferença Comparativa de Existências	2018/2019
Militares em ATI	- 10
Militares no Cmd e Secretaria	+ 6

TOTAL FINAL UEPS	19	83	179	778	1059
	1059				

Anexo V – Resultados Estatísticos da Mitigação aos Incêndios Rurais

Tabela 36 – Estatísticas dos Incêndios Rurais em 2018

ANO	INCÊNDIOS RURAIS (n.º)	ÁREA ARDIDA POVOAMENTOS (ha)	ÁREA ARDIDA MATOS (ha)	ÁREA ARDIDA AGRICULTURA (ha)	ÁREA ARDIDA TOTAL (ha)
2018	12.436	21.701	18.812	3.189	43.702
MÉDIA (2008 -2017)	21.371	63.732	67.168	9.047	139.947

ANO 2018 – Registaram-se **menos 42%** de incêndios rurais e **menos 69%** de área ardida relativamente à média anual do período.

Representa o **2.º valor mais reduzido em número de incêndios** e o **3.º valor mais reduzido de área ardida**

Fonte: (MAI) <https://www.portugal.gov.pt>

Observação:

- Número de incêndios rurais e extensão de área ardida em Portugal Continental, por ano, entre 1 de janeiro e 31 de outubro.

Figura 37 – Estatísticas de Incêndios Rurais por Classes de área em 2018

Ano	Incêndios rurais]0 - 1[ha (n.º)	Incêndios rurais [1 - 10[ha (n.º)	Incêndios rurais [10 - 20[ha (n.º)	Incêndios rurais [20 - 50[ha (n.º)	Incêndios rurais [50 - 100[ha (n.º)	Incêndios rurais [100 - 1000[ha (n.º)	Incêndios rurais [1000 - ...[ha (n.º)	Área ardida média por incêndio rural (ha)
2018	10 865	1 346	97	86	20	21	1	3.5
2008 - 2017	17 472	3 198	242	214	100	126	18	6.5

Fonte: (MAI) <https://www.portugal.gov.pt>

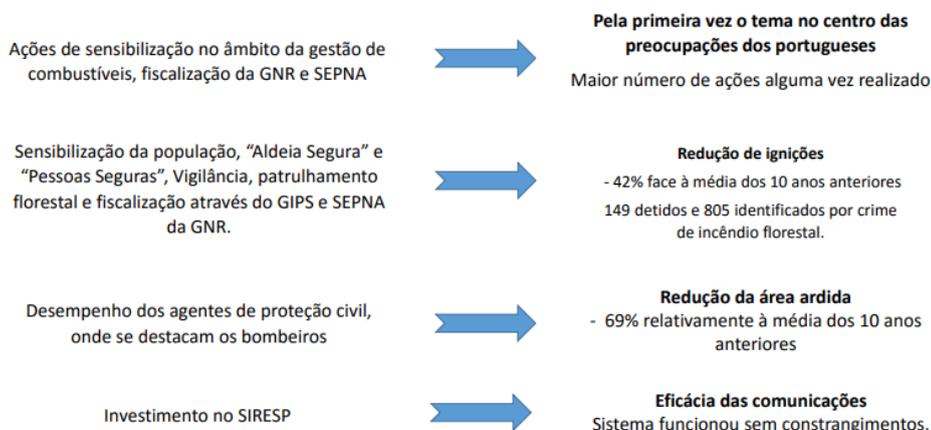


Figura 20 – Resultados Conjunto das Ações de 2018

Fonte: (MAI) <https://www.portugal.gov.pt>

Principais Realizações

✓ **Alargamento do ATI a todo território nacional e Reposição da capacidade das companhias do GIPS**

- Recrutamento interno de 482 militares;
- 41 Viaturas Ligeiras de Combate a Incêndios c/Kt;
- 17 Rádios de Banda Aérea;
- Distribuição de 1 EPI por cada militar de ATI.

✓ **Edificação da capacidade de ataque estendido**

- Formação de militares em ataque estendido;
- Formação militares em Análise e Uso do Fogo.

✓ **Ações de sensibilização**

- Realização de mais 9.200 ações de sensibilização com a presença de cerca de 130.000 pessoas;
- Reforço da Linha SOS Ambiente facultando esclarecimentos a mais de 5.000 pessoas;
- Operação "Queimada Segura" - 240 ações de sensibilização expositivas e demonstrativas.

✓ **Patrulhamento desenvolvido – 20.769 ações**

- 14.014 SEPNA;
- 2.537 GIPS;
- 4.218 restante dispositivo.

✓ **Missões Helitransportadas: 739**

- Com sucesso: 413;
- Sem Sucesso: 4;
- Sem Intervenção: 142; Falso Alarme: 46; Apoio: 05; Ataque Ampliado: 34; Abortadas: 95.

✓ **Denúncias recebidas pela GNR no âmbito do DFCI**

- Em 2018 – 3.818 e em 2017 – 1.740

✓ **Fiscalização no âmbito do art.º 15.º do DL 124/2006**

- Até 31 de maio - número de autos – 1.946 dos quais 535 foram já anulados;
- Até 30 de junho – número de autos – 3.390
 - Rede viária – 176
 - Rede ferroviária – 21
 - Rede de transporte de energia elétrica – 51
 - Rede transporte gás natural – 3

✓ **Fiscalização no âmbito dos artigos 27.º e 28.º do DL 124/2006**

- Queimadas - 274
- Queima de sobrantes e realização de fogueiras – 132

✓ **Resultados da vigilância das florestas – DFCI**

	01 janeiro a 30 junho	
	Acumulado	
	2017	2018
Detidos	19	79
Identificados	516	680
N.º Ocorrências	8.478	6.108
N.º Crimes	3.703	3.053
Contraordenações	782	3.941
N.º Patrulhas	13.206	20.769

Anexo VI – Resumo do Relatório do Projeto de Cooperação Chileno

Relatório n.º E144758/18 – GIPS, de 02NOV18

Projeto de Cooperação no âmbito do combate a Incêndios Rurais

PERITOS INTERNACIONAIS (CONAF – Chile)

Finalidade do Projeto:

- Apresentar o feedback relacionado com as atividades desenvolvidas pelo GIPS no âmbito do projeto de cooperação com a Corporación Nacional Florestal (CONAF – Chile), promovido pela Agência de Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), no contexto do Combate aos IR, inserido no DECIR 2018.

Recomendações dos Peritos do Chile:

Enquanto *learned-lessons*, salienta-se deste projeto, alguns pontos-chave que merecem ser equacionados e identificados, tais como:

- i) A otimização do uso de ferramentas manuais no combate a incêndios e uma racionalização da água ou mesmo o seu não emprego, em algumas ocorrências;
- ii) Adquiriu-se e atualizou-se conhecimentos sobre a abertura e utilização de faixas de contenção e do uso do fogo no âmbito do combate indireto a IR;
- iii) No que concerne ao combate inicial com as equipas helitransportadas, ficou visível que o método de combate utilizado em Portugal é ligeiramente diferente do utilizado no Chile, contudo é tão ou mais eficaz no combate inicial, uma vez que para além do combate com ferramentas manuais por parte das equipas, também o helicóptero apoia sempre com água, ao contrário do que se verifica por vezes no Chile, onde existe carência de água em algumas intervenções;

No final do projeto foi realizada uma reunião no Comando-Geral da Guarda, onde os peritos da CONAF apresentaram um resumo da atividade desenvolvida em Portugal, e puderam expor algumas recomendações / sugestões, das quais se salientam as seguintes:

- i) Que o **horário de empenhamento diário dos militares do GIPS seja reduzido**, uma vez que estes fazem em média 12H00/dia. Apresentaram um horário de 8H00/dia como referência, uma vez que estes militares estão permanentemente sujeitos a um elevado desgaste físico e psíquico

Observação:

- Note-se que a **elevada carga horária** a que os militares do GIPS estiveram sujeitos durante o período crítico de incêndios **deveu-se à falta de efetivos em alguns CMA, motivada pela densificação e expansão da Força a todo o território nacional**.
 - As 8 horas/dia, em situação normal, já é a referência que o Comando da Guarda tem determinada para os seus militares;
- ii) (...)
 - iii) Foi sugerido que os condutores das viaturas não sejam empenhados em mais nenhuma missão no combate ao incêndio para além da condução propriamente dita. Desta forma os mesmos ficam preservados do cansaço e podem conduzir com mais segurança;

Observação:

- na doutrina do GIPS os condutores das viaturas ficam responsáveis pela coordenação do funcionamento e controlo das motobombas, o que até hoje não tem trazido qualquer tipo de constrangimentos operacionais;
- iv) **Recomendaram maior utilização de ferramentas manuais no ATI e ATE**, em especial uma maior utilização de motosserras, ferramentas extremamente eficazes na abertura de faixas de contenção.

Observação

- Este tipo de ferramenta não é muito utilizada no GIPS, contudo, a nível doutrinário, está a ser estudado uma maior utilização);
- v) Sugeriram que as equipas de ATI, em determinadas situações, se possam manter no TO mesmo sem o apoio do meio aéreo, ou seja, para além dos 90 minutos iniciais.

Observação

- Por questões de segurança, na doutrina de atuação do GIPS, o helicóptero e a equipa helitransportada são um “binómio inseparável”, ou seja, quando o heli sai do TO, a equipa retira com ele);
- vi) (...)
- vii) Sugeriram que os militares do GIPS se devam manter na especialidade durante vários anos, o que lhe trará a experiência necessária para atuar com mais propriedade e de forma mais inteligente.

Observação

- o que se ganha em experiência/idade perde-se em robustez física, pelo que somos da opinião que tem que haver um equilíbrio entre estas duas variáveis. Neste sentido, o Comando do GIPS pretende apresentar superiormente, para sancionamento e aprovação, uma proposta de “Normas de permanência na Unidade”, onde os militares passem a estar sujeitos a provas que permitam periodicamente avaliar o seu estado de saúde, competência técnica, robustez física, etc.)

Anexo VII – Gestão de Incêndios Florestais em Portugal - GIPS

Gestão de Incêndios Florestais em Portugal numa Nova Era: Avaliação dos Riscos de Incêndio, Recursos e Reforma

“O Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), a Força Especial de Bombeiros (FEB) e as equipas de Sapadores Florestais estão claramente dispostos a participar nas queimas proporcionadas por um programa de fogo controlado mais amplo. O aumento dos meios mecânicos e de animais poderia acelerar consideravelmente a área tratada. A utilização de buldózers e tratores em conjunto com o trabalho dos Sapadores Florestais contribuiria em larga medida para uma maior eficiência” (p.34)

“Um tema de discussão frequente quando se visita um quartel de bombeiros é o aumento da idade dos seus efetivos e o desinteresse de muitos jovens pela atividade. O combate aos incêndios é um trabalho fisicamente exigente, que requer elementos jovens e saudáveis. Antes de nos debruçarmos sobre os limites da capacidade de supressão, nesta nova era de incêndios, é necessário abordar os limites das forças de intervenção.”

“Das organizações de combate a incêndios existentes em Portugal, o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) é o que possui o programa mais atrativo de recrutamento e retenção de operacionais, um modelo que deveria ser adotado por outras organizações. Ninguém conhece as exigências físicas do combate a incêndios melhor do que o GIPS, razão pela qual os seus efetivos têm de passar testes físicos muito rigorosos antes de serem admitidos para a função.” Todos os restantes bombeiros profissionais, incluindo os CB, Força Especial de Bombeiros e Sapadores Florestais, deveriam satisfazer requisitos básicos de aptidão física e manter um nível mínimo de capacidade física durante o exercício da sua atividade. (p.37)

“Embora os bombeiros jovens sejam mais aptos fisicamente, são também menos experientes. O desafio consiste, portanto, em manter no sistema uma geração mais velha e mais experiente, e recrutar em simultâneo uma nova geração de operacionais mais jovens. Felizmente, o GIPS também é um exemplo nesta matéria. A GNR oferece outras opções de carreira para os operacionais mais velhos que já não satisfazem os requisitos físicos ou estão interessados em funções fisicamente menos exigentes, em que podem aplicar os conhecimentos adquiridos como, por exemplo, oficiais do SEPNA” (p.37)

Fonte: Beighley, M. e Hyde, A.C. (2018)